



A má Educação de Cavaco

PGA, aumento das propinas, 0,93% de aumento do Programa de Investimento — é a educação em pé de guerra

Editorial • Páginas centrais • Pág. 18



Milhares de documentos foram distribuídos em todo o País

Jornada de Divulgação

A firme oposição dos comunistas à política do Governo foi divulgada na jornada de divulgação e esclarecimento que mobilizou o Partido Págs. 30 e 31

8%

Na sua edição de 21 de Novembro o «Avante!» alertava para os projectos do Governo de fixar os aumentos da Função Pública em 8%. O «Avante!» tinha razão. A Função Pública vai para a greve na próxima terça-feira enquanto cresce a luta dos trabalhadores em todo o País.

— Págs: 3, 4 e 5

O «Avante!» completa 61 anos de publicação

Pág. 3

O mistério da Câmara de Sintra

• *Entrevista
com Lino Paulo*

Pág. 8

Ingerências perigosas

— *Artigo
de José Casanova*

Pág. 19

Álvaro Cunhal no distrito de Santarém

Pág. 21

Malefícios do urânio? — *Reportagem em Canas de Senhorim*

Pág. 22

O escândalo da PGA Alastra o descontentamento juvenil

Milhares de jovens manifestam, em vários pontos do país, com grande energia, o seu protesto e o seu repúdio pela PGA (Prova Geral de Aces-

so ao Ensino Superior). Mecanismo injusto concebido para filtrar o acesso ao ensino superior, a PGA deste ano revestiu um carácter particularmente escandaloso.

Estamos perante um daqueles casos em que se verifica uma rara unanimidade entre estudantes, professores, pais, a generalidade dos interessados, a comunicação social e as forças políticas, com excepção do PSD. «Subjectividade», «ambiguidade», «arbitrariedade», «perguntas sem sentido», «ausência de bom senso», tais são os juízos coincidentes sobre a prova de 3 de Fevereiro. Mas a isto tudo, há ainda que juntar a circunstância da avaliação sobre os conhecimentos da língua portuguesa ser feita na base de um texto de um autor americano, a tanto chega a subserviência do ME cavaquista.

Entretanto, diversamente do que tem acontecido em anos anteriores, os primeiros protestos isolados dos estudantes generalizaram-se, ganharam força, tomaram a forma de importantes acções colectivas como desfiles, manifestações e greves, nas maiores concentrações estudantis, designadamente, em Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, Barcelos, aqui acompanhada de um prolongado corte de estrada.

O que este movimento está a pôr em causa, não é apenas a disparatada prova de 3 de Fevereiro, mas a própria concepção da PGA, pois, como proclamam os estudantes de Barcelos, «não queremos decidir 12 anos de estudo em pouco mais de meia hora».

Este conjunto de acções contra a PGA entronca num crescente descontentamento estudantil provocado pelo precário apoio social, pelo atraso no pagamento das bolsas, pelo anunciado agravamento dos custos das propinas e pela falta de condições de segurança na maior parte das escolas.

As lutas estudantis em torno deste conjunto de problemas, coincidindo com o ascenso da luta dos trabalhadores contra a ofensiva anti-social do Governo, põem em relevo a agudização dos factores de conflitualidade que se desenvolvem na nossa sociedade por culpa da política governamental e desmentindo a propaganda da estabilidade com que Cavaco Silva e o PSD fizeram a campanha eleitoral.

É imperioso que o Governo ouça e

atenda os protestos e as reivindicações que justamente se levantam contra a sua política e não caia na tentação de usar a polícia contra os manifestantes como voltou a acontecer em Barcelos e contra os alunos da secundária de Linda-a-Velha, depois da grave repressão contra os estudantes do Porto verificada há meses atrás.

A recusa da PGA, que além da sua manifesta iniquidade desrespeita flagrantemente a Lei de Bases do Sistema Educativo, está colocada desde a sua criação.

Com efeito, o que o Governo tem em vista com a PGA e a manutenção do «numerus clausus» é o oposto do que dispõe o diploma basilar do nosso sistema educativo, em claros termos que se seguem: «O Estado deve criar as condições que garantam aos cidadãos a possibilidade de frequentar o Ensino Superior de forma a impedir os efeitos discriminatórios decorrentes das desigualdades económicas e regionais ou desvantagens sociais prévias.»

Em 1990, levada a questão da PGA à Assembleia da República através de um projecto de lei do PCP, todos os partidos, com excepção do PSD, se manifestaram a favor da iniciativa comunista e votaram pela extinção da PGA e pela implementação de uma solução alternativa.

A solução alternativa já existia então. Neste momento, está contida, com aperfeiçoamentos no projecto de lei nº 7/VI, apresentado pelo PCP em 8 de Novembro de 1991, na concretização dos compromissos assumidos no seu Programa eleitoral.

A Assembleia da República pode a todo o momento debruçar-se e legislar sobre a matéria.

O projecto de lei do PCP apresenta uma solução em que na formação da nota da candidatura ao ensino superior entram em partes iguais as classificações obtidas nos 10º, 11º e 12º anos de escolaridade e a classificação na prova de capacidade de âmbito nacional prevista na Lei de Bases do Sistema Educativo.

Esta solução faz parte de um novo sistema de Acesso ao Ensino Superior, preconizado pelo PCP, que tem como pressupostos essenciais: a eliminação das restrições quantitativas de carácter global («numerus clausus»); a extinção imediata da PGA; o investimento no Ensino Superior Público, Universitário e Politécnico por forma a assegurar o alargamento decisivo da capacidade de resposta deste sector; a adopção de medidas que obriguem à existência de condições no sentido de garantir a capacidade dos estabelecimentos do Ensino Superior

Privado para ministrarem um ensino de qualidade.

Por sua vez a JCP já no quadro do repúdio pela prova de 3 de Fevereiro volta a exigir «o fim imediato da PGA e a abolição progressiva, num prazo de três anos do «numerus clausus»».

E necessário deixar claro que as actuações governamentais que estão a provocar o desagrado, o descontentamento e a luta dos estudantes não são desvios ou erros momentâneos da política do PSD. Estes aspectos - PGA, «numerus clausus», brutal agravamento das propinas, apoio social precário - é que são traços essenciais dessa política de direita para o Ensino Superior.

O PSD votou, é certo, a Lei de Bases do Sistema Educativo, mas fê-lo em circunstâncias especiais, a contra-gosto, isolado, numa altura em que apenas tinha a maioria relativa e em que a lei seria aprovada qualquer que fosse a sua votação.

Na prática, a actuação do PSD foi sempre contrária à lei, porque as suas opções de direita e liberais privilegiam o elitismo, a desresponsabilização do Estado em relação às suas obrigações na educação, a generosa protecção dos negócios privados com o ensino, mesmo quando o resultado é das mais baixas qualidades.

Por outro lado, o PSD não chegou agora ao Governo, está instalado no Ministério da Educação há mais de uma dúzia de anos.

Cabem-lhe, por isso especiais responsabilidades pela incapacidade de resposta do Ensino Superior Público aos jovens que querem frequentá-lo.

Desmentindo toda a demagogia de Cavaco Silva, especialmente utilizada na campanha eleitoral, acerca da juventude e da prioridade ao ensino, a verdade é que permanece a distância que nos separa dos outros países da Comunidade Europeia, onde a percentagem de jovens dos 18 aos 25 anos que frequentam o ensino superior é de cerca de 30 por cento, enquanto em Portugal não ultrapassa os 18 por cento.

Esta distância que marca o atraso do país é também reveladora das responsabilidades da direita no atraso da sua recuperação. A forma de acelerá-la passa pela extinção da PGA, pela eliminação do «numerus clausus», pela oposição ao aumento brutal das propinas, por um verdadeiro e digno apoio social. Por tudo isto, a importância das lutas estudantis em curso não se limita aos interesses dos estudantes atingidos pela PGA, reveste um alcance nacional.



Denunciando o abandono pelo PSD e pelo Governo das promessas eleitorais, o PCP realiza uma jornada nacional de informação e esclarecimento

RESUMO

5 Quarta-feira

O Governo publica uma portaria decretando aumentos salariais de 8 por cento para os trabalhadores da administração pública ■ O PCP retoma o Programa de Emergência e anuncia outras propostas para prevenção dos incêndios florestais ■ Em Barcelos cerca de 2 mil estudantes manifestam-se contra a prova geral de acesso ao ensino superior ■ A Marinha portuguesa identifica o arrastão «Bolama» ao largo do cabo Espichel, a 116 metros de profundidade ■ O MNE inglês apresenta à imprensa as prioridades do Reino Unido para o período em que vai ocupar a presidência da CEE, a partir de Junho ■ Aborta a tentativa de golpe de Estado na Venezuela ■ Enquanto prosseguem os incidentes entre fundamentalistas e forças governamentais argelinas, a FIS convoca uma «marcha pacífica nacional» para dia 14 em Argel.

6 Quinta-feira

O PCP dá início a uma jornada nacional de informação e esclarecimento, com iniciativas previstas para o período até domingo ■ O Governo decide atribuir à SIC e à TVI a exploração do terceiro e do quarto canais de televisão ■ A CGTP critica a proposta de Orçamento de Estado, acusando o Governo de fazer batota com a inflação ■ As comissões negociadoras sindicais da função pública repudiam a portaria dos 8 por cento e confirmam a greve nacional para dia 18 ■ A Casa da Imprensa realiza a 1ª Gala dos Prémios Bordalo ■ Representantes do Comité da Fretilin em Portugal criticam a forma como foi organizada a manifestação de 12 de Novembro em Dili ■ Um atentado bombista mata cinco pessoas junto ao comando militar de Madrid.

7 Sexta-feira

Em Maastricht é assinado pelos ministros dos Estrangeiros e das Finanças dos doze o Tratado da União Europeia ■ Continuam a ser divulgadas novas posições de apoio à greve nacional da função pública e à acção convocada pela CGTP para dia 12 ■ Alunos do secundário de Lisboa manifestam-se frente ao Ministério da Educação contra a PGA; com o mesmo objectivo realiza-se uma manifestação junto do Governo Civil de Braga ■ A Mitsubishi inaugura duas novas linhas de montagem de automóveis no Tramagal ■ Ali Alatas afirma aos jornalistas em Bruxelas que «o povo de Timor-Leste é uma vítima da irresponsabilidade de Portugal» ■ No centro de Madrid tem lugar uma manifestação antiterrorista ■ Com 85 anos, morre o prelado mexicano Sergio Mendez Arceo, conhecido pelas suas posições progressistas ■ Devido ao intenso nevoeiro, na auto-estrada Lisboa-Setúbal registam-se 6 acidentes envolvendo 55 carros.

8 Sábado

Álvaro Cunhal participa num encontro de quadros do PCP em

Torres Novas, entre outras iniciativas do PCP no distrito de Santarém; Carlos Carvalhas intervém num encontro distrital do Partido, em Coimbra ■ O presidente Mauno Koivisto, discursando no parlamento finlandês, defende a adesão do país à Comunidade Europeia ■ Divergências em matérias como a economia e a defesa marcam a reunião em Moscovo de chefes de governo dos países da Comunidade de Estados Independentes ■ Em Albertville são inaugurados os Jogos Olímpicos de Inverno.

9 Domingo

O Conselho Nacional da UDP aprova as teses para o congresso do partido, marcado para 30 e 31 de Maio ■ Frederick de Klerk visita oficialmente Cabo Verde ■ Em Moscovo tem lugar uma manifestação de dezenas de milhares de pessoas que exigem a demissão de Ieltsin; com participação muito inferior, também se realiza uma manifestação de apoio ao presidente russo ■ O Alto Conselho de Estado decreta o estado de emergência na Argélia ■ Na Roménia decorre a primeira volta das eleições municipais ■ Milhares de pessoas manifestam-se em Bilbao pela independência do País Basco.

10 Segunda-feira

O ministro do Planeamento informa os presidentes das 18 câmaras da futura Área Metropolitana de Lisboa de que não há ainda uma decisão quanto à nova ponte sobre o Tejo ■ O júri da PGA reconhece que duas das questões mais criticadas da prova têm «índice de validade diminuto» ■ Ao empossar o novo conselho de gerência da RTP, Marques Mendes anuncia que a RTP Internacional iniciará as suas emissões a 10 de Junho ■ Ana Marques Vicente toma posse como presidente da Comissão para a Igualdade e os Direitos das Mulheres ■ A epidemia de cólera que deflagrou há um ano fez já 18 mil mortos, refere um relatório da Organização Mundial de Saúde ■ Os EUA e a CE iniciam uma ponte aérea para envio de ajuda alimentar a 11 estados da ex-URSS ■ É declarado o recolher obrigatório na capital da Tchetcheno-Inguchétia, república da Federação Russa ■ A polícia venezuelana encerra o jornal «El Nacional».

11 Terça-feira

No debate da proposta de Orçamento para 1992, oposição crítica em particular o aumento da carga fiscal ■ O Conselho Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses protesta contra a decisão do Governo de suspender um artigo da Lei das Finanças Locais, retirando assim aos municípios dezenas de milhares de contos ■ Jacques Delors apresenta, em conferência de imprensa, a proposta de documento da Comissão referente às perspectivas da Comunidade até 1997 ■ Albert Reynolds é eleito primeiro-ministro da Irlanda e procede a remodelação ministerial ■ O representante da Sérvia na presidência federal jugoslava envia uma carta ao emissário especial das Nações Unidas sugerindo o envio de «capacetes azuis» para o país.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22. Telex 18390 Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO: Editorial «Avante!», SA — Rua de São Bernardo, 14, 2º, 1200 Lisboa. Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47059. NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO: DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! — R. S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Alterações de remessa: Até às 17 horas de cada sexta-feira: Venc: 3968793; Telex: 65791; Telef. (01) 395 21 93

— DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL INTERPRESS — Sociedade Distribuidora de Jornais e Revistas, Lda, Sector de Distribuição

Sede: Rua do Norte, 115, 1º, 1200 Lisboa. Telef. (01) 342 07 84/342 23 49/342 22 04

Delegação Centro: Praceta Dr. Alberto Oliveira, 4, 3000 Coimbra — Telef. (039) 71 35 77

Delegação Norte: R. Monte dos Pipos, 326, Guilhões, 4450 Matosinhos Telef. (02) 953 15 66/953 17 49/953 17 50

ASSINATURAS: R. de S. Bernardo, 14 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

PUBLICIDADE: Rua de S. Bernardo, 14, 1200 Lisboa — Telef. (01) 395 21 93

Composto e Impresso na Heskis Portuguesa R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS

PORTUGAL (CONTINENTE)	— 50 números: 4.500\$00; 25 números: 2.325\$00
REGIÕES AUTÓNOMAS	— 50 números: 5.707\$50
ESPAÑA	— 50 números: 7.090\$00
MACAU	— 50 números: 11.140\$00
GUINÉ-BISSAU E S. TOMÉ E PRÍNCIPE	— 50 números: 12.190\$00
EUROPA (e ARGÉLIA, MARROCOS, TUNÍSIA E TODO O TERRITÓRIO DA URSS)	— 50 números: 13.350\$00
EXTRA-EUROPA	— 50 números: 16.450\$00

Nome _____
Morada _____ Telef. _____
Código Postal _____
Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado do cheque ou vale do correio.

TRABALHADORES

Os 61 anos

de publicação do «Avante!»

Um papel ímpar

No próximo dia 15 de Fevereiro, o «Avante!» completa 61 anos de publicação.

A efeméride evoca a história gloriosa do órgão central do PCP na luta dos comunistas, dos trabalhadores e de todo o povo português pela liberdade, a democracia, a justiça social, a paz e o socialismo.

No actual quadro da comunicação social no nosso país, a passagem do aniversário do «Avante!» chama especialmente a atenção para o lugar singular que ocupa e o papel ímpar que desempenha na presente situação política portuguesa.

O jornal comunista que se publicou durante 43 anos (desde 1931) sob a mais intensa perseguição da ditadura fascista (escrito, impresso e distribuído nas condições de rigorosa clandestinidade) foi em largos períodos toda a imprensa livre e a única voz oposicionista capaz de romper o silêncio imposto pela censura, para despertar, mobilizar e organizar os trabalhadores e todos os antifascistas para a resistência e a luta pelo derrubamento do fascismo.

Conquistada a liberdade, com o 25 de Abril, não foi menos relevante a intervenção do «Avante!», como tribuna privilegiada do PCP. Primeiro, pelo termo da guerra colonial e a negação até ao fim dos valores, das orientações, das estruturas socioeconómicas e das forças que tinham sustentado a ditadura e pela concretização de transformações democráticas profundas, como base indispensável do novo regime democrático. Depois intervindo energicamente em defesa das conquistas e dos direitos alcançados pelos trabalhadores e todo o povo português.

É por esta atitude coerente e clara que se desenvolvem os ataques contra o «Avante!», como parte das campanhas contra o PCP. Semelhantes ataques, não diminuem, antes valorizam o nosso jornal.

Na situação presente, o papel do «Avante!» como órgão do Partido e jornal dos trabalhadores permanece e ganha uma renovada importância.

Num quadro de crescente monopolização da comunicação social pelo PSD e as forças do grande capital, o «Avante!» é o único jornal, de projecção nacional, que faz global e firme oposição à direita e que intervém em todas as matérias numa posição consequente de esquerda.

Sempre ao lado dos trabalhadores, o «Avante!» abre-lhes as suas páginas, denuncia com energia os atentados aos seus direitos, encoraja e incentiva a sua luta. Procede da mesma forma com as outras classes, camadas e grupos sociais lesados pela política da direita. Dá uma atenção especial à defesa dos interesses da juventude e à causa da emancipação da mulher. Desmascara e combate o escandaloso processo das privatizações e o objectivo que com ele se visa - a restauração dos grupos monopolistas. Intervém resolutamente contra a governamentalização do sistema político, o autoritarismo e a monopolização do poder pelo PSD. Defende com energia o interesse e a independência nacionais. Favorece o diálogo e a convergência das forças democráticas e exorta à preparação de uma alternativa à direita.

Num período de grandes derrotas do socialismo no leste europeu e de derrocada e desagregação da União Soviética, o «Avante!» procura informar e contribuir para a compreensão destas avassaladoras mudanças, assinalando ao mesmo tempo o carácter contraditório do capitalismo e a sua incapacidade para dar resposta aos problemas da humanidade, testemunhando a imprescindibilidade da luta pelo socialismo e o comunismo.

Ao completar 61 anos de publicação, o «Avante!» é, numa situação muito diversa, tão imprescindível na vida portuguesa como quando se publicou o seu primeiro número em 1931, mas tem agora atrás de si um imenso património de prestígio adquirido nas condições mais difíceis.

O aniversário é a ocasião de manifestar público reconhecimento a todos que tornaram e tornam possível esta longa caminhada, em especial dos que o fizeram nos duros anos de clandestinidade - os tipógrafos, os distribuidores, os redactores - que arriscavam a vida para que o «Avante!» vivesse.

O honroso prosseguimento desta obra cumpre-se no esforço permanente para melhorar o «Avante!» (aprofundando, nomeadamente a compreensão do complexo mundo contemporâneo) e no esforço para ampliar a sua difusão, levando cada vez mais longe a sua mensagem.

C.B.

Contra a contenção salarial

Atitude no CPCS (má-fé) reforça determinação na greve

Com grande indignação expressa por todo o movimento sindical português, o Governo «actualiza» remunerações enquanto as negocia. Para os responsáveis pelo Executivo negociar é impor, é trair. Sindicatos da Função Pública vão processar o Governo por essa atitude

O Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, através da direcção, à semelhança do movimento sindical no seu conjunto, destacam fortemente que depois da inqualificável atitude do Governo (os famigerados 8 por cento já tão conhecidos) aumentaram os motivos para fazer greve em 18 do corrente.

As duas frentes sindicais da Função Pública admitem mesmo continuar com formas de luta depois dessa data. E também antes: para Carlos Mamede, dirigente do Sindicato dos TFP do Sul e Ilhas, além da greve nacional da próxima terça-feira, serão solicitadas audiências a todos os grupos parlamentares e para anteontem estava anunciada a ocupação das galerias da Assembleia da República.

O STAL (Administração Local) manifestava entretanto «total apoio à posição da CGTP-IN no Conselho Permanente da Concertação Social» (CPCS).

É de destacar a posição deste Sindicato, que não está filiado em qualquer central.

A decisão dos 8 por cento foi imposta, com fortes protestos sindicais (ver caixa) em 5 do corrente, no CPCS, através da Portaria 77-A, publicada precisamente no mesmo dia, mas assinada por Braga de Macedo, ministro das Finanças, em 31 de Janeiro findo.

«O claro desrespeito pelas normas democráticas» — traídas, como tantas ve-

zes, dizemos nós — é justamente assinalado pelo STFP-ZC, com sede em Coimbra.

«A publicação da Portaria é uma vergonha», destaca, por sua vez e muito, o SPGL.

A denúncia internacional da atitude do Governo está também na mira dos dirigentes sindicais, designadamente das comissões negociadoras (CGTP e UGT). Intervirão junto de organi-

zações sindicais congéneres, instituições e organismos internacionais.

Entretanto o STAL frisava que se trata mesmo de 8 por cento para a Função Pública e não dos alegados 9,5/10,5: alegado «tecto

cato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores) fazia notar o seguinte:

«Ao mesmo tempo que tornava público vir a aceitar na Concertação Social (CPCS) aumentos de salá-



ria da ordem dos 10,5 por cento e um salário mínimo de 44 500 escudos — considerados insuficientes pelas centrais sindicais — o Governo tentava impor, pela calada, 8 por cento para a Função Pública, o que significa um salário mínimo de 43 416 escudos».

Revejam-se os senhores do Governo nesta justiça retributiva. Os sindicatos e os trabalhadores não podem.

Por outro lado, o já mencionado STFPSA (Sindi-

Concertações

CPCS suspende

Sindicatos convergem

Enquanto a Confederação do grande patronato (CIP) defende que deve ser o Primeiro-Ministro a arbitrar a política de rendimentos para 1992, o Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS) suspende as reuniões não se sabe de certeza até que data, e o movimento sindical a vários níveis converge principalmente na recusa dos 8 por cento de aumentos salariais.

O caso é mais notório nas diversas áreas da Administração Pública. Sexta-feira passada, a Lusa revelava que as duas frentes sindicais representativas da FP se reuniam de emergência para decidirem acerca dos aumentos salariais para este ano.

A imposição dos 8 por cento por parte do Governo é rejeitada tanto pela CGTP como pela UGT. Variam os termos em que manifestam a rejeição e as acções globais. No entanto, as duas comissões negociadoras da FP, afectas à CGTP e à UGT, admi-

tiram, segundo a Lusa, realizar «novas acções de luta», além da greve nacional prevista para 18 do corrente.

Ambas as centrais de sindicatos consideram potente e inadmissível o facto de o Governo (e mais exactamente o Ministério das Finanças) ter feito publicar uma portaria fixando aquele montante de 8 por cento, enquanto as negociações decorriam no organismo que o próprio Governo considera ser a sede própria para tratar destes casos: o Conselho Permanente de Concertação Social.

Nenhuma das organizações sindicais admitiu abandonar as negociações no CPCS.

Mas, enquanto se desconhecem os tipos de «acções de luta» visados pela UGT, a CGTP convocou, como se sabe, «acções de protesto e luta», abrangendo todo o País, para 12 do corrente.

TRABALHADORES

TÊXTEIS QUEREM MELHORES SALÁRIOS

Os trabalhadores da indústria têxtil vão participar na jornada nacional de luta da CGTP reivindicando a elevação dos salários, a redução do horário de trabalho, a manutenção dos direitos contratuais e a modernização com melhor emprego. Exigindo um ordenado mínimo de 55 contos para os vários sectores têxteis, protestam também contra os aumentos de preços, o agravamento dos impostos e a aplicação das taxas moderadoras nos serviços de saúde.

Estas reclamações foram referidas pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal, numa conferência de imprensa dada no Porto na antevéspera da greve de dia 7 no sector do vestuário, que teve uma adesão de 60 por cento. Convocada por aquela federação e pelo Sindetex, teve por objectivo protestar contra a aplicação, pelo patronato, de aumentos salariais de 8 por cento, valor que vai contra os 10 por cento apresentados aos sindicatos nas negociações. A Fesete/CGTP continua a exigir 16 por cento e pediu há 3 semanas a passagem à fase de conciliação, a que o Governo ainda não deu andamento. Enquanto insiste na unidade e luta nos locais de trabalho, a federação revelou que depois da greve de 17 de Janeiro mais de 30 empresas aplicaram aumentos entre 9 e 15 por cento e reduziram o horário de trabalho.

Para hoje está marcada nova reunião de negociações do CCT do sector de lavandarias e tinturarias, para o qual o patronato propõe aumentos de 9,5 por cento. No sector têxtil - onde foi firmado pelo Sindetex/UGT um acordo a que a Fesete recusou dar o aval por considerar que os salários continuam muito baixos e que a perda de direitos dos trabalhadores só beneficia o patronato - as administrações começaram a aplicar em Janeiro aumentos de 12,5 por cento. A federação considera este valor insuficiente e protesta contra as pretensões patronais de não reduzir o horário e agravar o regime de férias e o período experimental.

SMP

Os trabalhadores da Semi-condutores de Portugal, que fizeram uma hora de greve no dia 5, encaravam a hipótese de voltar a parar ontem por um período maior, caso não obtivessem uma resposta positiva para os problemas que querem ver resolvidos: compensações por alteração do esquema de transportes e redução do horário de trabalho para 40 horas - refere uma nota do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas. A SMP é uma empresa do grupo Marconi que tem instalações em S. Gabriel (Cascais) e emprega 160 pessoas, na sua maioria mulheres.

AUTOSIL

Também do SIESI chegou-nos a informação de que os cerca de 300 trabalhadores da Autosil iriam paralisar três horas por dia entre 6 e 11 de Fevereiro, exigindo a negociação de aumentos salariais mais elevados do que os aplicados unilateralmente pela administração. Defendendo a reabertura das negociações, protestam contra os critérios discriminatórios em que assentam os aumentos aplicados e pretendem a sua correcção. Além de uma actualização salarial na ordem dos 15 por cento, os representantes dos trabalhadores reclamam ainda a redução do horário máximo para 40 horas semanais.

ABASTECEDORAS

A federação da Hotelaria desconvocou a greve que estava marcada para as 23 horas da passada sexta-feira nas empresas abastecedoras de aeronaves. A Feshot chegou a acordo com a associação patronal na quinta-feira à noite, sendo os

aumentos salariais de 13 por cento aprovados no dia 7 em plenários de trabalhadores nas empresas.

SALÁRIOS POR PAGAR

Os cerca de 50 trabalhadores da transportadora Marranita não recebem salários desde Dezembro, incluindo o 13º mês, e a alguns ainda não foi paga parte do subsídio de férias de 1991, denuncia a União dos Sindicatos de Setúbal, revelando que as remunerações em dívida oscilam entre 600 e mil contos por trabalhador. A este valor acrescem ainda despesas com portagens, refeições, combustível e avarias, que os trabalhadores chegam a pagar do próprio bolso. A união faz também referência, num comunicado que enviou segunda-feira à imprensa, a uma dívida de cerca de 56 mil contos da Marranita à Segurança Social.

Numa reunião dia 6 no Ministério do Emprego, os proprietários da Viegas e Lopes informaram que vão pagar até 15 de Fevereiro os vencimentos em dívida aos cerca de 300 trabalhadores das duas fábricas de conservas. As restantes dívidas (horas extraordinárias e subsídio de férias) deverão ser liquidadas até dia 21. Uma fonte da União dos Sindicatos de Setúbal, citada pela Lusa, revelou que naquela reunião foi ainda transmitida a intenção patronal de proceder a uma reestruturação, que para os sindicatos significa encerramento.

Representantes da USS entregaram a uma deputada do PSD um dossier sobre desemprego e salários em atraso no distrito de Setúbal. A deputada, refere a agência Lusa, mostrou-se disponível para solicitar ao ministro Silva Penada que receba os sindicalistas.

Vale do Ave Região estrangulada

A vida no Vale do Ave está pior. Agora vai para além do têxtil e há milhares no desemprego.

A crise do Vale do Ave agravou-se, um ano depois do anúncio público pelo Primeiro-Ministro da aprovação de um conjunto de diplomas que visavam atacar os problemas na indústria têxtil daquela região. A denúncia é feita pela Comissão para a Defesa e Desenvolvimento do Vale do Ave (CODDAVE) que a semana passada em conferência de imprensa disse que de 64 empresas e 25 mil 210 trabalhadores em dificuldades passou-se para 106 empresas, envolvendo agora 29 mil 257 trabalhadores, segundo dados que abarcam o período de Dezembro de 1990 até 31 de Janeiro deste ano.

Um dossier que faz um levantamento à actual situação do Vale do Ave foi entregue pela CODDAVE ao Primeiro-Ministro. Aquela organização vai encontrar-se com órgãos de soberania e outras instituições para apresentar propostas de resolução dos problemas da região.

Os números avançados pela CODDAVE revelam também que Guimarães é o concelho, dos nove do Vale do Ave, mais atingido pela situação: dez mil e 66 trabalhadores em situação de risco. Seguem-se Famalicão com sete mil 848 e Santo Tirso com cinco mil 161.

A Segurança Social pagou um milhão e meio de contos de subsídios de desemprego entre Abril e Dezembro do ano passado a que se acrescentaram dois milhões e 700 mil contos em doenças e 13 mil contos de outros abonos. Do total de trabalhadores do Vale do Ave, cinco por cento estão no desemprego e 14 por

cento estão de baixa. «Estes números são reveladores do aprofundamento da crise social e confirmam a evolução do desemprego encapotado», afirma a CODDAVE, organização que integra diversas estruturas sindicais.

Encerraram 33 empresas, onde trabalhavam quatro mil e 700 pessoas, estando 13 paralisadas ou em laboração reduzida e oito com processo judicial a decorrer.

As empresas com salários em atraso são 52, sendo 17 as que se encontram ao abrigo de processos de recuperação e 18 estão a reduzir o número de trabalhadores.

No último ano, «não avançou nenhuma medida na diversificação industrial» ao mesmo tempo que «aumentou a especialização das indústrias têxteis e de vestuário», o que leva aquela comissão a considerar evidente o agravamento dos aspectos económicos e sociais da região, afectando outros sectores de actividade como a borracha, metalurgia, construção civil, agricultura e sem que haja desenvolvimento significativo na área da educação e formação profissional.

A CODDAVE exige ao Governo a defesa dos interesses da indústria têxtil nacional no contexto da presidência portuguesa da Comunidade Europeia e a aplicação de uma política salarial e de qualificação da mão-de-obra que inverta a actual situação.

A garantia de novos fundos comunitários, a criação de uma nova Operação Integrada de Desenvolvimento que abarque mais concelhos da região, a adopção de medidas

de apoio às empresas em dificuldades, a diminuição das taxas de juro a a criação de uma comissão tripartida (Governo, sindicatos e patronato) são outras exigências.

A CODDAVE alerta ainda para a necessidade da melhoria de medidas de protecção

social dos trabalhadores em caso de desemprego ou com salários em atraso, apresentando várias propostas que abarcam as prestações de desemprego, subsídios, assistência médica, reformas e pagamento de salários em atraso.

CGTP-IN assina acordo de cooperação

Com vista a um aumento da qualificação profissional dos trabalhadores cabo-verdianos residentes no nosso país, a CGTP-IN e a UNTCV de Cabo Verde assinaram na Praia, segunda-feira passada, um acordo de cooperação na área da formação profissional.

O acordo, segundo o DIF da Central portuguesa, destina-se também a «uma melhor integração económica, social e profissional dos mesmos (trabalhadores cabo-verdianos) na sociedade portuguesa».

A CGTP-IN, que ainda muito recentemente reclamou junto das instâncias competentes a «rápida legalização dos trabalhadores imigrantes no nosso país», garantirá a participação dos

trabalhadores directamente interessados nesses cursos, bem como a dos filhos que residam em Portugal.

A «realização de acções específicas», tanto dos pais como dos filhos dos mesmos trabalhadores, também se garantirá mantendo-se as mesmas condições de residência.

Como passo seguinte, a CGTP, de acordo com a UNTCV (União Nacional dos Trabalhadores de Cabo Verde), procurará «assegurar a regularização da situação desses trabalhadores, a nível das empresas».

Tem-se em vista principalmente a Segurança Social e a Higiene e Segurança no Trabalho.

Petrogal deve retroactivos

Na Petrogal, grande empresa da área petrolífera, a situação social é considerada «grave». As negociações de revisão do acordo de empresa (AE) «já se arrastam escandalosamente há cinco meses», o que implica retroactivos em atraso.

A comissão executiva da Fequifa (Federação dos Sindicatos da Química, Farmacêutica, Petróleo e Gás) afirma que «os trabalhadores da Petrogal estão em luta pelo desbloqueamento das negociações».

O arrastar da revisão do AE verifica-se «por culpa exclusiva da administração», acrescenta a Fequifa. Além de pretender «congelar o subsídio de alimentação», propõe, que as tabelas salariais mínimas não subam mais que 10,8 por cento.

Para os sindicatos, esse aumento é inaceitável porque deixaria a maior parte dos salários na mesma. A «esmagadora maioria» já auferia vencimentos superiores aos mínimos do AE.

Aquela Federação sublinha que os administradores da empresa tentam ainda «impor» uma proposta que «obrigaria os trabalhadores a passarem de 40 para 42 horas os horários semanais no período do Verão».

A Fequifa assinala que essa imposição administrativa seria executada pelo agravamento do regime de horários dos turnos em seu entender, tal vai «contra a lógica do processo e a vontade repetidamente expressa pelos trabalhadores».

Por outro lado, «surge agora o Governo a mandar suspender as negociações», pretendendo limitar e atrasar ainda mais a actualização dos salários.

Sexta-feira passada, uma moção aprovada nos vários locais de trabalho foi entregue em Lisboa à administração da Petrogal. A sua privatização causa sérias preocupações.

Num texto para a comunicação social, «condena-se a política de gestão» e «exige-se a garantia integral dos direitos dos trabalhadores activos e reformados».

Quanto ao Governo, a sua «política social» é reprovada, bem como «o agravamento da carga fiscal, o aumento dos preços e a retoma das taxas moderadoras», conclui o documento que reflecte a moção aprovada pelo pessoal.

EFFA's a pouco mais que zero

Das negociações entre o Ministério da Defesa Nacional (MDN) e o Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas resultou «pouco mais que zero».

A direcção sindical afirmava no princípio desta semana que a proposta «fundamentada» de aumentos salariais de 17 por cento não mereceu do Governo qualquer contraproposta «quantificada».

O Sindicato e os trabalhadores dos EFFAs fazem notar que «não passaram nenhuma procuração» ao Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS) «para os substituir na negociação dos seus salários».

Respondiam assim ao MDN, ao qual exigiram

uma contraproposta sobre matéria salarial. Os trabalhadores não se consideram «os responsáveis» pelas «difíceis situações económicas e financeiras dos EFFAs». E apontam «o estrangulamento, a falta de medidas de apoio, a renovação e dinamização» daqueles estabelecimentos.

Quanto à contenção salarial, que preocupa e leva ao protesto a maioria dos trabalhadores, os dirigentes do Sindicato afirmam que o pessoal dos EFFAs «não querem pagar buracos orçamentais criados pelo Governo, nem querem que a inflação seja contida à custa dos seus salários».

É feito um apelo a favor da jornada do dia 12.

TRABALHADORES

Transportes

Luta do STAL resulta

25 mil contos de retroactivos serão pagos em Coimbra

Vinte e cinco mil contos de retroactivos, após várias greves (a última em data desconvocada), serão pagos pela administração dos Serviços Municipalizados dos Transportes Urbanos de Coimbra (SMTUC), se for cumprido o acordo que aquela entidade empregadora acaba de assinar com o STAL.

O Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local faz naturalmente depender o acordo da aprovação em plenário de trabalhadores. Pelas informações recolhidas é de prever que o acordo seja confirmado por parte do pessoal.

Mais tarde, José Luís Roxo, do STAL, disse que os funcionários «não aceitaram de ânimo leve a proposta dos SMTUC e exigiram que a última prestação seja paga ainda este ano».

A administração tinha admitido pagar em três prestações iguais a restituir, segundo a Lusa, em Março, Outubro (92) e Janeiro de 1993.

Aliás, Albertino de Sousa, administrador dos SMTUC, disse àquela Agência que a calendarização do pagamento dos re-

troactivos tinha a ver com «previsíveis fluxos de tesouraria». Mas admitiu que a última prestação possa também ser liquidada até ao final do ano corrente.

Ainda no sector dos transportes, a situação na **Soponata** preocupa a CGTP-IN e os sindicatos do Mar.

A empresa, de importância estratégica, responde pelo transporte de grande quantidade de ramos de petróleo para o nosso país.

Não é por acaso que o Estado português detém mais de 80 por cento do capital da empresa.

Numa reunião recente, efectuada na sede da CGTP, foi achado «estranho» que os actuais gestores da Sociedade Portuguesa de Navios Tanques, SA (**Soponata**) pretendam transferir navios portugueses para «bandeiras de conveniência».

O argumento incompreensível para os sindicatos é o de que «o Estado português exige impostos excessivos e que são demasiado elevados os descontos para a nossa Segurança Social».

Quanto a comportamentos deste género, os sindicatos acrescentam:

• «Para além de equipararem Portugal a “uma república das bananas”, são geradores de graves prejuízos para os trabalhadores;

• «O reembandeiramento significa, de facto, uma perda de salários líquidos e de direitos na Segurança Social»;

• Representa também «uma total precarização do emprego ou mesmo o risco de perdê-lo».

Ainda no Mar, mas agora na frota pesqueira, é de assinalar que, quinta-feira passada, a Lusa destacava que os barcos da CEE, incluindo cerca de 70 embarcações portuguesas estão na contingência de ter de paralisar a sua actividade piscatória a partir de 1 de Março. A informação foi prestada por um dirigente da Associação Marroquina dos Armadores de Pesca.

Por último e ainda relacionado, desta vez directamente com transportes, assinala-se que a FESTRU (Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos) vai discutir no seu próximo Congresso (14 e 15 do corrente, em Lisboa) a reivindicação da carreira profissional de motorista.



Jornada nacional

Convergência e participação

A comissão executiva da CGTP-IN, reunida ontem às 21 e 30 já depois do fecho do «Avante!», fez distribuir sob o título «Acções de protesto e luta convergem para dia 12» o texto que na íntegra se transcreve a seguir e tem a data de 10 do corrente:

«Fazer crescer os salários reais, provocar o desbloqueamento dos processos de contratação colectiva e exigir a fixação do salário mínimo em 50 mil escudos e uma redução geral dos horários de trabalho são as razões fundamentais que fazem convergir para 12 de Fevereiro um vasto conjunto de acções de protesto e luta que abrangerá todo o País.

«Esta jornada, que foi convocada pela CGTP-IN, será também uma forma de protestar contra os recentes aumentos dos preços de bens essenciais e exigir uma maior justiça social, através do aumento da pensão mínima do regime geral para 27 500 escudos e do abono de família para 5 mil escudos.

«Embora sejam convergentes, estas acções assumirão formas que variam de sector para sector, de região para região e de empresa para empresa. Assim haverá concentrações nas principais cidades, com des-

taque para Lisboa e Porto, sendo, no primeiro caso, seguida de desfile do Rossio até S. Bento, plenários de trabalhadores a nível de sector ou de empresa e também greves de duração variável, como se pode ver pela relação que junto enviamos. (Impublicável aqui pela sua extraordinária extensão. N. do «A!»)

«A luta dos trabalhadores portugueses, que regista uma forte tendência para crescer, é a resposta justa à política neoliberal levada à prática pelo Governo e à ofensiva que este e o patronato desencadearam, de forma concertada, contra os trabalhadores e seus direitos.

«Com efeito, essa ofensiva visa conter os aumentos salariais, ou seja, levar por diante uma política de baixos salários. Enquanto isto, não se promove a necessária modernização e reestruturação da estrutura produtiva nacional.

«Também em matéria de horários de trabalho, o Governo não cumpre os compromissos que assumiu,

pois ainda está na gaveta o diploma que deveria ter já reduzido o horário de trabalho semanal para um máximo de 43 horas e feito baixar numa hora os horários que ainda se mantêm acima das 40 horas.

«A proposta de Orçamento do Estado para 1992 é a confirmação da política anti-social do actual Governo, pois prevê uma descaída relativamente a 1991 das verbas atribuídas à habitação e uma taxa de IVA de 5 por cento sobre produtos de primeira necessidade (produtos alimentares, medicamentos e livros), o que acarretará a subida dos preços e tornará ainda mais penosa a situação daqueles que já vivem em situação financeira precária, como é o caso dos pensionistas e reformados.

«A acrescer a isto, o Governo decidiu voltar a aplicar as taxas moderadoras nos serviços de Saúde, o que já tinha sido declarado inconstitucional, na sequência de uma reclamação apresentada pela CGTP-IN».

Docentes enfermeiros em plenário dia 15

A «possível suspensão de novos cursos de enfermagem» pode ser um dos resultados da «atitude arrogante» dos aumentos impostos à Função Pública para 1992. A comissão intersindical dos Docentes de Enfermagem convocou para 15 do corrente às 11 horas, na Escola Superior de Enfermagem Calouste Gulbenkian, em Lisboa, um Plenário Nacional de Docentes.

A comissão de que fazem parte sindicatos como o SEP, Seram, SNEsup, e a Fenprof, afirmava sexta-feira passada: «Cerca de dois meses após a conclusão das negociações, ainda não foi publicada em «Diário da República», a nova carreira dos docentes de enfermagem».

O Governo é acusado pela comissão de — «contrastando com a atitude arrogante de publicação da Portaria com os aumentos impostos à Função Pública para 1992» — não mostrar «vontade política» de publicar a carreira docente.

Devido ao silêncio dos Ministérios, os sindicatos até desconhecem o paradeiro da dita carreira neste momento.

Assim, discutir-se-á no

plenário do próximo sábado as formas de luta que poderão ser «a não abertura dos futuros cursos superiores de enfermagem, com início previsto para Março».

A comissão conclui com outra forma de luta: pode ser «a suspensão das notas dos 1.º e 2.º semestres de 92, caso o Governo não publique a carreira dos docentes de enfermagem».

Apelo conjunto à greve de 18

Um apelo conjunto de organizações sindicais ligadas à CGTP e à UGT, no âmbito da Função Pública, emitiu anteontem uma nota onde «os sindicatos reafirmam o apelo à participação de todos os trabalhadores na greve nacional da Administração Pública de 18 de Fevereiro».

A nota, que remete para uma conferência de imprensa por ocasião do debate na Assembleia da República do Orçamento do Estado para 1992, destaca que as despesas com pessoal no sector diminuíram 8 por cento desde 1980. A variação comparada a 1980 pretende lembrar ao ministro das Finanças:

«Se chama “harmonização” à subida dos impostos e dos preços, então harmo-

nize também os salários, aproximando-os da Europa. Revogue a Portaria dos aumentos salariais e regresse à mesa das negociações».

Outros dados: os trabalhadores da Função Pública em Portugal são os que têm menor poder de compra: 2 vezes inferior ao dos franceses; 3 vezes menor que o de espanhóis e italianos; 4 abaixo dos belgas.

Embora haja em Portugal a menor percentagem de trabalhadores do Estado, «em relação ao total de trabalhadores activos» na Europa, o Governo prepara-se para «reduzir postos de trabalho, criar excedentes e despedir trabalhadores», concluem as comissões.

PCP condena aumento de 8%

1. O PCP sublinha a extraordinária gravidade e significado do comportamento do Governo do PSD ontem — justamente desmascarado pela CGTP na reunião do Conselho de Concertação Social onde os representantes do Governo se preparavam para encenar uma discussão sobre os aumentos salariais para o ano corrente quando já tinha sido enviada para publicação no DR, com data de 31/1, uma portaria impondo unilateralmente aumentos de apenas 8% para a Função Pública e escamoteando este facto aos participantes na reunião.

2. O PCP salienta que este procedimento do Governo, longe de constituir um simples episódio negocial ou um passageiro incidente, constitui verdadeiramente um arrasador retrato político e moral do Governo PSD/Cavaco Silva e um impressionante testemunho da sua desonestidade e má-fé e da profunda hipocrisia das suas proclamações de empenho no «diálogo social».

3. Para castigar os revoltantes métodos a que o Governo recorre e sobretudo para fazer recuar e derrotar os planos governamentais de contenção salarial e de agravamento das condições de vida, impõe-se uma forte determinação e unidade dos trabalhadores em defesa dos seus interesses e reivindicações, uma firme confiança nas possibilidades de êxito das suas lutas, que importa adquirirem uma grande expressão pela participação massiva nas iniciativas e acções de protesto que estão anunciadas, com destaque desde já para a jornada de luta convocada pelo movimento sindical unitário para 12 de Fevereiro e para as diversas greves e paralisações previstas para o dia 18 de Fevereiro.

6/2/92

O Gabinete de Imprensa do PCP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Orçamento do Estado para 1992

Ministro brinca com coisas sérias... Piadas ligeiras não tapam fraquezas do Orçamento

Iniciado terça-feira, conclui-se hoje o debate na generalidade sobre as Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Estado para 1992. Depois de uma primeira apreciação nas comissões especializadas, fica assim cumprida a segunda fase do processo parlamentar relativo à aprovação destes dois documentos fundamentais à condução da política nacional, os quais, após nova passagem pelas comissões, voltarão a plenário nos próximos dias 24 e 25, para discussão na especialidade e votação final global.

Cabendo-lhe produzir a intervenção de encerramento, Cavaco Silva não deixará certamente de aproveitar a ocasião durante a sessão plenária de hoje para fazer uma derradeira tentativa de convencimento quanto ao que alegadamente são as «virtudes» do seu Orçamento, propalado entre os seus pares como um documento «equilibrado, com rigor, sem todavia ser austero».

A expressão é aliás do próprio ministro das Finanças, Braga de Macedo, que se estreou antontem nestas lides parlamentares, com um estilo muito próprio, onde abundou o humor e a piada ligeira, numa *performance* que parece ter agradado sobre-

maneira às bancadas da maioria e do Governo, tal os risos galhofeiros, quase contínuos, que entre estas suscitou.

E tudo teria imensa piada, não fosse um pequeno senão. É que não é a fazer rir, vocação para a qual o ministro até parece ter jeito, passe o carácter sempre salutar do acto, que se resolvem os problemas do País, muito menos quando em causa estão assuntos muito sérios que se prendem com a vida e o futuro próximo dos portugueses.

Mas mais grave ainda é o facto de Braga de Macedo, nas respostas que proferiu aos pedidos de esclarecimentos feitos ao seu discurso de abertura, ter utilizado este ardid da piada fácil como disfarce para o que foi sem dúvida a sua incapacidade em responder ao leque de questões concretas que os deputados da oposição lhe colocaram.

Por outras palavras, esgotada a prosápia e o tom professoral por si utilizados, onde não foi difícil descortinar laivos de arrogância, a verdade é que Braga de Macedo eximiu-se a abordar todas as questões centrais para as quais fora convidado a pronunciar-se.

Não foi capaz de explicar, entre outras coisas, como é que

indo os contribuintes pagar mais imposto ele afirma que a carga fiscal vai diminuir, não falou dos cortes das dotações orçamentais em áreas como a Saúde e a Habitação, não esclareceu como é que compatibiliza uma política de concertação social com um comportamento de má-fé negocial como ilustra a portaria que impôs um tecto salarial de oito por cento à Função Pública, não demonstrou como conseguirá sustentar a inflação na casa dos oito por cento, não aludiu ao descalabro do mercado de capitais, não disse uma palavra sobre o Orçamento das Regiões Autónomas ou sobre a extorsão de dezenas milhões de contos às autarquias.

E se estes temas eram incómodos para o ministro e para o seu Governo, que passou sobre eles como gato sobre brasas, na manhã do primeiro dia de debate, o mesmo não se poderá dizer quanto aos partidos da oposição, que tiveram a preocupação de os trazer para primeiro plano, dirimindo-os com destreza ao longo da discussão, um por um, numa acção cujo objectivo foi o de demonstrar que este Orçamento do Estado, como realçou Octávio Teixeira, líder da bancada comunista, pode servir os interesses eleitorais do PSD mas «não serve seguramente os interesses nacionais nem a legítima aspiração dos portugueses a uma vida melhor».

As razões de uma oposição frontal

Provenientes de todos os quadrantes da oposição, fortes críticas têm sido dirigidas ao Governo pelas orientações expressas no Orçamento do Estado para 1992. Pela sua parte, logo que foram conhecidas as linhas gerais do documento, o PCP reagiu pronta e publicamente, pondo a nu aqueles que do seu ponto de vista são os aspectos mais negativos da Proposta de Lei que hoje será submetida em plenário à votação na generalidade.

O aumento brutal da carga fiscal, a redução dos salários reais dos trabalhadores da Função Pública, a extorsão de milhões de contos às autarquias, o corte de dotações orçamentais em áreas socialmente importantes como a Saúde e a Habitação, são apenas alguns dos exemplos que sustentam a postura de frontal oposição da bancada comunista e justificam o seu voto contra o Orçamento do Estado proposto pelo Executivo para o ano em curso.

Nos depoimentos que a seguir publicamos, prestados ao «Avante!» por alguns dos deputados comunistas que participaram directamente nos trabalhos das comissões onde foi apreciado o Orçamento, poderá o leitor encontrar muitas outras razões comprovativas de que o documento em apreço não serve os interesses da economia nacional nem dos portugueses.

O «buraco» na Saúde

A proposta de Orçamento para a Saúde é totalmente irrealista e desajustada das necessidades do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Um cálculo simples permite evidenciar que em vez dos 479,7 milhões de contos orçamentados (incluindo aqui já o valor de 18,8 milhões de contos destinados aos aumentos de 8% dos profissionais de saúde) eram necessários, pelo menos, cerca de 500 milhões de contos. Isto é, temos à partida um «buraco» orçamental que será, no mínimo, de 20 milhões de contos. Ou seja, vão continuar, em 1992, todos os problemas e estrangulamentos verificados em 1991 e anos anteriores, com imposição de cortes nos consumos (medicamentos, tratamentos, etc.), atrasos nos pagamentos e queixas dos fornecedores.

Mas o «buraco» no Orçamento da Saúde vai tam-

bém servir de justificação para o Governo avançar em 3 direcções.

No pagamento pelos portugueses de uma maior fatia dos custos dos serviços de saúde. Aí estão as Taxas Moderadoras. E vem aí o pagamento dos internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, e a redução das participações do Estado nos preços dos medicamentos. Isto é, quem vai ao Centro de Saúde ou ao Hospital vai pagar o que nunca pagou. Quem for à Farmácia, vai pagar bastante mais do que já pagava, e que já era muito. Agora percebe-se melhor porque é que o PSD (e o PS também) quiseram, na revisão da Constituição, impor um Serviço Nacional de Saúde «tendencialmente gratuito»!

Em segundo lugar, para «cortar» na mão-de-obra (médicos, enfermeiros, paramédicos, etc.) necessária ao SNS, não alargando quadros, não contratando novo pessoal, usando contratos de trabalho ina-

dequados, reduzindo serviços e congelando os vencimentos dos profissionais de saúde a níveis desincentivadores. A Portaria dos 8% é apenas uma amostra.

Em terceiro lugar, para embulhar nas teses da «racionalização dos meios», da «procura da gestão óptima dos serviços de saúde», da demagogia do fazer mais com menos meios materiais e humanos, a privatização a todo o vapor de sectores e serviços do SNS, equipados e instalados à custa do erário público. Mas é de crer que nem os japoneses conseguiriam o milagre de contrair, no presente ano (como é proposto no Orçamento de Estado/92 de Cavaco Silva e Arlindo Carvalho), a despesa real dos Hospitais Centrais em pelo menos 4%!

Como dissemos na declaração de voto que fizemos na Comissão Parlamentar de Saúde, em que justificamos o nosso NAO, «o orçamento proposto para a saúde é então, ou um orçamento impossível, com inevitáveis rupturas nas sua execução, ou um orçamento possível, mas à custa dos utentes, profissionais de saúde, e dos agentes económicos fornecedores do Ministério da Saúde, da qualidade, eficiência e acessibilidade do SNS.

Agostinho Lopes

Justiça: nem dignificação nem humanização

O Orçamento da Justiça não representa «um esforço equilibrado no sentido da

dignificação e humanização da Justiça em Portugal», como procura fazer crer o Relatório e Parecer da Comissão Parlamentar. De facto, consideram-se insuficientes as verbas previstas para renovação do Parque Judiciário do mesmo modo que se pode constatar, com grande preocupação, os graves problemas existentes na área da Justiça, importando destacar os que encontramos nas áreas do acesso ao Direito e da Justiça de Menores.

Os Gabinetes de Consulta Jurídica são insuficientes e as previsões quanto a novos Gabinetes também não respondem às necessidades de implantação de um verdadeiro Sistema de Informação e Consulta Jurídica.

Relativamente à área da Justiça de Menores, a anunciada criação de várias Comissões de Protecção de Menores não responde à gravíssima situação existente.

A falta de verbas conduz à inexistência dos mecanismos necessários que dêem respostas eficazes aos problemas dos menores na situação de marginalidade, dos menores em situação de risco.

Acresce, no que toca à área da modernização da Justiça, que os gastos com equipamentos como Fax's e Computadores não são acompanhados pela formação profissional adequada, impedindo a completa mentalização dos mesmos.

Desordenadamente, avança-se com novas tecnologias que pela sua instalação anárquica e sem concatenação com o manual humano a quem não é dada a necessária forma-

ção, ao invés de contribuir para a aceleração da Justiça poderão, nalguns casos contribuir para uma maior morosidade.

Odete Santos

Finanças Locais: critérios manipulados

A Proposta de Lei de Orçamento do Estado em matéria de Finanças Locais conseguiu um consenso negativo entre as autarquias e as populações. O Governo tem as autarquias contra si, mesmo muitas do próprio PSD. Este facto ficou claro face às tomadas de posição da ANMP, ANAFRE, de muitos municípios e freguesias. Ficará também claro no Encontro Nacional de Autarquias que se reunirá no próximo sábado.

Da Lei de Finanças Locais deveria resultar a fixação do Fundo de Equilíbrio Financeiro em 233 milhões de contos; em vez disso, foi fixado em 178 milhões de contos, isto é, menos 55 milhões.

Também os critérios de distribuição foram manipulados, sem a participação e o consenso das autarquias.

Mas tudo se torna ainda mais grave se pensarmos que os municípios vão suportar um enorme aumento da carga fiscal, com destaque para o IVA sobre as empreitadas de obras públicas, que aumentará de 8 para 16%. Alguns exemplos deste aumento: Almada terá um crescimento do FEF de 102 mil contos,

mas pagará a mais cerca de 604 mil contos; os mesmos números são, respectivamente, em estimativa, de 20 mil e 56 mil para Alcochete; de 26 mil e 33 mil para Benavente; de 40 mil e 73 600 para Ferreira do Zêzere; de 360 mil e 300 mil para Loures; de 98 mil e 250 mil para Oeiras; de 22 mil e 33 mil para Sines; de 80 mil para 157 mil em Vila Franca de Xira. Quanto a Lisboa, recebe a mais 500 mil contos e pagará a mais cerca de um milhão e setecentos mil contos!

Mas os encargos fiscais não ficam por aqui. Almada perdeu em 1991, só em isenções de impostos municipais de que não é indemnizada, 450 mil contos. Quanto ao pagamento de IRS um município como Palmela pagará 58 mil contos e Sines 60 mil. Recorde-se, aliás, que eles têm vindo a crescer ano após ano.

O Grupo Parlamentar do PCP fez-se e far-se-á eco da indignação e das propostas dos municípios e das freguesias portuguesas. É necessário levar este processo às populações, principais vítimas da preterição dos direitos do Poder Local pela proposta de Orçamento de Estado.

Luís Sá

Educação: dotações decrescem

Procurando esconder o carácter impopular de um Orçamento do Estado que au-

Orçamento não serve o País

Octávio Teixeira, no discurso que pronunciou em nome da bancada comunista, começou por chamar a atenção para o facto de a proposta de lei do Orçamento ser a «mais completa e definitiva negação» das promessas eleitorais do Primeiro-Ministro e do PSD. Com efeito, ao contrário das promessas anteriores - não aumento dos impostos, aumentos reais dos salários, expansão da economia portuguesa a ritmos elevados, resolução do problema da habitação, entre tantas outras -, o que este Orçamento afinal preconiza é o «mais brutal agravamento da carga fiscal da história recente», em simultâneo com uma «inaceitável redução dos salários reais de centenas de milhares de trabalhadores da Administração Central e Local», tecto salarial que pretende estender à generalidade dos trabalhadores portugueses.

Nas suas orientações fundamentais, na perspectiva da formação comunista, este Orçamento tem por consequente um carácter socialmente injusto, acentua as desigualdades e as injustiças sociais, faz recair os custos imediatos de uma política inadequada e errada sobre os rendimentos do trabalho, os reformados e as classes médias, isto sem falar das restrições gravosas à actividade produtiva ou da ameaça de desaceleração da economia portuguesa quando esta mais necessita de se expandir.

«É um Orçamento inadequado e contrário às necessidades objectivas de desenvolvimento da economia nacional e de melhoria efectiva das condições e do nível de vida dos portugueses», considerou Octávio Teixeira, que não hesitou ainda em classificá-lo como o «Orçamento do fundamentalismo fiscal»

que sobrepõe as «táticas ditadas pelo interesse partidário do PSD face aos ciclos eleitorais da presente legislatura» ao interesse nacional no quadro da União Económica e Monetária.

Ao pronunciar-se sobre o aumento da carga fiscal - «a característica mais evidente e escandalosa do Orçamento», segundo as suas palavras - Octávio Teixeira garantiu que haverá um efectivo agravamento nesta matéria, sublinhando que a proposta agora em debate «exige aos cidadãos um esforço fiscal, um aumento do montante a pagar pelos contribuintes que percentualmente é duplo da taxa de incremento prevista para os rendimentos».

Incidindo fundamentalmente sobre os impostos indirectos e em especial sobre o IVA, este agravamento foi considerado pelo dirigente comunista como «política-

mente inaceitável e socialmente imoral», uma vez que corresponde a uma opção política do Executivo que tem por objectivo exclusivo o aumento das receitas fiscais, à custa sobretudo dos consumidores de menores recursos.

Duras críticas foram ainda dirigidas por Octávio Teixeira às orientações governamentais expressas no capítulo das dotações orçamentais para as áreas sociais, as quais, como já se frisou atrás, sofrem drásticos cortes que inevitavelmente se repercutirão na degradação da qualidade do serviço público prestado às populações.

É o caso da Saúde, relativamente ao qual, lembrou, «não é minimamente credível que as despesas dos Hospitais possam aumentar apenas sete por cento em termos nominais, sem prejuízos e sem encargos para os doentes,

Portugueses vão pagar mais impostos e ter menos justiça social

tanto mais que os medicamentos e outros produtos farmacêuticos sofrem, só em IVA, um agravamento de cinco por cento».

O mesmo se poderá dizer relativamente à Habitação, que afecta centenas de milhares de portugueses, sector que previsivelmente tenderá a conhecer um novo agravamento, porquanto, «o conjunto de todas as verbas para o efeito nele inscritas, incluindo os empréstimos do INH e as bonificações de juro à aquisição de casa própria, sofrem um acentuado decréscimo real».

Apontando o Orçamento como um descendente directo do chamado «Programa de Convergência Q2», «que traça um cenário idílico da evolução macroeconómica do País», Octávio Teixeira chamou a atenção, por outro

lado, para o «irrealismo» que perpassa o documento, assente em «voluntarismos excessivos, em pressupostos indemonstráveis e mostrando inconsistências inexplicáveis».

Para a bancada comunista afigura-se deste modo muito questionável o êxito de alguns dos objectivos enunciados pelo Governo, nomeadamente a baixa da inflação medida pelo índice de preços ao consumidor para os oito por cento, a aceleração do ritmo de crescimento de produção, a duplicação das taxas de crescimento do investimento e das exportações, ou ainda o sucesso da concertação social que o Executivo considera como um dos pilares básicos do seu programa mas em relação à qual revela total incapacidade para dialogar e negociar.

menta pesadamente a carga fiscal sobre os cidadãos e que submete inclusivamente ao IVA os livros e o material escolares, o Governo afirma repetidamente um crescimento significativo das despesas com a Educação. Mas não é verdade.

O Orçamento de funcionamento do Ministério da Educação passa de 500,42 milhões de contos em 1991, para 599,2 em 1992, sendo 46 milhões de contos destinados exclusivamente ao desdengamento dos escalões da carreira docente, devido em alguns casos desde Julho de 1990. Verifica-se assim que para fazer face a todos os encargos de funcionamento do sistema educativo, incluindo os aumentos salariais relativos a 1992, o OE cresce 10,59 por cento em relação a 1991. Considerando o aumento previsível dos preços ao consumidor (oficialmente 9,5 por cento), torna-se evidente que o Orçamento para a Educação se revelará insuficiente para suportar os pesados encargos de funcionamento do sistema, a braços com um parque escolar insuficiente e degradado e com graves carências estruturais, designadamente a nível da acção social escolar.

No que se refere às despesas de investimento (PID-DAC), importa desde logo salientar que o Orçamento inicial de 1991 foi cortado em mais de 10 milhões de contos em Novembro, por altura da alteração orçamental. O PID-DAC para 1992 cresce nominalmente três por cento em relação ao inicial de 1991, o que representa um sério retrocesso.

Para atentar nas consequências visíveis deste Orçamento, basta verificar as dotações que decrescem: inves-

timento no ensino oficial; instalações para o ensino básico e secundário; investimento na educação pré-escolar; difusão da cultura e ensino da língua portuguesa no estrangeiro; acção social escolar para o ensino novo superior, afectando a alimentação e a acção socioeconómica; apoio e desenvolvimento pedagógico, afectando nomeadamente o programa interministerial para a promoção do sucesso educativo.

António Filipe

Aposta na contenção salarial

O Governo alcançou a maioria nas eleições de 6 de Outubro prometendo e garantindo progresso e justiça social.

Esta proposta de Orçamento de Estado nega e desmente tais promessas e garantias. Os trabalhadores e as classes mais desfavorecidas vão ser penalizados. Exemplo flagrante é a publicação de uma Portaria (antes da discussão e votação da OE e numa fase de negociação) que visa impor aos trabalhadores da Administração Central e Local aumentos de 8% acompanhados de medidas legislativas visando criar excendentes e proceder a despedimentos. É evidente que esta operação não é uma simples manobra de chantagem sobre os trabalhadores da Função Pública e da Administração Local. É uma experiência laboratorial para impor baixos aumentos salariais a todos os trabalhadores portugueses.

A par da contenção salarial, o aumento directo e indirecto dos impostos vai repercutir-se sobre quem desconta na fonte. O ajuste dos escalões do IRS só em 8% vai significar que os trabalhadores vão pagar mais. O próprio aumento dos preços resultantes do IVA também atingirão duramente as classes mais desfavorecidas, particularmente os reformados.

Ao nível da Segurança Social importa verificar que mais uma vez as prestações vão ser pagas pelos descontos dos contribuintes. As transferências do OE ficaram por fazer violando-se assim a Lei de Bases da Segurança Social. Isto implica menos aumentos nas reformas, nos abonos de família, nos subsídios e prestações sociais.

Para agravar tudo isto só faltavam as taxas moderadoras na Saúde.

Jerónimo de Sousa

Mais impostos para quem menos pode

No Programa eleitoral do PSD lia-se: «irá prosseguir-se uma política fiscal que possibilite continuar a política de desagravamento fiscal...»

O verdadeiro conteúdo desta promessa eleitoral caquística, que o Governo e o ministro das Finanças traduziram por uma eufemística «harmonização fiscal» está espelhado no Orçamento do Estado para 1992: mais de 30 por cento de aumento nas

receitas fiscais, mais 674 milhões de impostos a crescerem três pontos percentuais no PIB (Produto Interno Bruto).

No IVA passa-se de uma arrecadação de 608 milhões de contos orçamentados em 91 para, no mínimo, 900 milhões de contos, mais de 48 por cento.

Bens de consumo do dia-a-dia dos portugueses aí estão a sofrerem os aumentos provocados pela alteração das taxas do IVA: é o pão e o leite; é o arroz, as farinhas e as massas alimentares; é a carne e o peixe; são os legumes e as frutas. Tudo o que são bens alimentares e que mais pesa nos orçamentos das famílias de menos recursos é especialmente visado neste Orçamento.

Quanto aos bens culturais e educativos o Programa do Governo prometia prosseguir as «acções de apoio à política de divulgação do livro». Que nos oferece o Orçamento: os livros passam a ser sobrecarregados com IVA e o material didáctico passa de uma taxa de 8 para 16 por cento.

Na Saúde, escrevia o Programa eleitoral do PSD: «importa prosseguir no objectivo de aliviar os orçamentos familiares nas despesas de Saúde». Que faz o Governo? Ressuscita as taxas moderadoras e os medicamentos passam a pagar IVA

Em suma, uma família portuguesa que paga em média, actualmente, directa ou indirectamente, 18 contos por mês de IVA nos bens e serviços que adquire, passa a pagar, com este Orçamento, 25 contos/mês.

O IRS tem um incremento de 33 por cento. Um exercício simples prova que aqui também há um sério agrava-

mento da carga fiscal. Consideremos um casal com um filho. Mesmo admitindo que os salários só aumentassem os 9,5 por cento que o Governo quer impor, o que acontece é um agravamento do imposto pago seja qual for o escalão considerado, mais elevado nos rendimentos mais baixos, e será tanto maior quanto a luta dos trabalhadores conseguir, como vai conseguir, romper com os tectos salariais que o Governo quer impor.

Em contraste, o Governo de Cavaco Silva, que em 1991 concedeu às empresas mais de 125 milhões de contos de benefícios fiscais (cerca de metade do que seria potencialmente arrecadado de ITC), prepara-se em 1992 para aumentar esse valor. Mãos rotas para o capital. Austeridade para os trabalhadores e as camadas médias.

É claramente uma política virada contra os interesses da maioria dos portugueses, de inaceitável acentuação das desigualdades e das injustiças sociais. É a factura das promessas eleitorais com que o PSD e Cavaco Silva enganaram os portugueses. Mas os portugueses saberão reagir e lutar!

Lino de Carvalho

Defesa Nacional

Em matéria de Defesa Nacional o Orçamento é apresentado — sem que o Governo tenha proposto a nova Lei de Programação Militar (para os anos de 1992-1996), lei indispensável para o reequipamento

das Forças Armadas — sem que estejam definidos o novo dispositivo e os novos quantitativos de pessoal, medidas indispensáveis para falar de redimensionamento.

O Orçamento não reflecte assim nenhum dos objectivos anunciados pelo Ministério. Não há reestruturação, não há redimensionamento, não há reequipamento.

A nível de pessoal, acontece mesmo que há aumento das verbas de pessoal, com a justificação essencial da aplicação do novo conceito de serviço militar. Isto é: o novo conceito, em vez de conduzir à diminuição de encargos, conduz ao seu agravamento!

O ODN está assim completamente afastado dos desafios de modernização a que deveria responder.

Mesmo no que respeita à operacionalidade dos meios ao dispor das Forças Armadas, o Orçamento faz cortes significativos, de que é exemplo o que se passa com a rubrica «munições», que, no conjunto de todos os departamentos, desce cerca de 800 mil contos!

No fundo, todo o orçamento espera decisões externas: aguarda-se a execução do Acordo de redução de armas convencionais na Europa (CFE), aguarda-se a conclusão da renegociação do acordo das Lajes, aguarda-se a conclusão da renegociação do Acordo Luso-Alemão, aguarda-se a «boa vontade» dos EUA.

Não traz boas notícias para a Defesa Nacional, este Orçamento!

João Amaral

Entrevista com Lino Paulo

O mistério da Câmara de Sintra

João Justino é membro do PSD e presidente da Câmara Municipal de Sintra. O seu partido, através duma Sindicância agora (mal) relatada pelo Inspector Geral da Administração do Território (IGAT), procura livrar-se da sua mais que duvidosa actuação de vários anos como presidente deste importante município citando conclusões sem apresentar a matéria de facto, sonhando à própria Câmara as voltas do inquérito que fez. Trata-se de uma história mal contada desde o início, que o vereador comunista **Lino Paulo**, prestigiada figura do executivo sintrense, aqui deslinda.

Lino Paulo começou por nos recordar que «foi o PCP quem, em primeiro lugar e face à política de suspeição há muitos anos praticada no seio da coligação PSD/CDS na Câmara de Sintra, exigiu a realização da Sindicância agora concretizada», cuja aponta para a perda de mandato do presidente João Justino. Ora esta Sindicância — finalmente realizada pelo IGAT — surge agora lançando na incerteza jurídica a situação do presidente da Câmara e — pior que isso — sem dar completo conhecimento dos Relatórios da Sindicância, «refiram-se eles ao presidente, a vereadores ou a funcionários», como nos sublinhou Lino Paulo, que acrescentou:

«É urgente que, nos termos da lei, a Câmara exerça as suas competências, sendo essencial sanear a

Câmara, desgastada por 12 anos de presidência PSD/CDS, atolada em negócios e inoperância, vivendo em verdadeiro clima de autodestruição», aproveitando para sublinhar que «a CDU, na Câmara Municipal de Sintra, se reafirma como e enquanto oposição — uma oposição que trabalha e demonstra saber trabalhar, que gere e demonstra saber gerir com eficiência e seriedade», apresentando-se, por isso, «como única real alternativa ao actual estado de coisas, como única força política capaz de, no Concelho de Sintra, conduzir o processo de mudança».

O silêncio dum despacho

Historiando brevemente as estranhas voltas desta

Sindicância, Lino Paulo relatou-nos:

«Os vereadores do PCP na Câmara de Sintra tomaram conhecimento, não oficial, do despacho de 14 de Janeiro último do sr. Inspector-Geral da Administração do Território sobre a Sindicância ao Município de Sintra e referente ao relatório parcelar n.º 2, o qual referia que, no decurso das averiguações levadas a cabo, foram detectadas situações de impedimentos e também de incompatibilidades do presidente da Câmara, as quais levam à sanção de perda de mandato».

Ora «estranhamente este despacho não refere, em concreto, quais as situações que têm a natureza de impedimentos e de incompatibilidades», tal como, «também estranhamente e ao arpejo da lei, o referido despacho afirma que só após decisão do Tribunal Administrativo do Círculo enviará o relatório completo à apreciação da Câmara Municipal de Sintra».

Os comunistas e a CDU não concordam, em absoluto, com este procedimento, que consideram «ilegal e causador de ainda maior desestabilização da Câmara», a quem e só a quem, segundo Lino Paulo, «compete, nos termos da lei, a

verificação de situações de incompatibilidade e a aplicação da respectiva sanção, a qual é, necessariamente, a perda de mandato».

A instrumentalização

E Lino Paulo prossegue: «Face a esta situação, verifica-se mais uma vez a instrumentalização político-partidária da Sindicância à Câmara. Verifica-se que a tutela do Governo do PSD pretende jogar os resultados da Sindicância — no seu aspecto principal, a perda do mandato do Presidente da Câmara, igualmente do PSD — na altura que, eleitoralmente, lhe seja mais benéfica.

«Com esta tática, pretendem o PSD e os seus aliados do CDS ganhar tempo para jogar, mais uma vez, o jogo a que já habituaram a população do Concelho e que passa por:

«Se distanciarem e inclusive «queimar» o seu Presidente;

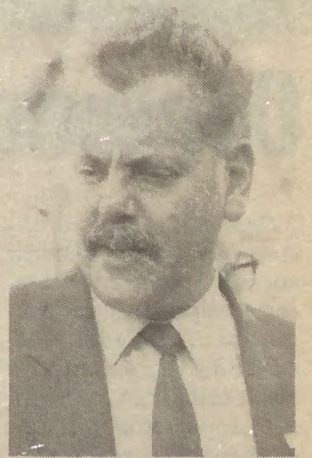
«Lançarem sobre os outros — sobretudo sobre os maiores opositores à sua política — a acusação de serem o sustentáculo deste;

«Lançarem novos «salvadores» do Concelho.»

Que se cumpra a lei!

Daí as posições claramente assumidas em reunião de Câmara a semana passada pelos vereadores do PCP na Câmara Municipal de Sintra face a este embrulhado processo «tocado» pelo partido governamental, e que Lino Paulo nos resumiu:

«Os Vereadores do PCP reafirmam que estão na Câmara para trabalhar e para lutar pelo cumprimento das Leis e exigem — e vão fazê-lo na sede própria — que desde já e no cumprimento da Lei, sejam explicitadas as situações e/ou factos que configurem incompatibilidades legais do Presidente da Câmara. Uma vez obtida a necessária explicitação das incompatibilidades, votarão, no estrito cumprimento da Lei. Esta é, aliás, clara e não permite — ao invés do que se afirma no despacho — qualquer parcela de discricionariedade, juízo de conveniência ou oportunidade política. As situações que configuram incompatibilidades encontram-se taxativamente enumeradas na Lei», sublinhou Lino Paulo, advertindo que os vereadores do PCP deixam claro que «uma vez presente o Relatório do IGAT e verificadas as in-



Lino Paulo, vereador comunista, denuncia a duvidosa actuação do presidente da Câmara de Sintra

compatibilidades, votarão a perda de mandato do Presidente da Câmara, eleito pela Coligação PSD/CDS», tal como «irão exigir que, paralelamente às acções apontadas acima, o Tribunal Administrativo de Círculo proceda com a máxima celeridade à análise das matérias, referidas no Despacho ao Relatório Parcelar n.º 2, e que sejam da competência deste.»

Finalmente «irão propor que a Câmara exija a rápida conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância ao Município de Sintra, com o consequente despacho dos demais Relatórios Parcelares, refiram-se estes ao Presidente, a Vereadores ou a Funcionários», bem como deixarão claro que, «face a esses relatórios e naquilo que a Lei confira competências à Câmara, votarão inexoravelmente as sanções previstas na Lei.»

CDU

Eleitos e activistas reúnem-se em Évora

Realizou-se em Évora, no passado sábado, um Encontro de Eleitos e Activistas da CDU, onde estiveram mais de uma centena de presentes, além de **Diamantino Dias**, membro do Secretariado da DOREV, e **Luís Sá**, membro da Comissão Política do Comité Central.

Durante o debate foram feitas mais de duas dezenas de intervenções salientando «a obra realizada pelos eleitos durante estes dois anos de mandato, durante o qual tem estado a ser cumprido o programa eleitoral então apresentado». Foi ainda salientada a multiplicidade de obras que se iniciaram durante Janeiro e outras que se estão a iniciar, as quais darão à cidade de Évora «novas estruturas de infra-estruturas de modernidade», as quais de certo vão confirmar Évora Cidade da Europa: «novas entradas da Cidade, alargamento e reforço da circular às muralhas, novas regras para o trânsito, arruamentos dos bairros, reforço da limpeza pública, estão entre algumas medidas previstas para este ano», afirmou-se.

No Encontro foi demonstrado como os eleitos e a população podem resolver muitas situações, «como é o caso recente da construção de pontões em N.º Sr.ª de Machede, obras diversas em Graça do Divor, a construção da sede da Junta de Freguesia de Canaviais e outras, nas quais as populações participam com o seu trabalho dando a autarquia os materiais e as máquinas», entre muitos outros exemplos.

Os eleitos e activistas presentes, a par da apreciação positiva que fizeram do traba-

lho, apontaram também medidas para o reforço do trabalho na última fase do mandato, «designadamente maior divulgação da obra realizada, assim como maior ligação dos eleitos com as populações foi ainda salientada a necessidade de trabalhar para reforçar os contactos como todos os órgãos autárquicos, os agentes socioculturais e outros.»

O Encontro da CDU mostrou a sua estranheza «por o governo nos últimos anos ter enviado à Câmara de Évora sete fiscalizações, dando indícios claros de o PSD instrumentalizar o aparelho de Estado, as quais têm servido para uma intensa campanha contra a CME, não apenas na imprensa local e nacional, mas também por dirigentes do PSD a nível local, designadamente pelo presidente e vice-presidente da Comissão Política, um dos quais é governador civil.» E reafirmou-se:

«A CDU está tranquila com a gestão, porque ela é transparente e as calúnias que se têm levantado se voltarão contra quem as levanta».

O Encontro da CDU apontou ainda um conjunto vasto de medidas a serem colocadas em prática proximamente, de onde salientamos: «Realizar uma jornada de esclarecimento no Concelho sobre a obra realizada; realizar reuniões regulares com os eleitos de cada órgão; até fins de Março constituir a Coordenadora Concelhia da CDU; iniciar o trabalho com o objectivo eleitoral de 1993.»

Freguesias querem mais autonomia

• ANAFRE entrega no Parlamento petição com 13 mil assinaturas

Mais de duas centenas de autarcas de freguesia estiveram recentemente concentrados em frente da Assembleia da República apoiando o Conselho Directivo da Associação Nacional de Freguesias, que fez a entrega de uma Petição subscrita por cerca de 13 000 cidadãos aos vice-presidentes da Comissão Permanente do Poder Local do Parlamento.

Os membros dos órgãos executivos e deliberativos das Freguesias presentes organizaram-se em grupos de dez e fizeram entrega de cópias da Petição nos gabinetes de todos os Partidos Políticos representantes na Assembleia da República, tendo estabelecido diálogo com deputados dos respectivos grupos parlamentares.

A petição entregue contém as reivindicações das Freguesias aprovadas em II Congresso da ANAFRE, com vista à sua dignificação, nomeadamente o reforço da autonomia administrativa das Freguesias através da aprovação de um regime de Competências próprias, que consagre e consubstancie uma verdadeira descentralização de poderes, bem como o reforço da autonomia e capacidade financeira, instituindo a afectação directa dos meios financeiros do Poder Central para as Freguesias, sem prejuízo do que já hoje auferem e que decorrem dos acordos entre as Câmaras Municipais e as respectivas Freguesias;

De acordo com a informação prestada ao «Avante!» por Joaquim Gonçalves, membro de Mesa do Congresso da ANAFRE e presidente da junta de freguesia da Moita, a petição exige ainda a consagração

do Regime de Permanência dos eleitos das freguesias na base de uma solução ampla que abranja o maior número de Freguesias do País, a consagração legal do direito de Associação de Freguesias como forma de rentabilizar e melhorar os meios ao serviço das populações, o lançamento de um verdadeiro programa nacional que tenha em vista dotar as Freguesias com sedes próprias, dignas e funcionais e ainda a obrigatoriedade de audição e consulta às freguesias e ANAFRE sobre o que de algum modo diga respeito às suas atribuições e competências.

A petição afirma que o actual estatuto das Freguesias é inconstitucional, nomeadamente no que se refere à Lei das Finanças Locais, pois esta não dá autonomia à autarquia Freguesia, estando dependente financeiramente da autarquia Câmara Municipal, baseado-se juridicamente na violação dos preceitos constitucionais de autonomia das Autarquias Locais, nomeadamente o art.º 6 da Constituição da República Portuguesa, e ainda no preceituado na Carta Europeia de Autonomia Local, emanada do Conselho da Europa e ratificada pela Assembleia da República, nomeadamente no n.º 3 do seu art. 4.º.

A Associação Nacional de Freguesias, recorde-se, tem conseguido através do consenso e da unidade na acção representar centenas de autarquias de Freguesia e os anseios de dezenas de milhar de eleitos que pretendem contribuir de uma forma mais positiva para o desenvolvimento das regiões onde se inserem e para a melhoria da qualidade de vida das populações.

Dar à luta pela igualdade a importância que realmente tem

Mulheres criticam política e medidas de Cavaco Silva

«É urgente dar à luta pela igualdade a importância que ela efectivamente tem (sempre e não só no 8 de Março, como é habitual), dar a conhecer às mulheres os seus direitos, obrigar as forças no poder a cumprirem as leis da República, exigir do Governo, dos partidos políticos, das autarquias locais, das organizações de base, de todas as forças vivas do País, que desenvolvam esforços no sentido da alteração de mentalidades, da criação de condições materiais, sociais e culturais que permitam tornar realidade a igualdade que a Constituição consagra» - defende a Organização das Mulheres Comunistas.

Numa conferência de imprensa que teve lugar sexta-feira passada no centro de trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes, foi apresentado um documento em que as mulheres do PCP criticam severamente a política desenvolvida pelo Governo desde as eleições de 6 de Outubro e algumas recentes medidas «lesivas dos interesses das mulheres e entravantes da luta pela sua emancipação».

A transferência da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (ex-CCF) da tutela do primeiro-ministro para a tutela do ministro do Emprego, afirmam as mulheres do PCP, «não vai no sentido de reforçar os poderes desta Comissão nem de implementar o Plano Global e Intersectorial para a Igualdade de Oportu-

nidades para as Mulheres decidido pelo anterior Governo. Pelo contrário, esta decisão entra em contradição com as palavras do ministro dos Assuntos Parlamentares, quando da tomada de posse da Presidente da CIDM (agora demissionária), e mesmo com o programa do Governo».

Aquela decisão, alertam as mulheres comunistas (que insistem na necessidade da sua revogação), «poderá ainda pôr em causa o estatuto das organizações femininas não governamentais junto da Comissão, diminui a capacidade funcional da CIDM e é tomada ao arpejo do III Programa de Acção Comunitário a Médio Prazo, que pela primeira vez aponta para uma intervenção multidisciplinar, ou seja, de estreita ligação entre estruturas que definem

as grandes linhas orientadoras para os vários sectores».

No documento divulgado aos jornalistas considera-se que, pelo facto de manter desde 1990 no Orçamento de Estado a verba de 10 mil contos para as organizações não governamentais do Conselho Consultivo da CIDM, o Governo «não só não dá mostras de empenho na batalha pela igualdade homem/mulher, como revela mesmo o seu desrespeito pela acção das organizações femininas nessa batalha».

Levando a cabo uma política que é, ela própria, geradora de desigualdades, o Governo tem aplicado medidas gravemente lesivas dos interesses das mulheres. Entre estas, as comunistas incluem os brutais aumentos de preços de bens e serviços es-

senciais, a reintrodução de elevadas taxas moderadoras nos cuidados de saúde, o projecto de aumento das propinas e a imposição do IVA a todos os produtos de primeira necessidade, incluindo produtos alimentares e medicamentos - que levantam especiais problemas às mulheres como «gestoras preferenciais dos orçamentos familiares e moderadoras de tensões no seio da família».

«A par de uma elevada taxa de desemprego e do carácter feminino que maioritariamente assume o trabalho precário, fruto da política de emprego discriminatória conduzida pelo Governo, serão mais uma vez as mulheres que mais caro pagarão as consequências destas medidas governamentais» - denuncia-se no documento, onde se sublinha também o contraste entre a política real do executivo laranja e as promessas contidas no programa eleitoral do PSD e no programa do Governo.

As mulheres comunistas acusam Cavaco Silva e os seus ministros de serem os primeiros a ignorar o cumprimento das leis que garantem os direitos das mulheres, designadamente a Lei de Protecção da Maternidade e da Paternidade, diariamente violada. A Lei-Garante de Protecção às Mulheres Vítimas de Violência, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PCP e aprovada há seis meses por unanimidade, viu esgotado o prazo de 90 dias para a sua regulamentação.

Iniciativas e propostas

Através do Grupo Parlamentar do PCP, e entre outras medidas, as mulheres comunistas vão levar à Assembleia da República um projecto de lei que garanta às organizações femininas o estatuto de parceiro social, há muito reivindicado, e que preveja a criação de um centro de estudos sobre a mulher - que, constituindo um pólo dinamizador da investigação sobre a situação da mulher, permita o seu diagnóstico exacto e contribua para a definição de políticas correctoras adequadas.

Anunciaram igualmente o seu propósito de retomar os projectos de lei para garantir protecção jurídica às pessoas em união de facto, para garantia dos alimentos devidos



Na conferência de imprensa da organização das mulheres comunistas participaram Odete Santos (deputada do PCP e jurista), Conceição Morais (do CC do Partido) e Fátima Garcia (representante comunista no Conselho Consultivo da CIDM e membro da comissão junto do CC do PCP para os problemas e a luta das mulheres)

a menores, para atribuição de um subsídio mensal especial aos filhos a cargo de mães e pais sós, e para instituir medidas tendentes à efectivação dos direitos das mães sós.

Na conferência de imprensa foi ainda revelado que o PCP fez, na semana passada, um requerimento ao Governo, através do secretário de Estado para a Comunicação Social, para esclarecer a razão por que a RTP exige pagamento na passagem de spots das organizações não governamentais.

No Dia Internacional da Mulher as mulheres comunistas vão promover diversas iniciativas para aprofundamento da problemática feminina, contactos com a comunicação social, para além de iniciativas comemorativas conjuntas com outras organizações femininas e sociais, apelando a que o 8 de Março seja «uma grande jornada de luta das mulheres portuguesas em defesa dos seus direitos e pelo cumprimento das leis que os garantem».

A actividade dos comunistas corresponde aos interesses dos emigrantes

Alargando-se à defesa dos interesses dos trabalhadores portugueses no campo sindical, na reivindicação de direitos específicos, na interacção com outras comunidades, na conexão com forças políticas de esquerda, a actividade organizada dos comunistas na emigração encontra justificação plena na relação intrínseca que os emigrantes mantêm com o seu país, mormente na Europa, onde a força dessa relação é tanto mais intensa quanto maior é o desejo de regresso.

Empenhado em demonstrar que o conceito de «emigrante» está definitivamente enterrado para efeitos da cidadania europeia, o Governo PSD esforça-se por oficializar de vez essa nova terminologia. Não por meras razões de forma ou para destacar alguns benefícios decorrentes da integração, mas sim por interesses políticos bem precisos.

A retórica sobre o estatuto de cidadãos residentes pretende simplesmente fazer crer o seguinte: os problemas dos emigrantes portugueses foram resolvidos, de tal modo e tão a contento que estes até deixaram de o ser.

Posto isto, que estranha linguagem é essa de «direitos», «discriminações», «ensino de português», «funcionamento consular», «clandestinos», «órgãos consultivos», etc., etc. Só dos que não estão voltados para o futuro...

Naturalmente, a actividade política do Partido na emigração atinge maior expressão pública em iniciativas de carácter unitário e em períodos de Campanha Eleitoral. Elas permitem constatar a convergência de opiniões entre nós e um vasto e qualificado número de emigrantes.

De debate, do confronto de ideias, da análise atenta das realidades da emigração, resultam propostas programáticas que se valorizam constantemente pela sintonia que encontram nas opiniões expressas por outras pessoas que de comum têm a preocupação pelo fenómeno das migrações.

A actividade organizada dos membros do Partido na emigração assenta em razões objectivas. Com ela consegue-se dar forma e conteúdo às propostas que, por serem recíprocas aos interesses dos trabalhadores portugueses no estrangeiro, mantêm viva uma intervenção que não se confina à crítica da política de direita, mas propõe alternativas e abre outras perspectivas de vida.

Inscrevendo-se na actividade regular do Partido, várias iniciativas estão em curso ou agendadas.

Delas ressalta a próxima Reunião de Quadros da Europa que, no contexto da preparação do XIV Congresso, deve assumir realce particular.

Em realizações de âmbito europeu, a organização do Partido avançou em primeira mão com propostas que vieram a ser acolhidas. A atribuição de capacidade eleitoral nas eleições autárquicas e a legalização dos emigrantes clandestinos são dois exemplos recentes.

Estão em curso na Europa mutações de carácter sociopolítico que colidem com as condições de vida, residência e trabalho dos emigrantes portugueses.

A acção e respostas dos comunistas não pode deixar de conter a denúncia firme e exemplificativa da actual política de emigração do Governo PSD.

■ António Augusto

PCP comenta atribuição de canais privados de TV

Face à decisão governamental hoje tornada pública relativamente à atribuição de dois canais privados de televisão, o PCP entende necessário salientar:

1. Este facto representa o culminar de um processo determinado e orientado por legislação, concepções e métodos de decisão que o PCP oportunamente contestou e em que foi patente uma actuação governamental pautada pelos calendários eleitorais e pelos interesses eleitoralistas do PSD.

2. Embora se compreenda que, por factores diversos, se tenha ampliado a apetência social por um maior número de canais de televisão, importa acentuar que a questão mais relevante e decisiva no que respeita à relação do sistema audiovisual em Portugal com a vida da democracia e da sociedade portuguesas continua a ser a defesa e a modernização do serviço público de televisão implicando a sua adopção de uma orientação baseada nos princípios constitucionais, o respeito pelo pluralismo, a desgovernamentalização da sua gestão, a recusa de um modelo de programação que conduzisse ao enfraquecimento da sua viabilidade económica; a garantia de meios compatíveis com a sua natureza e missões de serviço público.

3. A vasta e elucidativa experiência internacional já existente desaconselha ilusões de que os canais privados representem por si sós e automaticamente maior diversidade real de programação e mais pluralismo efectivo, e ilustra ao mesmo tempo a evidência dos efeitos desastrosos da luta pelas audiências e pela publicidade, num quadro de padronização de gostos e de descida de qualidade da programação.

4. É de exigir que a existência e actividade de canais privados de televisão - que ocorrerá em Portugal com base na realização de vultuosos investimentos do Estado na rede de transporte e difusão do sinal - corresponda ao seu respeito pelos fins genéricos e específicos da actividade de televisão consagrados na Lei da Televisão (designadamente quanto ao pluralismo e à produção nacional), ao rigoroso cumprimento dos compromissos assumidos nos respectivos processos de candidatura e ao exercício eficaz dos indispensáveis mecanismos de fiscalização democrática sobre esse respeito e esse cumprimento.

6.2.92
O Gabinete de Imprensa do PCP



SOBE PROTESTO EM BRAGA

Nos últimos tempos regista-se uma subida de tom do descontentamento e protesto social, afirma a direcção regional de Braga do PCP, referindo as lutas nas empresas, as manifestações contra a PGA, o bom acolhimento que tiveram as iniciativas da jornada de propaganda do Partido, o grande apoio e adesão dos trabalhadores à luta marcada pela CGTP para dia 12 e à greve da função pública de dia 18, e a recepção de protesto que aguardava o primeiro-ministro e acompanhantes em Guimarães, quando da sua deslocação recente ao distrito. A DORBraga, como se destaca numa nota divulgada após a sua reunião do passado sábado, assinala como exemplo, e saúda a luta vitoriosa dos trabalhadores da Orfama, que viram satisfeitas as suas reivindicações ao fim de uma semana de greve.

A direcção regional analisou a actividade partidária e tomou medidas para a realização da assembleia da organização concelhia de Vila Nova de Famalicão (dia 15 de Fevereiro), dos encontros de autarcas de Vila Verde (dia 15) e de Fafe (dia 23), e de um debate sobre as questões do mundo contemporâneo (dia 29).

VIANA DO CASTELO

As dezenas de quadros comunistas que participaram na reunião distrital de dia 25 de Janeiro, em Viana do Castelo, manifestaram o propósito de um maior empenhamento no trabalho partidário, nomeadamente no plano de actividades para 1992 que ali foi aprovado por unanimidade. Tendo como preocupação o reforço do PCP e da sua influência no distrito, o programa prevê a realização de iniciativas «que proporcionem a discussão fraterna mas aprofundada» dos problemas, como refere uma nota enviada à imprensa após a reunião e na qual se destaca a realização, em breve, de debates sobre a situação internacional (com Albano Nunes), a actualidade do ideal comunista (com Agostinho Lopes) e a imprensa local no desenvolvimento regional (com Miguel Urbano Rodrigues), bem como de um seminário sobre história do movimento sindical e do movimento associativo popular.

A reunião distrital de quadros da ORVIC realizou-se na Sociedade de Instrução e Recreio Darquense e contou com a participação de Vítor Dias, da Comissão Política do CC.

EFACEC

A célula do PCP na Efacec/Ovar, num comunicado que distribuiu no final da semana passada, apela aos trabalhadores da fábrica para que reforcem a sua organização e resistência em defesa dos postos de trabalho, melhores salários e mais justiça social. Recordando recentes declarações públicas do presidente do Grupo Efacec, em que este referia uma previsão de lucros de 1,8 milhões de contos em 1991, os comunistas protestam contra a continuação da política de redução de efectivos, sublinhando que «não é admissível a utilização de formas de pressão psicológica, chantagem e outras que claramente violam os direitos dos trabalhadores».

DIALAP

Os comunistas repudiam vivamente o despedimento de cerca de dois terços dos traba-

lhadores da Sociedade Portuguesa de Lapidagem de Diamantes, propósito já anunciado publicamente pela administração daquela empresa. Numa nota do organismo de direcção do sector de empresas da Zona Oriental de Lisboa do PCP, enviada segunda-feira à comunicação social, afirma-se que os comunistas vão apoiar as iniciativas dos trabalhadores e procurar intervir em defesa dos seus justos interesses e direitos. Na Dialap o Estado (IPE) detém cerca de 85% do capital, pertencendo 13% das acções à Diamond Corporation (Reino Unido). O PCP salienta que o Governo português tem o dever de, a nível da CEE, «exigir e negociar» para viabilizar a Dialap.

JURISTAS DA ORL

Reuniu no dia 1 de Fevereiro, no CT Vitória, a assembleia da célula dos juristas da Organização Regional de Lisboa do PCP. Na reunião, que decorreu durante toda a tarde, foram debatidas, entre outras questões, as eleições para a Ordem dos Advogados, a participação da célula no trabalho preparatório do 14º Congresso do Partido (nomeadamente no que respeita à política de Justiça), a situação na célula (saídas e inscrições no Partido), a democracia do funcionamento orgânico, o papel dos funcionários do Partido, a actividade financeira da célula, experiências de trabalho de juristas comunistas com autarcas e dirigentes sindicais. Parte destas questões foram incluídas no plano de trabalho da célula.

Os camaradas André Machado Jorge, Fernando Fontinha, Fernando Sá, João Delgado Simões e João Godinho constituem o secretariado da célula, eleito na assembleia. Esta registou com pesar o falecimento do camarada Serrão de Moura.

Na assembleia participou o camarada Edgar Correia, da Comissão Política, que introduziu o debate sobre temas da política nacional e internacional. No final da reunião realizou-se, num bar-restaurante lisboeta, um jantar-convívio que se prolongou até de madrugada.

DORP critica Orçamento 92 Bloqueado desenvolvimento do Porto

Reunida em plenário, no passado dia 29 de Janeiro, a Direcção da Organização Regional do Porto aprovou um plano de trabalho para os próximos meses e apreciou a situação política, destacando-se a denúncia e condenação do Orçamento de Estado para 1992, que «no que respeita ao Porto não dá resposta aos grandes problemas e bloqueios ao desenvolvimento do distrito. É o caso de importantes estruturas ferroviárias e rodoviárias que sofrem novos arrastamentos e adiamentos ou são insuficientemente dotadas.

Não são deste modo garantidas as verbas necessárias para avançar rapidamente na construção dos atravessamentos do Douro e dos seus acessos ou na concretização de um transporte público rápido para a área metropolitana.

É neste sentido que a DORP decidiu aprofundar a análise de todos estes problemas e apresentar propostas com vista à sua discussão do OE na Assembleia da República.

«Num contexto em que se agrava a crise no sector têxtil, em que um número significativo de empresas encerram ou se encontram paralisadas, em que aumentam os despedimentos e se acentua a instabi-

lidade do emprego no distrito, o Governo não esconde o propósito de reduzir drasticamente o número de postos de trabalho na Administração Pública», refere a DORP no comunicado divulgado.

O texto acusa ainda o Governo de avançar com um brutal aumento dos impostos directos e indirectos, inflacionar os preços de bens e serviços essenciais e bloquear as negociações de convenções colectivas de trabalho, bem como de recuar no compromisso de legislar a redução anual do horário máximo de trabalho. Ao atrasar a revisão do salário mínimo nacional e o aumento das pensões sociais, o Executivo de Cavaco Silva tenta conjugar esforços com as associações patronais para impor a contenção salarial, pretendendo que o funcionalismo seja um exemplo extensivo a todos os outros trabalhadores.

Na reunião da DORP foi aprovado o plano de trabalho que visa compatibilizar o calendário da preparação próxima Assembleia Regional, anunciada para 7 de Junho, e do 14º Congresso do PCP com a actividade normal do Partido no distrito.

O projecto de resolução política a apresentar na As-

sembleia Regional deverá estretanto ser posto ao debate dos militantes no mês de Maio, altura em que decorrerão plenários para a eleição dos delegados.

Ainda no âmbito da preparação da Assembleia e do Congresso a DORP decidiu promover em 28 de Março, um seminário sobre questões do ambiente, ordenamento do território e saneamento básico e um outro sobre a situação social dos trabalhadores.

Outros debates estão previstos nomeadamente sobre educação, independência nacional, o estado da democracia portuguesa e o poder da informação. Este último realiza-se já amanhã.

Este conjunto de iniciativas efectua-se sem prejuízo das actividades já anunciadas pelas diversas organizações, que analisarão problemas tão distintos como a administração e a descentralização administrativa; a banca; os seguros; o associativismo popular; a situação internacional; a informação; o marxismo; experiências e modelos de socialismo; o racismo e a xenofobia; o PCP e os intelectuais; o PCP e os trabalhadores no caminho do futuro.

Com vista a assinalar o 71º aniversário do PCP, a DORP anuncia para a primeira quinzena de Março um comício distrital e um convívio de intelectuais, bem como outras iniciativas de confraternização em diversos concelhos.

Maia

Também o Executivo da Comissão Concelhia da Maia do PCP esteve reunido e divulgou uma nota em que considera «lesiva a decisão da CM da Maia de oferecer sem qualquer contrapartida à Fundação Belmiro de Azevedo sete mil metros quadrados dum terreno municipal excelentemente localizado». A cedência foi feita «apressadamente e em surdina pela maioria PSD com a conivência do PS», refere o comunicado do PCP que conclui não ter a Câmara «qualquer legitimidade para conceder favores aos grandes capitalistas à custa do património municipal».

Este organismo do PCP decidiu ainda realizar um jantar-convívio no dia 7 de Março, que contará com a presença Agostinho Lopes, da Comissão Política do PCP, e assinalará o 71º aniversário do Partido.

Plenário em Vila Franca de Xira PCP apoia lutas reivindicativas

As movimentações dos trabalhadores da Mague, da Sermague, da Administração Local e Central, dos Vestuários, Químicos, Aduaneiros e dos Metalúrgicos em defesa das suas propostas nos cadernos reivindicativos e na contratação colectiva, foram analisadas no plenário realizado no sábado, em Alhandra, pela Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira do PCP, que manifestou a sua solidariedade com as lutas em curso.

Esta Comissão Concelhia condenou e expressou profundas preocupações em relação às anunciadas intenções do Governo de avançar com a privatização da CIM-POR e das OGM's.

Foi ainda repudiada a tentativa de não cumprimento da Lei das Finanças Locais pelo Governo que se propõe retirar mais de 54 milhões às autarquias, nomeadamente no caso de Vila Franca de Xira, mais de 330 mil contos. A reunião que abordou ainda as

comemorações do 71º aniversário do PCP, aprovou o seu plano de actividades para o ano em curso, anunciando a realização da 4ª Assembleia Concelhia para o dia 7 de Junho.

JCP solidária com Cuba

Uma moção de solidariedade com Cuba foi aprovada por no Encontro Concelhio de Vila Franca de Xira da JCP, realizado no dia 2 de Fevereiro, no Centro de Tra-

balho «Soeiro Pereira Gomes», em Alhandra. O texto além de saudar a «luta heróica e combativa dos cubanos no caminho da revolução socialista», exige o «fim imediato e incondicional do embargo económico e da política de ingerência expansionista e das tentativas de aniquilar a revolução cubana e a via socialista escolhida por este povo».

A reunião aprovou ainda uma moção de apoio à luta do povo maubere, em Timor.

CAMARADAS FALECIDOS

MANUEL DOS REIS

Faleceu no passado dia 10 de Fevereiro, o médico Manuel Batista dos Reis, que contava 84 anos de idade.

Formado pela Faculdade de Medicina de Lisboa, fez o exame na prisão da PVDE, antecessora da PIDE, onde estava detido por participar nas lutas estudantis. Posteriormente exerceu num sanatório do distrito de Castelo Branco. Vai seguidamente para Espanha, onde se junta ao exército republicano e é médico nas brigadas internacionais. No final da guerra civil de Espanha é internado num campo de concentração no Sul de França e, ao ser transferido para Portugal, é enviado para o campo do Tarrafal por cinco anos. Aqui desenvolve uma importante acção no tratamento de prisioneiros doentes.

Quando finalmente é libertado fixa residência em Grândola, onde exerce clínica durante cerca de 40 anos. Contudo nunca abandonou as suas actividades políticas e é por diversas vezes detido pela PIDE. Manuel dos Reis era membro da Comissão Concelhia de Grândola do PCP. O funeral realizou-se na passada terça-feira e o corpo esteve em câmara ardente no Centro de Trabalho de Grândola do PCP.

CREMILDE GOMES

Com 63 anos, faleceu na passada terça-feira, no Hospital de

Setúbal, Cremilde Assunção Gomes, natural da capital sadina. Foi operária conserveira e pertencia à organização da Freguesia de São Sebastião.

EUGÉNIO PINTO

Faleceu aos 56 anos, no passado dia 9, vítima de doença súbita, Eugénio Teixeira de Almeida Pinto, que pertencia à organização da Freguesia de Barcarena.

FRANCISCO VASQUES

Faleceu no passado dia 18 de Janeiro, com 49 anos de idade, Francisco Lourenço Marques Vasques, antigo militante da célula do «Século», que depois da extinção deste jornal transitou para a célula do Lumiar.

JOSÉ PEREIRA

Faleceu em 31 de Janeiro, José Pereira, natural de Garvão e residente no Barreiro. Tinha tarefas no Bairro 2A da Freguesia do Alto Seixalinho onde estava organizado.

Aos familiares e amigos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

PCP

Quadros debatem em Coimbra o reforço da organização

Sob o lema «O PCP no presente e no futuro do país; as tarefas do Partido no distrito em 1992», realizou-se no sábado um Encontro de Quadros em Coimbra, com a participação de Carlos Carvalhas.

Na intervenção de abertura, Carlos Fraião, da CEN e responsável no distrito de Coimbra, salientou alguns dos principais aspectos da actividade do Partido e estimulando o debate, lembrou um conjunto de questões que, nos últimos meses, têm sido vivamente discutidas.

As cerca de 20 intervenções depois havidas focaram uma vasta gama de assuntos quer sobre a situação política nacional — a política do Governo Cavaco, a crise do PS, a campanha alimentada na comunicação social contra o PCP — e também sobre a situação internacional, quanto aos países do Leste europeu, a intensificação da exploração nos países capitalistas e a superexploração imperialista sobre os países menos desenvolvidos.

Foi por muitos camaradas salientado que, em vésperas do XIV Congresso do

PCP e no espaço de amplo debate interno que o precede, esta é a altura certa para se analisar e discutir a nossa intervenção, procurar corrigir erros e ultrapassar insuficiências na vida do Partido e no trabalho dos seus militantes, mas também é a altura certa de reafirmar os princípios fundamentais e a razão de ser do PCP — a luta pelo fim da exploração do homem pelo homem, tendo como força de vanguarda um Partido que tem o marxismo-leninismo como doutrina orientadora.

Discutiui-se o centralismo democrático como princípio de funcionamento, adaptado a cada situação histórica concreta numa relação dialéctica entre o centralismo e a democracia, por todos considerado indispensável à unidade orgânica do Partido.

Foram abordados também os Estatutos e a even-

tualidade do seu aperfeiçoamento mas sublinhou-se que devem ser respeitados como instrumento da unidade dos comunistas no seu Partido.

Alguns camaradas referiram dificuldades de ligação de militantes e do funcionamento de células e outros organismos, problemas a que é necessário dar grande atenção e ultrapassar, reconhecida que é a importância do trabalho colectivo entre os comunistas, assim como foi feito o apelo a camaradas com mais tempo disponíveis, nomeadamente reformados, para que intervenham mais efectivamente nas tarefas necessárias.

O «Avante!» mereceu a atenção de muitos que, valorizando as melhorias do nosso jornal nos últimos tempos, frisaram a necessidade de prosseguir esta linha, fazendo propostas para que o «Avante!» fomentasse o debate interno e que para isso crie uma pá-

gina especial assim como foi sugerida a criação de uma página específica da juventude.

A questão da Juventude, abordada por vários camaradas, deverá merecer uma maior atenção e de todos os comunistas, apesar dos avanços significativos registados ultimamente na actividade da JCP no distrito de Coimbra.

Outros assuntos foram abordados tais como a necessidade de discutir e definir os contornos actuais das classes sociais e a face da exploração capitalista, bem como o papel da mulher na sociedade.

A situação financeira e a necessidade de aprofundar o trabalho de fundos e a frente autárquica foram ainda aspectos referidos da actividade dos comunistas no distrito. Por fim, salientou-se o papel dos militantes na dinamização das organizações unitárias.



Menos Estado a bem das clientelas

No encontro distrital de quadros realizado em Coimbra, no passado sábado, Carlos Carvalhas fez uma intervenção da qual publicamos de seguida os extractos mais significativos.

«Os eixos da política do Governo são cada vez mais claros. Ao mesmo tempo que cresce a obesidade da ineficiência e da burocracia, o Estado laranja faz curas de emagrecimento em tudo o que é lucrativo.

Tocando a tecla de «menos Estado», o governo de Cavaco Silva procura desresponsabilizar-se das suas obrigações sociais e constitucionais, introduzindo o negociadismo na saúde, na educação, no ensino, na habitação, na segurança social. Simultaneamente, acentua o «mais Estado» nas intervenções em favor da sua clientela, milhões de contos em benefícios fiscais para as aplicações financeiras — estímulo à sociedade de casino —, diminuição relativa dos impostos directos e aumento crescente dos impostos indirectos; leilão de riquíssimo património público do Sector Empresarial do Estado: entrega dos principais meios de comunicação social a membros da família PSD ou aparentados.

Mas o «menos Estado», tem ainda uma outra componente o centralismo e a governamentalização.

De facto o que se passa com as autarquias, em que o Governo se prepara para subtrair ao que estava obrigado pela Lei das Finanças Locais cerca de 50 milhões de contos, e ainda fazer uma redistribuição das verbas penalizando as autarquias que não sejam de cor laranja, é um escândalo. Em mais de 80 municípios onde vive 40% da população, o acréscimo do FEF proposto pelo Governo fica mesmo abaixo aos valores de 1991!

Um outro eixo da política do Governo é fazer com que os trabalhadores e as camadas médias paguem os custos da sua política eleitoralista e de restauração do poder económico e político dos grandes senhores do dinheiro.

É nesse sentido que se inscrevem os brutais aumentos de impostos e todas as tentativas para a imposição do tecto salarial de 8%, nomeada-

mente aos trabalhadores da Função Pública, ao mesmo tempo que os ministros fazem de conta que dialogam no Conselho de Concertação Social.

Estamos a dois passos do Mercado Único de 1993. A acentuação do défice da balança comercial e a conquista do mercado interno por produtos estrangeiros é um facto. O combate aos sectores em crise e a modernização do aparelho produtivo marcam passo. Particularmente grave é o que se passa com a nossa agricultura e com a nossa agro-indústria.

O Governo tem deixado cair em Bruxelas o «princípio» e o reconhecimento da especificidade da agricultura portuguesa com graves consequências para o sector.

Por isso, não é de estranhar que seja cada vez maior o número das lutas em curso, tocando múltiplas empresas e vários sectores socioprofissionais, que daqui saudamos vivamente, sublinhando o seu alto valor para fazer face à política anti-social do Governo.

É inegável a intensa actividade do nosso Partido em várias esferas da vida nacional. Temos tomado iniciativas sobre os problemas mais candentes e sentidos dos portugueses (reformas, habitação social, toxicoddependência) e sobre os problemas centrais da vida política e social do país (reforma do Estado, direitos e liberdades dos cidadãos, extinção da P.G.A., ambiente, etc.), que têm tido eco positivo nas populações apesar da «censura» da Televisão, que assim procura instalar a ideia de que não há oposição a Cavaco Silva. Temos promovido a denúncia de injustiças gritantes, chamado a atenção para o Orçamento de Estado, um verdadeiro orçamento de confisco, e no que ele se traduzirá de agravamento das condições de vida dos trabalhadores e das camadas médias. Realizámos também múltiplos debates, assim como encontros e assembleias de Quadros. A afirmação do nosso Partido, como grande força da liberdade e da defesa dos direitos dos trabalhadores, é uma realidade que não pode ser silenciada.

Alfabetização em Lisboa

O sucesso de Cavaco Silva

Em comunicado, a Direcção da Organização da Cidade de Lisboa do PCP denuncia e critica a situação de ruptura presentemente vivida pelos cursos de alfabetização, explicando:

«Portugal possui o mais baixo nível europeu de qualificação geral de recursos humanos e, simultaneamente, o mais alto nível de analfabetismo literal da população adulta.» Contudo, o Governo, «através do Ministério da Educação, não só não cumpre a sua obrigação como contribui para agravar a situação», e Lisboa é disso um exemplo: «apesar dos compromissos formalmente assumidos sob a forma de protocolo — perante as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal de Lisboa de, como garantia mínima, colocar os professores em tempo oportuno, o que só pode ser entendido como no início do ano lectivo, encontramos no fim de Janeiro e, de facto, tudo está por fazer.»

Apenas quatro professores foram colocados, ou seja, menos de 10% dos necessários para fazerem funcionar os cursos homologados.

E conclui a nota:

«O Poder Local, cumprindo a sua parte no compromisso, criou expectativas nas populações com vista à criação de cursos de alfabetização, que até à data não têm possibilidades de funcionar porque nem sequer o concurso para colocação de professores foi aberto. O resultado para as Juntas de Freguesia é verem-se injustamente confrontadas com o descontentamento daqueles a quem foi dada uma esperança de finalmente poderem aprender a ler. Vêm-se assim penalizadas por estarem de boa-fé neste processo e quererem resolver os problemas da população. Mais um ano perdido, mais esperanças frustradas. É este o sucesso do Governo de Cavaco Silva!»

Solidariedade não se pede, dá-se

«Não tenham pena de nós» — declarou German Blanco Pujol, Embaixador de Cuba em Lisboa, numa sessão de Solidariedade com Cuba, Contra o Bloqueio, promovida pela Comissão Concelhia de Setúbal do PCP e pela JCP.

Deste modo aquele diplomata cubano, convidado a intervir juntamente com Miguel Urbano Rodrigues, jornalista e deputado do PCP, evidenciava a determinação do povo do seu país a resistir ao bloqueio económico e às ingerências que há mais de trinta anos os Estados Unidos e outros círculos mais agressivos do imperialismo impõem com o objectivo de contrariar e se possível liquidar a construção da opção socialista na ilha das Caraíbas que arvora bem alto a bandeira de José Martí.



Para German Blanco Pujol, é de ter pena para com aqueles que não lutam pela sua independência, e não o contrário.

A iniciativa juntou mais de 200 pessoas e foi promovida pela Comissão Concelhia de Setúbal do PCP, no domingo na Sociedade Musical Capricho Setubalense, para a qual concorreu também o núcleo da JCP, designadamente com a implantação de dois grandes cartazes evocando Ernesto Che Guevara em pontos distintos da cidade.

A Comissão Concelhia, dando conta do mais recente desenvolvimento da sua actividade no plano da solidariedade activa com os povos em luta — dentro do conceito, como foi referido, que «a solidariedade internacional não se pede, dá-se» — e que passou no seu empenhamento na recolha de roupas, calçado e material escolar para Angola ou no protesto contra a ocupação indonésia de Timor-Leste e o massacre de Santa Cruz, informou que uma serigrafia de José Teófilo Duarte, designer, oferecida por este para obtenção de fundos para Cuba, rendera em poucos dias a quantia de cem mil escudos. Os «compradores» colectivos da gravura ofereceram-na de qualquer modo ao Embaixador cubano.

Entretanto, a Comissão Distrital da JCP, reunida no passado sábado, decidiu marcar um encontro a nível regional para o próximo dia 7 de Março, no Centro de Trabalho do PCP no Barreiro. A reunião elegerá uma nova Comissão Distrital e apreciará as grandes linhas de intervenção dos jovens comunistas e o reforço da organização.

Indonésia ganha pontos na Comunidade Europeia

A Indonésia foi à Comunidade e foi recebida por uma Comissão Europeia que não exigiu um inquérito internacional ao massacre de Díli.

Uma ofensiva diplomática indonésia aparentemente coroadada de êxito exige neste momento uma rápida resposta da parte portuguesa - o ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Ali Alatas, veio ao que em princípio seria o terreno do adversário, a Comunidade Europeia, e terá levado de regresso uma saborosa vitória: foi recebido pela Comissão Europeia e esta aparentou alguma satisfação pelo inquérito indonésio ao massacre de Díli, e de uma visita à Inglaterra, John Major, primeiro-ministro britânico, concedeu a Alatas os compromissos económicos que este pretendia.

Nas vésperas desta visita do diplomata indonésio, João de Deus Pinheiro, ministro dos Estrangeiros português, tentou minimizar a importância política da iniciativa indonésia afirmando em conferência de imprensa que a visita de Ali Alatas «não tinha qualquer conteúdo político, inserindo-se no âmbito da cooperação CEE/ASEAN», o grupo de países asiáticos de que a Indonésia faz parte.

Mas a verdade é que Alatas levou a questão de Timor ao encontro com o Comissário

Europeu Abel Matutes, apresentando as conclusões do inquérito indonésio ao massacre de 12 de Novembro.

Em nome da Comissão, Matutes reafirmou que a questão do respeito dos Direitos do Homem era «uma vertente fundamental» nas relações entre a Comunidade e países terceiros pelo que se exigia o julgamento e punição dos responsáveis pelo massacre, o respeito pelos direitos constitucionais dos detidos e a clarificação da situação das pessoas dadas como desaparecidas.

Aparentemente, pelo que foi divulgado aos jornalistas, a Comissão Europeia não pôs em causa a credibilidade do inquérito indonésio nem exigiu um inquérito internacional aos acontecimentos do cemitério de Santa Cruz. Também não terá sido feita qualquer afirmação em favor da autodeterminação e independência do território de Timor-Leste.

Em vez disso, Matutes optou pela forma *mais suave* do apelo ao Governo de Djakarta para colaborar com o representante do secretário-geral das Nações Unidas para as questões de Timor na procura

de uma solução para a situação do território.

Argumentos de Alatas não contrariados

Em Londres, o êxito da viagem de Ali Alatas parece estar ligado a um argumento insistentemente levantado pela Indonésia e que põe em causa a credibilidade portuguesa: o processo de descolonização em 1975. Alatas diz mesmo que Portugal foi então «desleixado e irresponsável» e defende a intervenção de então da Indonésia em Timor-Leste para evitar situações de guerra civil, «tal como aconteceu em Angola e Moçambique». Estas afirmações terão colhido eco no governo e em sectores conservadores da opinião pública numa Grã-Bretanha nossa parceira comunitária. Não há conhecimento de uma contra-argumentação portuguesa ao ataque indonésio desencadeado no país com o qual Portugal forma a mais velha aliança da Europa...

Depois de em Londres ter filtrado a entrada de jornalistas numa conferência de im-

prensa em que de Portugal só foi permitida a presença da RTP, sem câmaras de filmar nem gravadores de som, (e acabando por prestar curtas declarações a jornalistas portugueses quando foi assaltado à saída da conferência de imprensa), Alatas mudou de tática em Bruxelas e reafirmou perante a imprensa europeia que o seu governo não vai permitir a realização de um inquérito internacional aos acontecimentos de 12 de Novembro.

Lusitânia provoca prisões em Díli

Indagado sobre as conclusões de um relatório da Amnistia Internacional, que põe em causa a actuação e as conclusões da comissão de inquérito indonésia e denuncia torturas sobre presos políticos timorenses, Alatas qualificou o documento de «fraudulento, desleal, parcial e infundado».

Quanto à viagem do barco «Lusitânia Expresso», foi considerada pelo diplomata como uma «empresa temerária» e um «desvario romântico de alguns jovens idealistas



exaltados» da qual podem resultar consequências graves.

Ali Alatas esquivou-se a responder a uma questão sobre se a marinha indonésia dispararia sobre os barcos dos estudantes portugueses quando este chegasse à costa timorense, dizendo evasivamente que «quando o momento chegar, vamos ver o que acontece».

Diga-se que confirmando

reccios manifestados pelo bispo de Díli, D. Ximenes Belo, as autoridades militares indonésias em Timor-Leste estão a aumentar os níveis de repressão no território, tendo detido esta semana várias pessoas suspeitas de tentarem promover um comité de acolhimento ao «Lusitânia».

A notícia foi veiculada pelo diário indonésio «Jawa Post» que cita o comandante das tropas indonésias em Timor.

Países ACP/CEE condenam Jacarta

A Assembleia Paritária ACP-CEE (países da África, Caraíbas e Pacífico e os doze da Comunidade Europeia) adoptou na sua última reunião uma resolução sobre a situação em Timor-Leste que transcrevemos.

A. Baseando-se na resolução do Parlamento Europeu de 21 de Novembro último, e recordando resoluções anteriores do PE e suas, nomeadamente de 22 de Setembro de 1988, de 27 de Janeiro de 1989 e de 27 de Setembro de 1990;

B. Tendo em conta a evolução dos acontecimentos em Timor-Leste e na Indonésia, depois de 21 de Novembro de 1991;

C. Ponderadas as tomadas de posição entretanto verificadas;

D. Considerando as mudanças ocorridas ao nível do Secretariado das Nações Unidas e na sua própria estrutura e composição nas comissões e delegações do PE;

E. Analisadas as informações com fonte na Amnistia Internacional;

1. Condena os assassinios brutais das mais recentes vítimas da ocupação ilegal de Timor-Leste pela Indonésia e denuncia e condena os gravíssimos atentados contra os mais elementares direitos humanos;

2. Sublinha que tais atentados se verificam no contexto de contínua violação do direito internacional e da recusa, ao povo de Timor-Leste, do seu direito à autodeterminação e à independência;

3. Exorta o Governo da Indonésia para que garanta o fim dos actos de violência perpetrados pelas forças militares e de segurança, e para que leve a tribunal os responsáveis por essa violência e esses massacres;

4. Entende não satisfeita a solicitação dessa resolução do Parlamento Europeu para a realização imediata — após o massacre de Novembro — de um inquérito completo, imparcial e sob supervisão internacional acerca de tal massacre;

5. Apela para a libertação das pessoas detidas por exercerem actividades políticas, ou pelas suas crenças ou ideais, e solicita que lhes sejam dadas garantias de que os detidos serão tratados humanamente e poderão ser visitados por advogados, médicos e familiares;

6. Anota com satisfação a recente decisão do Conselho dos Assuntos Gerais da CEE de apoio ao estabelecimento, no quadro da ONU, de conversações políticas entre o Governo português, as autoridades indonésias e representantes do Povo Maubere, o que vem reforçar o apelo para que se execute o embargo à venda de armas à Indonésia;

7. Apela, também, para que o Conselho Europeu, na sequência destas posições e da que tomou em 3 de Dezembro de 1991, o mais rapidamente possível reveja os acordos de cooperação entre a Indonésia, a CE e os Estados membros, até que se verifique uma efectiva mudança na situação;

8. Lembra o encargo do Parlamento Europeu à sua delegação junto da ASEAN de, na primeira oportunidade, chamar a atenção para as graves violações do direito internacional, do direito à autodeterminação e à independência, dos direitos humanos, a partir da Indonésia, encargo que, como o mesmo sentido, se dirige à delegação com os ACP, dada a situação particular do território de Timor-Leste;

9. Reforça o pedido para a maior urgência no cumprimento da sua decisão do envio de uma missão do Parlamento Europeu a Timor-Leste para se avistar com intervenientes no conflito, sem exclusões, e de acordo com programa sem limitações de viagens, visitas e contactos;

10. Encarrega o presidente de transmitir a presente resolução à Comissão, ao Conselho, aos ministros dos Negócios Estrangeiros reunidos no âmbito da CPE, ao governo da Indonésia, ao secretário-geral das Nações Unidas e aos Secretariados da ASEAN e ACP.



Comissão Europeia recebe Alatas Sérgio Ribeiro indaga do conteúdo da reunião

O facto de a Comissão Europeia ter entendido dever receber Ali Alatas, ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, motivou o deputado europeu do PCP, Sérgio Ribeiro, a endereçar uma pergunta à Comissão onde se começa por considerar que a viagem de Alatas constituiu uma «operação diplomática que pretende atenuar os efeitos da política de massacres e genocídio do povo de Timor-Leste».

A Comissão Europeia, órgão executivo da CE, recebeu Alatas através dos vice-presidentes Andriensen e Matutes, e Sérgio Ribeiro presume, no texto onde a questão é elaborada, que ao tomar essa decisão a «Comissão entrou em conta com a resolução do Parlamento

Europeu de 21 de Novembro de 1991 e do Conselho Europeu de três de Dezembro».

«Assim sendo, pergunto, concretamente, como reagiu o ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio à comunicação da decisão de embargo à venda de armas, de rever os acordos de cooperação, enquanto não se verificar uma mudança na situação e, decerto também, quanto à insatisfação relativamente ao inquérito sobre os acontecimentos de 12 de Novembro de 1991, reiterando a solicitação da «realização imediata de um inquérito completo, imparcial e sob supervisão internacional acerca dos referidos assassinios», diz o deputado europeu.

COMUNIDADE EUROPEIA

Programa da Comissão domina sessão do PE

Mercado Único, pacote Delors II e alargamento da Comunidade em debate

O Programa da Comissão das Comunidades Europeias para 1992 e, em especial, a apresentação das perspectivas financeiras da Comunidade para o período 1993/97 - o chamado «pacote Delors II» - são os temas fortes da sessão plenária do Parlamento Europeu a decorrer desde a passada segunda-feira, em Estrasburgo.

O documento, apreciado antontem pela Comissão reunida para o efeito naquela cidade, foi ontem apresentado aos eurodeputados para debate.

Embora se desconheça, à hora de encerramento desta edição, a versão final do documento, as informações disponíveis deixam prever um aumento do limite do orçamento de 1,2 para 1,37 por cento do PIB (Produto Interno Bruto) comunitário, o que permitirá um acréscimo nas despesas na ordem dos 20 mil milhões de ecus.

O referido acréscimo destina-se sobretudo às regiões menos desenvolvidas da Comunidade, para as quais serão canalizados através dos fundos estruturais e do novo Fundo de Coesão. Este novo Fundo destina-se exclusivamente ao financiamento de projectos nas áreas dos transportes e ambiente em Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda, devendo a parte de «leão» - mais de metade do total - ser canalizada para Madrid.

No essencial, o Programa da Comissão aponta três grandes prioridades para 1992: o Mercado Único e as medidas de acompanhamento; o segundo pacote de medidas estruturais e financeiras;

e o papel internacional da Comunidade.

No respeitante ao Mercado Único, reconhece a Comissão ser necessário tomar medidas que permitam ultrapassar «um certo marasmo» no domínio social, de forma a que o mesmo seja concretizado até 1 de Janeiro de 1993 «não só em termos económicos mas também em termos políticos, incluindo a supressão de todos os controlos nas fronteiras, consolidando, assim, o laço entre a Comunidade e os seus cidadãos».

Neste âmbito, o programa refere o muito que «falta ainda fazer» para conferir uma dimensão política ao Mercado Único, ao contrário do que sucede no aspecto económico, cujo quadro está amplamente definido. Por essa razão, a Comissão defende que o programa para 1992 se deverá centrar «nas políticas primordiais de acompanhamento, nas medidas de execução e de aplicação e no apoio das infra-estruturas a fim de que a Comunidade pós-1992 seja mais do que um simples mercado». Este programa, afirma, necessita «de uma dimensão social».

A propósito, a Comissão afirma que o conjunto das propostas necessárias à realização do programa de acção para a execução da Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores está praticamente concluído, e exprime a opinião de que a sua «rápida adopção permitiria constituir um substrato de disposições que dotariam o grande mercado da sua dimensão social (emprego, condições de tra-

balho, informação, participação e consulta dos trabalhadores, igualdade de tratamento, saúde, segurança e higiene no local de trabalho...)». Embora referindo a necessidade de «reflectir sobre os procedimentos a criar na sequência da ratificação do Tratado de Maastricht que inclui o protocolo social decidido por onze Estados membros», a Comissão não faz referência à recusa britânica de subscrever nem às consequências que daí podem advir.

O programa refere-se ainda à necessidade de reforçar as acções de cooperação da Comunidade, à concretização do Espaço Económico Europeu e ao alargamento da Comunidade, comprometendo-se a Comissão a apresentar, sobre este último aspecto, um relatório para análise no próximo Conselho de Lisboa.

A reforma da PAC

Para além de muitos outros aspectos, o programa da Comissão refere-se à reforma da Política Agrícola Comum (PAC), que será decidida em 1992. E afirma que a mesma terá como objectivo «manter um número suficiente de agricultores, de forma a assegurar as funções da agricultura», designadamente: «produzir, salvaguardar o desenvolvimento rural, proteger o ambiente».

De acordo com o documento a que nos vimos reportando, o apoio à agricultura «será reorientado para as ajudas (por hectare e por cabeça de gado) pagas directamente aos agricultores para compensar as diminuições dos

preços resultantes das evoluções dos mercados», integrando essas ajudas «elementos susceptíveis de favorecer a cultura extensiva e de regular as produções».

Por outro lado, a reforma da PAC «será acompanhada de disposições complementares destinadas a melhorar a qualidade do espaço rural (conservação do ambiente, arborização das superfícies agrícolas) e a apoiar, através de pré-reformas, os agricultores idosos que pretendam cessar a sua actividade de uma forma que respeite a sua dignidade».

O programa é omissivo no respeitante aos outros agricultores que se verão forçados a cessar a sua actividade quer devido à imposição de quotas de produção quer à competitividade a que não estão em condições de responder e que, em última análise, no que se refere a Portugal, deixarão o país na total dependência alimentar do exterior.

Estes, como muitos outros, são aspectos que importa aprofundar e debater em amplo diálogo nacional, mas que, a exemplo de outras matérias, o Governo português continua a tratar sozinho como se da sua exclusiva responsabilidade de tratasse. E tanto assim é que, até à apresentação das linhas gerais do programa da Comissão, o Governo não se tinha dado ao trabalho de informar os eurodeputados das suas posições sobre a matéria em análise, de forma a permitir a tomada de posições comuns de salvaguarda dos interesses nacionais.

Assembleia ACP/CEE

Realiza-se de 17 a 21 do corrente, em Santo Domingo, República Dominicana, a 14ª sessão da Assembleia Paritária ACP/CEE.

A sessão, em que participa o camarada Joaquim Miranda, membro da respectiva comissão do Parlamento Europeu, vai debater, entre outras matérias, a aplicação das Convenções de Lomé IV, a situação na África Austral e o problema da dívida dos países ACP (África, Caraíbas e Pacífico).

Os participantes na sessão apreciarão ainda o relatório do secretário-geral das Nações Unidas apresentado à sessão especial de 3 a 13 de Setembro passado, consagrada à apreciação da execução do programa de acção para a África no período 1986/1990, e a comunicação sobre o avanço dos trabalhos dos Grupos de Trabalho «Sida» e «Pesca».

Encerramento ameaça Resinas de Portugal

Uma proposta de resolução apelando ao não encerramento da DSM Resinas de Portugal, da empresa transnacional DSM Resins Netherland, foi apresentada no Parlamento Europeu, para debate na sessão a decorrer de 10 a 14 de Fevereiro.

A iniciativa partiu dos eurodeputados do PCP, Sérgio Ribeiro, Joaquim Miranda e Rogério de Brito, em nome do Grupo Coligação de Esquerda.

Segundo o texto da proposta, o PE é chamado a condenar a estratégia da transnacional DSM Resins Netherland, de origem holandesa, que iniciou o processo de encerramento da filial portuguesa, até 30 de Junho próximo, a pretexto de «falta de espaço físico que permita fazer alterações que respeitem as normas de segurança da CEE» e

do facto de «o mercado português não justificar investimentos por haver uma fábrica em Espanha», agora que está em vias de concretização o mercado interno.

Para os eurodeputados comunistas, tais argumentos são inaceitáveis, até porque a empresa apresenta toda a viabilidade, uma facturação segura e dispõe já de capital próprio que lhe resolveu problemas financeiros. Acresce, por outro lado, que o encerramento da empresa acarretará a rescisão do contrato de cerca de 80 trabalhadores, para além dos inevitáveis reflexos negativos de tal decisão nos planos social e regional.

Face a tal situação, os deputados comunistas propõem que o PE apele ao não encerramento da unidade fabril e a que se promova a sua implantação em espaço físico adequado às normas de segurança comunitárias.

A proposta insiste ainda na necessidade de a CEE e os seus Estados membros exigirem, no comércio internacional, o respeito de condições sociais mínimas, na base das Convenções e Recomendações da Organização Internacional de Trabalho, por parte de todos os países, para evitar distorções da concorrência através da violação dos direitos sociais e humanos mais elementares.

O documento insta ainda a Comissão e o Conselho a concluírem sem demora as directivas sobre os despedimentos colectivos e sobre a informação e consulta dos trabalhadores nas empresas transnacionais.

A ser aprovada, esta resolução deverá ser transmitida ao Conselho, à Comissão, ao Governo português, às organizações representativas dos trabalhadores e às organizações empresariais interessadas.

Tratado de União Europeia assinado em Maastricht

O Tratado de União Europeia foi assinado na passada quinta-feira em Maastricht, na Holanda, pelos ministros dos Negócios Estrangeiros e das Finanças dos Doze. A sessão, que contou com a presença de representantes de todas as instituições comunitárias (Comissão Europeia, Parlamento Europeu, Banco Europeu de Investimento, Tribunais Comunitários e Comités Monetário e dos Governadores dos Bancos Centrais), foi presidida por Cavaco Silva. Os documentos deverão agora ser ratificados pelos parlamentos nacionais dos Estados membros.

No essencial, passa a ser a seguinte a estrutura da União Europeia:

União Económica e Monetária - Até ao final do século, a Comunidade vai ter uma moeda única; a sua entrada em vigor pode ser antecipada para 1996 se nessa data sete dos doze Estados membros tiverem reunido as condições exigidas a

nível económico. Em 1993 entra em vigor o Mercado Único e para 1994 está prevista a criação do Instituto Monetário Europeu, embrião do futuro banco central europeu previsto para 1998.

Política Externa e de Segurança - Os Doze comprometem-se a adoptar, gradualmente, uma política externa comum, prevalecendo a cláusula da unanimidade de voto para decisão da matéria de acção comum e de maioria qualificada para a sua execução posterior. Prevê-se a evolução progressiva da política de defesa comum para uma defesa europeia e estabelece-se que caberá à União Europeia Ocidental (UEO) a elaboração e execução das decisões e acções da União que tenham implicações de defesa. A defesa europeia deverá ser compatível com a política comum estabelecida no âmbito da NATO.

Política Interna - Reforço da cooperação intergovernamental e atribuição de novas compe-

tências na regulamentação da imigração, do direito de asilo, concessão de vistos e segurança interna.

Europa Social - Onze dos Doze Estados membros (excepção da Grã-Bretanha) comprometem-se a aplicar a Carta Social Europeia que permitirá legislar a nível comunitário matéria respeitante ao melhoramento da segurança e higiene no trabalho, informação e consulta de trabalhadores, igualdade de oportunidades e integração das pessoas excluídas do mercado de trabalho.

Co-decisão com o Parlamento Europeu - O Tratado confere ao PE mais poderes de decisão nalgumas matérias.

Coesão Económica e Social - Visa diminuir os desequilíbrios entre os Estados membros, comprometendo-se para tal a Comunidade a criar fundos financeiros que ajudem a aproximar económica e socialmente os Doze.

Colômbia

Negociações para pôr fim a 40 anos de guerra



Diálogo, uma profunda exigência popular

As negociações para a paz na Colômbia, entre a Coordenadora das guerrilhas Simon Bolívar e o governo de César Gaviria, deverão ser retomadas nas próximas semanas. O seu adiamento deve-se à situação de instabilidade em Caracas (onde estava previsto terem início no passado dia 1), na sequência da gorada tentada de golpe militar na Venezuela. Entretanto, o êxito registado nas negociações de paz em El Salvador — pese embora a diferença das realidades de cada país — poderá contribuir para novas e melhores perspectivas para a conclusão de um acordo que abra o caminho a pôr fim a 40 anos de violência.

A situação de guerra que de há tantos anos devasta a Colômbia tem velhas raízes e vem da luta pela posse das terras e a necessidade de defesa dos camponeses expulsos por bandos armados. É, entretanto, o assassinato, em 9 de Abril de 1948, do dirigente liberal Jorge Eliecer Gaitan, que

leva a uma «institucionalização» da violência e à sua escalada. Entre 1948 e 1953, há pelo menos 200 mil mortos. O napalm é utilizado pela primeira vez em 1955. Depois de uma vitória militar sobre os camponeses, estes refugiam-se nas florestas. Em nome da «segurança nacional», é de facto desencadeada uma guerra civil oficial.

Hoje, não são poucos os obstáculos no caminho da paz, com destaque para as máfias da droga do norte do país. Depois das plantações de marijuana dos anos 70, o narcotráfico impôs, para os anos 80, a coca. Hoje, a preferência vai para a cultura de ópio e heroína, nos vales andinos.

Apesar dos muitos obstáculos, os contactos para negociações de paz foram iniciados há cerca de um ano pela Coordenadora das guerrilhas Simon Bolívar, que agrupa as diferentes forças guerrilheiras em torno das FARC, o corpo fundamental da guerrilha.

Massacres colectivos, in-

Massacre índio

Este ano de 92 inicia-se, na Colômbia, com a abertura de um inquérito parlamentar ao massacre de 20 índios da etnia Paez no domínio El Nilo, dependente da municipalidade de Caloto, entre Cali e Popayan no departamento de Cauca.

Concretamente, o que se passou? Em nome dos «novos proprietários», um advogado acompanhado de um grupo de 15 indivíduos armados, apresentou-se à população índia da zona, intimando-a a abandonar as suas terras. O presidente da Câmara de Caloto, apesar de avisado, nada fez. A 18 de Dezembro, o bando armado regressou e assassinou os vinte camponeses índios.

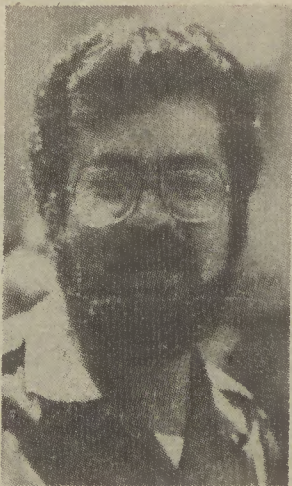
Há cerca de três anos, nesta mesma zona, foi assassinado o padre índio Álvaro Ulcué Chocué, autor do primeiro dicionário hispano-paez e dirigente agrário. A zona de Caloto é patrulhada já há vários anos pela 3.ª brigada militar, conhecida por organizar grupos armados para o serviço dos grandes proprietários.

terrupção de negociações, operações militares espetaculares em momentos em que se avizinham as condições de um cessar-fogo, tréguas goradas, assassinatos de democratas, em particular da União Patriótica, total impunidade de grupos paramilitares — não faltam razões de desconfiança. Mas algo se avançou entretanto.

Os primeiros contactos iniciaram-se dia 1 de Junho. Foi aceite a mediação do governo venezuelano e escolhida Caracas como local para as negociações. O go-

verno forneceu salvos-conduitos a responsáveis da guerrilha para a sua participação nas negociações. Entretanto, a pressão militar levou ao fracasso do primeiro diálogo. Dos dez pontos da ordem de trabalhos, só o primeiro foi abordado — o cessar-fogo — e mesmo assim os negociadores separaram-se sem qualquer acordo.

Tudo indica que não será um processo fácil, mas o próprio facto de as negociações prosseguirem alimenta a esperança de um povo que profundamente deseja a paz e aposta no diálogo.



Alfonso Cano

Guerrilha exige democracia e justiça social

Em véspera do reinício das negociações de paz em Caracas, entretanto adiadas, o jornal colombiano «Voz» entrevistou dirigentes das FARC empenhados neste processo negocial. Aqui reproduzimos parcialmente a entrevista concedida por Alfonso Cano, um dos negociadores pela Coordenadora Simon Bolívar.

— Poderia concretizar alguns dos pontos da agenda que considera mais importantes?

— Para além do fim das hostilidades que nos propusemos discutir com o governo, há um ponto que consideramos vital e prioritário face à angústia do povo colombiano, que é a questão dos grupos paramilitares. Uma questão a que ninguém quer responder, fazendo orelhas moucas. Temos dito que cabe ao governo desmantelar o que há muitos anos organizou (...) Outra questão muito importante que queremos abordar agora é a questão económica, não tanto pelo que se possa discutir do ponto de vista técnico, mas pelas repercussões sociais que está a ter. É prioritário abordar estas questões, porque na nossa opinião a abertura económica é pura e simplesmente uma declaração de guerra do governo do presidente Gaviria contra a população. Acres-

cento ainda outros pontos como o da segurança nacional e o petróleo.

— E no que respeita à depuração das Forças Armadas?

— Denominamos genericamente este ponto como de segurança nacional (...) O comprometimento das Forças Armadas na guerra suja está basicamente ligado à concepção de que o inimigo a combater está no interior do país e se identifica com todos os que não estão de acordo ou não se comprometem com as políticas do Estado. Nesta perspectiva, uma máquina de guerra como as Forças Militares da Colômbia acaba por gerar uma situação que hoje a todos preocupa, de sistemática violação dos direitos humanos.

— No fundo, quais são os vossos objectivos, pois em geral pensa-se que se trata de encontrar soluções para os problemas dos guerrilheiros e a sua reinserção na vida do país, dando assim por terminado o conflito.

— À nossa luta visa, no fundamental, que haja garantias para que todo o povo colombiano possa lutar pelas suas reivindicações sem que isso signifique arriscar a vida (...) O que nos interessa é que cheguemos a um acordo que garanta ao povo o livre exercício da democracia e justiça social.

América Latina em notícias

Norte-americanos favoráveis a relações com Cuba

A normalização das relações diplomáticas entre os Estados Unidos e Cuba é apoiada por 47 por cento dos norte-americanos e rejeitada por 41 por cento, revelou uma sondagem divulgada a semana passada.

O estudo de opinião, publicada pela Comissão sobre relações entre os Estados Unidos e a América Latina, revela que as pessoas com rendimentos mais elevados «são as que mais apoiam o estabelecimento de relações com Cuba».

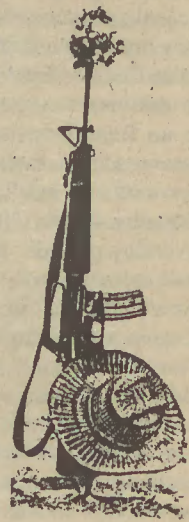
A sondagem demonstra que 63 por cento dos norte-americanos já não vêem Cuba como uma ameaça, enquanto 29 por cento continua a pensar que é um perigo.

FMLN apresenta proposta para desenvolvimento socioeconómico

A Frente Farabundo Marti para a Libertação Nacional (FMLN) divulgou no início desta semana as suas propostas no domínio da economia para o desenvolvimento e construção de uma nova sociedade em El Salvador.

A FMLN convidou todos os sectores da sociedade do país a procurarem um consenso nacional para alcançar esse objectivo.

«A nossa proposta tem um verdadeiro sentido de identidade nacional e está aberta à discussão para se conseguir o consenso na sociedade salvadorenha», disse o comandante Eduardo Sancho.



O documento da FMLN sublinha que uma estratégia destinada a todos os salvadorenhos — e não a grupos minoritários — tem de alterar o actual esquema de concertação socioeconómica imposto à população pelo Estado, o grande capital, os organismos financeiros internacionais e o governo dos Estados Unidos.

As violações aos direitos do homem ainda continuam em El Salvador

As violações aos direitos do homem continuam em El Salvador, apesar de uma melhoria verificada na situação nos últimos três meses, segundo informação da missão de observadores da ONU para El Salvador (ONUSAL).

O último documento da ONUSAL, o terceiro desde Julho, refere raptos, ameaças de morte e assassinios, cometidos presumivelmente por esquadrões da morte, disse Philippe Texier, um dos elementos da missão da ONU.

Texier denunciou que a maioria das violações, após a declaração unilateral de cessar-fogo pela FMLN, é da responsabilidade de elementos do Exército e de bandos armados.

Venezuela

A vida normaliza-se mas os problemas persistem

Poucos dias passados sobre a frustrada tentativa de golpe militar de 4 de Fevereiro, a vida retoma uma certa normalidade na Venezuela, apesar das medidas de carácter repressivo entretanto avançadas pelo governo, com a suspensão de garantias constitucionais. Como pano de fundo, os graves problemas sociais que também contribuíram para a tentativa de golpe, e para algum sentimento popular de apoio aos golpistas.

De entre as medidas repressivas avançadas que mais polémica gerou, o que levou a um posterior recuo do governo de Andres Perez, conta-se a instauração de censura aos órgãos de comunicação social e as

medidas dirigidas contra alguns jornais.

Concretamente, com o decreto de suspensão das garantias constitucionais, foram instalados censores em todos os órgãos de informação, tendo sido ainda sucessivamente apreendidas edições do semanário «Zeta», do diário «El Nuevo Pais» e finalmente do diário «El Nacional», um dos de maior tiragem da Venezuela.

De imediato se levantaram protestos, mesmo por parte do procurador-geral da República, que sublinhou ser «importante para a democracia que os *media* possam informar».

Por seu lado, o grémio dos jornalistas venezuelanos salientava que «do que o país tem necessidade é de

uma política de abertura e confiança».

As acções contra os órgãos de informação — é a primeira vez, nos últimos 34 anos de democracia no país, que o governo decreta medidas de censura tão radicais — provocou uma onda de solidariedade internacional para com os jornalistas venezuelanos.

Posteriormente o governo de Caracas decidiu levantar o cerco policial que mantinha sobre o jornal «El Nacional» e retirar os censores de outros órgãos de comunicação social.

Outra medida repressiva particularmente assinalada foi a detenção do general Jacobo Yepez Daza, que encabeçou um grupo de 62 oficiais reformados que pe-

dira ao procurador-geral da República o respeito pelos direitos dos militares golpistas detidos, subscrevendo um comunicado em que se acusava de cegueira aqueles que não queriam ver as circunstâncias que tinham empurrado a participar no golpe jovens militares muito qualificados. O comunicado dos militares reformados considerava ainda que as verdadeiras causas do golpe residiam na incapacidade da direcção política venezuelana para combater a corrupção e proporcionar segurança às pessoas.

Consequência bem menos referida, das medidas repressivas avançadas com a suspensão das garantias constitucionais, é a suspensão de direitos dos trabalhadores, como o direito à greve. Isto num momento em que diversos sectores de trabalhadores — nomeadamente os professores — se encontravam em greve.

Na base do profundo descontentamento popular, que de alguma forma também se reflecte na tentativa de golpe, está a terrível situação social que se vive na Venezuela, com pelo menos 80% da população a viver uma situação de pobreza. Isto num país que é dos mais ricos da região, quarto exportador dos Estados membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

A acção militar ocorreu num momento em que se sucediam greves nacionais de médicos, funcionários da justiça, professores e manifestações estudantis. Poucos dias antes, conhecidas figuras da vida política, social e económica tinham pedido a Andres Perez «uma mudança de rumo no seu severo programa económico, rejeitado por todos os sectores do país». Este plano tinha o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI), e levou a um grande aumento da inflação, empobrecendo ainda mais amplas camadas da população.

De lembrar aqui que em Fevereiro de 1989, poucos dias após Andres Perez ter assumido o poder, uma poderosa revolta social foi sufocada pelas forças militares, que fizeram muitas mortes em todo o país.

Nessa ocasião, milhares de venezuelanos saíram para as ruas para combater o aumento dos preços da gasolina e dos transportes e a liberalização dos produtos de primeira necessidade.

Hoje não haverá menos razões de protesto, e não por acaso se tem vindo a assistir a centenas de mobilizações populares, greves e manifestações, em que têm participado diferentes sectores de trabalhadores.

CNUCED

O secretário-geral da ONU, Butros Gahli, propôs a realização de uma Conferência Internacional sobre o financiamento do desenvolvimento.

Gahli, que falava na inauguração da VIII Assembleia da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED), indicou que as organizações dependentes da ONU, como a CNUCED, devem desempenhar uma função, não só no que respeita à procura da paz, mas também no tratamento dos problemas económicos e de carácter social dos países.

O secretário-geral da ONU recordou que a dívida externa continuou a ser uma carga para muitos países nos últimos anos, classificando como paradoxal a transferência negativa de capitais que sofre a maioria dos países em vias de desenvolvimento.

Em vez de servir para o desenvolvimento económico, o financiamento externo conseguido em anos passados converteu-se num travão para esses países, devido à dívida, referiu.

«É a hora da colaboração mundial no terreno da cooperação», insistiu Gahli, ao mesmo tempo que indicava que era preciso mobilizar a Comunidade Internacional para ajudar os economistas a adoptarem um plano para o desenvolvimento económico nacional e internacional.

Haiti

Os refugiados haitianos disseram a funcionários das Nações Unidas que foram espancados depois de regressarem ao seu país, disse um advogado dos refugiados.

Os relatórios da ONU sobre as declarações dos refugiados mostram que eles foram «arbitrariamente detidos, maltratados ou desapareceram quando regressaram ao Haiti», disse Arthur Helton, director executivo da Comissão de Advogados para os Direitos Humanos.

As entrevistas foram conduzidas no mês passado num campo de refugiados montado pelos Estados Unidos na base naval de Guantanamo, em Cuba.

Helton disse que os relatórios da ONU serão incluídos num pedido a apresentar ao Supremo Tribunal americano, para que cessem as deportações forçadas dos refugiados para o Haiti. A justiça americana decidiu a 31 de Janeiro pela legalidade das deportações.

«Estes relatórios são razão suficiente para parar com a política de repatriação, até que as condições possam ser investigadas pelo governo americano e os haitianos possam regressar a salvo e com dignidade», disse Helton.

Mais de 15 mil refugiados fugiram do Haiti desde Setembro, quando um golpe derrubou o governo eleito democraticamente do presidente Jean-Bertrand Aristide.

Cólera

O presidente da Argentina, Carlos Menem, ordenou o encerramento da fronteira do país com a Bolívia, depois de confirmada a morte de seis pessoas com cólera na província nortenha de Salta.

«A cólera chegou. Agora, estamos a tentar isolá-la», disse Menem, citado pela agência «Notícias Argentinas».

Além das seis vítimas mortais, mais 32 pessoas estão afectadas pela doença, que se transmite através de água contaminada por fezes.

Desde a detecção da cólera há um ano no Peru, onde atingiu dimensões epidémicas (pelo menos 2900 mortos e 322 000 pessoas infectadas), a Argentina é o décimo quarto país latino-americano a enfrentar a doença.

Depois do Peru, foram «invadidos» o Equador, Colômbia, Panamá, Nicarágua, Honduras, El Salvador, Guatemala, México, Venezuela, Brasil, Chile e Bolívia.

Estudantes

Cerca de 5000 estudantes manifestaram-se nas ruas de Abidjan em protesto contra a recusa do chefe de Estado, Felix Houphouet-Boigny, em punir o responsável pela repressão estudantil em 1991.

Seguindo um apelo da Federação estudantil e escolar da Costa do Marfim (FESCI, oficialmente dissolvida pelas autoridades), os manifestantes saíram da Cidade Universitária de Abidjan, atravessaram o bairro dos ministérios e concentraram-se frente à presidência.

Numa moção dirigida ao presidente Houphouet-Boigny, a FESCI exige punições para os militares responsáveis pelos incidentes de Maio de 1991, indemnizações para os estudantes feridos pelos soldados e a demissão de cinco ministros.

«Se a breve prazo nenhuma medida tiver sido tomada, a sua presença na chefia do país não terá nenhum sentido. Terá que se demitir», escreve a FESCI ao presidente.

Um relatório oficial do inquérito sobre os incidentes ocorridos na Cidade Universitária em Maio de 1991 responsabiliza o general Robert Guei, chefe do Estado Maior do Exército, e propõe que este seja punido, proposta que não foi aceite pelo presidente.



A luta dos trabalhadores em Espanha, contra formas de reconversão industrial que se saldaram em desemprego em massa, teve uma das suas expressões mais significativas nas manifestações de 1988

Espanha

Crise e confrontos em Cartagena

Uma concentração de protesto de trabalhadores espanhóis em Cartagena, região industrial afectada por profunda crise, degenerou em verdadeira guerra campal entre polícias e trabalhadores, em confrontos que se prolongaram por várias horas.

Grupos alheios à manifestação — segundo afirmações do próprio presidente da Assembleia Regional — provocaram um incêndio no edifício do Parlamento.

Entretanto, a polícia utilizou gases lacrimogéneos e balas de borracha contra os manifestantes, levando a uma escalada de confrontos de que resultaram dezenas de feridos.

Os diferentes partidos com assento nos organismos representativos do município, subscreveram um comunicado conjunto em que pediam a retirada do dispositivo policial e expressavam a sua solidariedade com os trabalhadores, pedindo medidas urgentes para que «de forma definitiva e determinante» se defina o futuro económico de Cartagena.

José Casanova, secretário-regional das

Comisiones Obreras, criticou duramente a delegação do governo pela «sua falta de sensibilidade ao ordenar a carga policial contra manifestantes pacíficos».

A crise industrial que se vive em Cartagena é particularmente grave, e atinge muitos mais trabalhadores do que os das três principais empresas afectadas: Bazán, Peñarroya e Fesa-Enfersa. Na dependência destas grandes empresas, que abarcam diferentes actividades, do naval à fundição e aos fertilizantes, estão outras 500 pequenas empresas, que poderiam também desaparecer. Nesse caso, cerca de 30% da população activa, calculada em 60 000 pessoas, ficaria sem trabalho.

A este negro panorama da crise industrial há que somar as graves dificuldades que o sector agrícola atravessa, com problemas de salinização, escassez de água e consequente restrição de regas.

A actual crise foi desencadeada com o despedimento de 300 trabalhadores da empresa Portmán Golf e a asfixia da empresa mineira de Cartagena, em Dezembro do ano passado.



Verbas para Educação no OE insuficientes para democratizar e modernizar o ensino

Nas últimas semanas, o Governo não se tem poupado a esforços para fazer crer aos portugueses que a educação está na primeira linha das suas preocupações. A prová-lo estaria a proposta de orçamento para a educação em 1992.

A Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP, tendo analisado tal proposta, considera que tal afirmação é destituída de bom fundamento. E que a proposta orçamental é claramente insuficiente para promover a real democratização e modernização do ensino.

É um facto que, globalmente, as verbas inscritas para a educação em 1992 crescem cerca de 21% em relação a 1991. No entanto, é também um facto que mais de 93% dessas verbas pertencem ao orçamento de funcionamento, sendo baixíssimo, portanto, o valor relativo das verbas destinadas a investimentos - ou seja, as que asseguram a expansão e as melhorias qualitativas a introduzir no sistema educativo - as quais representam menos de 7% do orçamento total.

Se se atender igualmente ao facto de que cerca de metade do aumento verificado no orçamento de funcionamento se destina a satisfazer compromissos assumidos pelo Estado em 1989 em relação aos professores no âmbito do Novo Sistema Retributivo, o restante aumento (na ordem dos 10,5%) que será muito provavelmente engolido pela inflação não faz prever nenhuma melhoria no funcionamento das escolas em relação ao ano transacto.

A parte do orçamento consagrada a investimentos, o PID-DAC, apresenta para 1992 o valor de 44,5 milhões de contos, mais 3% que o montante constante do Orçamento inicial aprovado em 1991, o que entrando em linha de conta com a inflação permite determinar que o valor real sofreu um decréscimo e significativo. Além disso, no Orçamento aprovado em 1991 foi oficialmente previsto para o PID-DAC de 1992 um montante de 92 milhões de contos - mais do dobro do valor que o Governo afinal apresentou na sua proposta. Ano após ano, o «peso» da área da educação no Orçamento de Estado vem diminuindo e de uma forma significativa. Era de 19,4% em 1988, de 16,7% em 1990 e volta a cair para 14,4% na proposta de Orçamento para 1992.

A Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP destaca, além disso, da proposta de Orçamento para a Educação apresentada pelo Governo, alguns traços especialmente relevantes da continuação de uma política clivista e cla-

ramente divorciada dos interesses da grande maioria dos jovens e das famílias portuguesas. Assim:

1. Não pode deixar de constituir motivo de escândalo que num orçamento global que cresce cerca de 20%, o aumento das verbas destinadas ao ensino privado seja de 55,6%. Quando se sabe o peso limitado deste tipo de ensino no sistema educativo português, quando ninguém ignora que boa parte deste tipo de ensino é um negócio lucrativo por via das elevadas propinas cobradas aos estudantes o que desde logo define, em boa medida, quem a ele tem acesso, esta política governamental do PSD de claro privilégio do ensino privado, e de nítida subalternização do ensino público não podem deixar de ser vivamente criticadas.

2. É nesta lógica governamental de desprezo pelo ensino público e de desresponsabilização do Estado em relação a deveres que a Constituição lhe comete de garantir a todos os portugueses uma educação e um ensino de qualidade que se devem entender:

- A diminuição de 37,3% das verbas do Programa de Investimentos para o Ensino Oficial em 1992, se a compararmos com a verba atribuída em 1991.

- Os programas relativos a instalações escolares dos ensinos básico e secundário sofrem um corte de 3 milhões de contos e os relativos a apetrechamento de escolas têm menos 450 000 contos.

- A educação pré-escolar tinham sido atribuídos, no Orçamento para 1991, 300 000 contos. Tal verba foi suprimida na rectificação desse orçamento e agora o sector aparece contemplado com menos de 47 000 contos.

- A educação de adultos não é destinada qualquer verba no Programa de Investimentos.

- Quanto ao ensino superior, não sendo ainda conhecidos com rigor os montantes exactos dispendidos em 1991, as estimativas apontam para um crescimento, em 1992, do Orçamento de Funcionamento, na ordem dos 8 a 8,5%. Acresce que subsistem dívidas de 1991 por os reforços de verbas não as terem coberto na íntegra pelo que deverão comprometer o orçamento de 1992, cujo crescimento é já de si insuficiente face à inflação previsível.

O Programa de Investimentos para o sector tem um crescimento ridículo: + 0,93% em relação ao orçamento inicialmente para 1991.

Todos contra a PGA

Depois da ameaça de aumentos de propinas, alunos, professores e pais estão de novo de acordo: a PGA deste ano é «ridícula, injusta e mal elaborada».

Estudantes em todo o país contestaram no final da semana passada o conteúdo da Prova Geral de Acesso (PGA) à Universidade, realizada no passado dia três. Em Lisboa as associações de estudantes das escolas secundárias Rainha D. Leonor e Padre António Vieira convocaram na sexta-feira uma manifestação junto ao Ministério da Educação, onde centenas de estudantes protestaram contra a falta de objectividade do conjunto de perguntas a que os examinadores chamam de «prova fechada» e onde através de pretensas analogias se deveria encontrar, num conjunto de várias hipóteses, a resposta considerada certa.

«Água está para gelo assim como cópia está para citação» e «ferro está para ouro assim como maré para marmoto» são alguns dos exemplos das analogias pedidas e que os alunos que convocaram a manifestação consideraram, em conferência de imprensa, como fazendo

parte de uma prova «ambígua, ridícula, injusta e mal elaborada».

«Paradoxal Glossário de Adivinhas» foi como a PGA se descrevia num dos cartazes empunhados pelos manifestantes que põem em dúvida o actual mecanismo de avaliação para entrada nas faculdades.

Também professores daquelas escolas e encarregados de Educação membros de Associações de Pais participaram nesta iniciativa, condenando a forma como a prova estava elaborada e exigindo que a todas as respostas às perguntas mais ambíguas fosse atribuída a cotação máxima, qualquer que fosse a analogia escolhida pelos alunos.

PGA muda a avaliação

Uma delegação dos alunos seria recebida pelo director geral do Ensino Superior, Pedro Lynce, e pelo presi-

dente do júri da PGA, Lloyd Braga, que afirmaram não se ir efectuar qualquer reformulação da segunda chamada da PGA, a realizar na próxima segunda-feira, mas que se admite fazer alguns ajustamentos na correção das provas, dando alguma percentagem de pontuação a respostas anteriormente consideradas erradas.

Aqueles responsáveis não consideraram a hipótese de eliminar as perguntas que estão na origem desta polémica.

Também em Braga cerca de seiscientos estudantes dos vários estabelecimentos de ensino manifestaram-se frente ao Governo Civil protestando contra a PGA, exigindo a sua extinção ou pelo menos a anulação desta primeira chamada.

Vários professores do 12.º ano associaram-se à iniciativa, enquanto uma comissão de estudantes foi recebida pelo governador civil que se comprometeu a expressar as

preocupações dos estudantes ao poder central.

Em Barcelos três milhares de estudantes saíram à rua para se juntarem ao protesto geral ao conteúdo da PGA da semana passada, fazendo mesmo uma paralisação de um dia de aulas em três escolas secundárias: Barcelos, Barcelinhos e Arcozelo.

Pelo fim da PGA

No próprio dia em que se realizou esta polémica prova, a Juventude Comunista Portuguesa (JCP), em nota distribuída aos órgãos de comunicação social, considerara ser lamentável que ao fim de «três anos experimentais» o Governo não tenha ainda efectuado um amplo debate público «no sentido de envolver na discussão os mais interessados», os estudantes» sobre um sistema de acesso à universidade mais justo.

Os jovens comunistas reivindicam o fim imediato

da PGA e a abolição progressiva, num prazo de três anos, do *numerus clausus*.

No entanto propõe-se uma prova de capacidade dos alunos que esteja de acordo com o expresso na Lei de Bases do Sistema Educativo que seja simultaneamente de âmbito nacional e comum aos mesmos cursos.

Estas propostas foram aliás já apresentadas pelos deputados jovens do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República.

A JCP considera que nos actuais moldes, a PGA «não passa de uma prova seccionadora que contraria a letra e o espírito da Lei de Bases do Sistema Educativo».

Neste comunicado recorda-se que o PSD está há mais de 12 anos no Ministério da Educação e que não se mostra interessado em resolver este problema e em acabar com o *numerus clausus*.

«Argumenta-se que não existem condições para aumentar significativamente a



capacidade do Ensino Superior Público. Mas na realidade diminui-se as verbas de investimento no Ensino Superior Público e apoia-se escandalosamente o Privado como se comprova pelo facto de terem triplicado nos últimos quatro anos o número de vagas no Ensino Superior Privado, enquanto

que no Público pouco cresceram», refere a JCP.

Comparando com dados europeus, os jovens comunistas constataam que na CEE é de cerca de 30 por cento o número de jovens que frequenta a universidade, enquanto em Portugal não passa de 14 por cento.

Aumento das propinas exige resposta de todos

O «desenvolvimento de um amplo movimento de opinião contra o aumento brutal das propinas do Ensino Superior Público» é defendido pela Direcção de Organização Regional de Lisboa (DORL) do PCP que em comunicado de sexta-feira passada manifesta o seu apoio à «justa luta dos estudantes de Lisboa».

A DORL acusa o Ministério de ter vindo a procurar «induzir na população a ideia que tal aumento é não só «inevitável», como é um acto de «justiça social» e indispensável para garantir a «boa qualidade do ensino». A DORL denuncia a má fé destas afirmações, agravadas com a afirmação do ministro da Educação de que «não é justo que quem não tem filhos a estudar pague para que os filhos dos outros estudem».

A DORL coloca uma série de questões ao ministro e ao Governo sobre o que tem feito o Governo para garantir os preceitos constitucionais sobre gratuidade e acesso ao ensino; como distribui os dinheiros dos pesados impostos que recolhe; o que faz para aumentar a justiça social; qual a política de apoio social que impeça que só famílias com altos rendimentos ou fazendo graves sacrifícios possam ter filhos a estudar e ainda sobre a aplicação do IVA em livros escolares.

A DORL denuncia que o que o Governo pretende com o aumento de propinas significa mais de 500 contos por ano e por aluno para os cursos de Humanísticas e mais de mil contos por ano para cursos de Ciências, Engenharia, Medicina e outros.

Garantir a gratuidade do Ensino Público é uma exigência expressa por esta estrutura do PCP.

Comunistas apoiam estudantes

Apoio aos protestos dos estudantes que se manifestaram em Lisboa foi expresso em dois comunicados pela Organização da Cidade do PCP, enquanto a Coordenadora Distrital de Setúbal do Ensino Secundário da JCP em nota distribuída aos órgãos de comunicação social solidarizou-se igualmente com a luta dos estudantes.

A Direcção da Organização da Cidade de Lisboa do PCP lembra que o PCP apresentou logo no início da legislatura um Projecto de Lei sobre o Acesso ao Ensino Superior e exige a aplicação das medidas aí preconizadas que levam ao fim da PGA e do *numerus clausus*.

Esta estrutura do PCP exige ainda um novo regime de acesso ao Ensino Superior «mais justo que o actual onde se verifica, entre outras questões, a correspondência programática entre os anos terminais do Ensino Secundário e as exigências para o ingresso no Ensino Superior e que na elaboração e classificação destas provas de capacidade, além dos docentes e instituidores do Ensino Superior, devam igualmente intervir professores do Ensino Secundário».

Quanto à posição da estrutura da JCP no ensino secundário do distrito de Setúbal secunda as posições já divulgadas pelos jovens comunistas (ver texto sobre manifestações contra a PGA) e assinala que no próximo dia sete de Março se realizará o Encontro Distrital de Setúbal do Ensino Secundário da JCP para discutir e preparar a participação no Encontro Nacional do Ensino Secundário.



PGA, Acesso, Propinas

Uma vez mais a questão da PGA está na ordem do dia.

Ao coro de críticas que desde o seu aparecimento acolheram esta prova vem juntar-se presentemente um significativo movimento de protesto dos estudantes em vários pontos do país.

O motivo imediato da indignação estudantil é o conteúdo da primeira chamada da PGA deste ano.

Mas como não ver, sob a justeza dessas críticas e sob o espanto provocado pelo facto do futuro escolar estar dependente de tal «avaliação», que são a própria natureza e características da PGA e a sua função no sistema de ensino, que estão verdadeiramente postas em causa?

Recorde-se que a PGA foi criada pelo XI Governo (maioritário, do PSD), com o afirmado objectivo de «avaliação do desenvolvimento intelectual do candidato, do seu domínio da língua portuguesa ao nível da compreensão e da expressão e da maturidade cultural». E que a PGA, somada com a avaliação do passado escolar (classificações do 10º ao 12º ano) e com as provas específicas eventualmente realizadas nas instituições do ensino superior, passaram desde 1988 a sustentar o regime de «seriação» dos alunos para a sua entrada no ensino superior.

O primeiro absurdo resulta assim de se pretender avaliar, através da PGA, algo que já está avaliado (e muito melhor) através da aprovação e das classificações obtidas pelos alunos ao longo de três anos de escolaridade.

Outro aspecto diz respeito ao carácter altamente subjectivo, aleatório e penalizador do ponto de vista social da PGA, e à sua inadequação científica e pedagógica para a «avaliação do desenvolvimento intelectual» e da «maturidade cultural» de cada candidato.

Repare-se na contradição: enquanto a Constituição estabelece que «o regime de acesso à Universidade e às

no superior e que agrava de facto ainda mais as desigualdades entre os alunos do ponto de vista da sua capacidade económica e origem social.

Na maioria dos cursos do ensino público, como se sabe, só conseguem entrar alunos com elevadas pontuações. Mas para quem possa pagar as exorbitantes propinas de algumas escolas do ensino privado, mesmo o último da «série» está sempre bem colocado. Desta forma, que resta da igualdade de oportunidades e da capacidade individual como único critério que legalmente limita a entrada no ensino superior (público ou privado)? É evidente que nada.

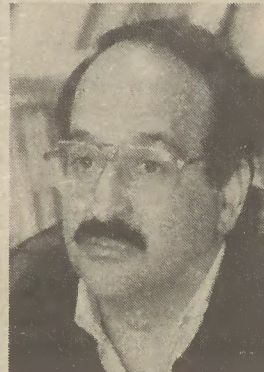
*

O PCP, como se sabe, defende a extinção da PGA. E apresentou há um ano na Assembleia da República (e reapresentou no início da presente legislatura) um inovador projecto de lei que a par da extinção dessa prova propõe um novo e mais justo sistema de acesso ao ensino superior.

O ponto de partida para a elaboração da proposta do PCP foi a defesa dos princípios e valores da política educativa democrática, tal como estão consagrados na Constituição e na Lei de Bases do Sistema Educativo.

Foram devidamente relevados os interesses e as aspirações dos jovens, como primeiros e principais destinatários do próprio sistema de ensino.

E até à elaboração do texto final do projecto de lei foi realizado um aprofundado debate em que estiveram presentes pontos de vista diferenciados - de professores do ensino secundário e do ensino superior, de pedagogos e técnicos de educação, de pais e de estudantes - que permitiram propor um sistema de interface entre o ensino secundário e o ensino superior adequado às características e condições de



EDGAR CORREIA
Membro da Comissão Política

A indignação estudantil com o conteúdo da primeira chamada da PGA deste ano põe de facto em causa a própria natureza da PGA e a sua função no sistema de ensino.

no ingresso e reduz, tanto quanto é possível, desigualdades decorrentes da coexistência do ensino público e do ensino privado.

É nesse sentido que é proposto:

a) - que o acesso ao ensino superior dependa da habilitação com curso secundário (ou equivalente), cumulativamente com a realização de provas de capacidade para a sua frequência (que deverão ser de âmbito nacional e específicas para cada curso ou grupo de cursos afins);

b) - que a apresentação de candidatura para o ingresso em qualquer estabelecimento de ensino superior, público ou privado, fique dependente de uma nota de candidatura não inferior a 9,5 valores (50% correspondente à média das classificações das provas de capacidade e 50% correspondente à média das classificações do ensino secundário);

c) - que seja desenvolvida a correspondência programática entre os anos terminais do ensino secundário e as exigências para o ingresso no superior, e que no processo de elaboração e classificação das provas de capacidade seja estabelecida uma cooperação abrangendo professores dos dois graus de ensino;

d) - que para obviar à atribuição, conforme os estabelecimentos de ensino, de classificações anormalmente altas ou anormalmente baixas no ensino secundário, seja utilizada a correcção estatística das classificações;

e) - e ainda, a manutenção de um regime de bonificação enquanto o sistema de «numerus clausus» não for eliminado; a possibilidade de melhoria de notas para candidatos não colocados no ensino superior; e a adopção de mecanismos de apoio pedagógico visando a sua motivação para o ingresso no ano lectivo subsequente.

*

O anúncio feito pelo ministro da Educação de que irá aumentar as propinas no ensino superior público já no próximo ano lectivo, está já a provocar um alargado debate e uma profunda tomada de consciência da natureza e consequência dessa medida e a motivar os primeiros passos de um alargado movimento de opinião - de estudantes, professores, pais, população - contra tais propósitos do governo e pela efectiva democratização do ensino.

No momento em que se iniciou no plenário da Assembleia da República o debate da proposta de Orçamento para 1992 é particularmente oportuno contrastar as fartas promessas do ministro da Educação em relação ao reforço da acção social escolar, com a realidade nua e crua dos números apresentados pelo Governo.

De facto, na rubrica respeitante às «bolsas de estudo e empréstimos» aos estudantes das universidades públicas, não só a verba proposta continua a ser extraordinariamente baixa em relação à população escolar (inferior a 15 contos por ano por aluno, em média), como o seu aumento em termos reais em relação ao Orçamento do ano passado que a custo acompanha o aumento previsível do número de alunos.

A realização de um trabalho de esclarecimento, que desmistifique de uma forma argumentada a campanha de propaganda do Governo, constitui uma questão de grande importância imediata de que vai depender a amplitude do protesto e da resistência ao aumento brutal das propinas e a capacidade de fazer recuar o Ministério da Educação neste domínio.

Como o PCP tem sublinhado, a redução do direito à educação à categoria de despesa em vez de ser considerado um investimento social; o ensino entendido como privilégio individual em vez de factor estratégico de desenvolvimento da sociedade portuguesa; a mercantilização dos saberes e da formação são concepções e orientações políticas que a prevalecerem não significariam nenhum avanço no sentido de um ensino de qualidade e de uma qualificação para todos, antes representaria um brutal e histórico retrocesso na concretização dos direitos educativos do povo português e em particular da juventude e um grave passo no sentido de uma elitização ainda maior do ensino superior.

Este é, por tudo isto, um combate democrático em que não podemos atrasar-nos.



demais instituições de ensino superior (deve garantir a igualdade de oportunidades e a democratização do sistema de ensino» e a Lei de Bases do Sistema Educativo particulariza mesmo o dever do Estado «criar as condições que garantam aos cidadãos a possibilidade de frequentar o ensino superior de forma a impedir os efeitos discriminatórios decorrentes das desigualdades económicas e regionais ou desvantagens sociais prévias», os resultados mostram que a PGA «funciona» exactamente em sentido contrário.

Tem-se verificado isso repetidas vezes através das médias obtidas na PGA pelos candidatos de diferentes distritos, que oscilam entre si da ordem dos dez pontos, desfavorecendo nitidamente o interior (por exemplo, Lisboa 61.23, Vila Real 51.48, 1ª chamada de 1989) e também através dos resultados obtidos em escolas situadas em diferentes meios sociais e que apresentam sistematicamente diferenças sensíveis.

É como apreciar uma prova em que alunos com classificações elevadas em estabelecimentos públicos do ensino secundário (situações que nada têm a ver com a «venda de notas» praticada em algumas escolas privadas), apresentam amiúde baixas classificações na PGA?

A Lei de Bases do Sistema Educativo estabelece explicitamente que a prova a prestar para o ingresso no ensino superior seja cumulativamente de capacidade e específica para cada curso ou grupo de cursos afins. A PGA, pela sua natureza e conteúdo, não corresponde obviamente a estes objectivos, nem dispensa a realização de provas específicas.

Por último, mas não menos importante, é o carácter perverso da PGA, pelo sistema em que esta prova se insere de «seriação» não eliminatória de todos os candidatos ao ensi-

funcionamento do sistema educativo em Portugal e que responde igualmente às exigências do seu desenvolvimento.

Que aspectos da filosofia orientadora e dos elementos mais inovadores da proposta do PCP importa sublinhar?

Em primeiro lugar o facto do PCP assumir com clareza que enquanto existirem restrições quantitativas de carácter global no acesso ao ensino superior público (sistema de «numerus clausus») não haverá sistemas de ingresso que possam ser socialmente justos.

Daí a proposta - a nosso ver inteiramente exequível - do Governo apresentar um plano de desenvolvimento que assegure até 1995 a eliminação progressiva do sistema de «numerus clausus» no ensino superior público, quer através do alargamento da rede, quer do aumento do número de vagas nos estabelecimentos de ensino no regime geral e através de regimes especiais.

Importa sublinhar que o rápido e significativo aumento do número de vagas disponíveis para o ingresso nas instituições públicas de ensino superior e a eliminação a curto prazo das restrições quantitativas de carácter global (sistema de «numerus clausus») impõe obviamente um significativo aumento das dotações orçamentais. Mas esse objectivo não pode deixar de ser apontado numa perspectiva de aproximação realista às taxas actuais de frequência do ensino superior nos países da CEE e que tenha também em conta a programada continuação do seu crescimento na presente década.

No que respeita especificamente ao regime de acesso ao ensino superior, o projecto de lei do PCP adopta um sistema de avaliação de capacidade na linha do que está previsto na Lei de Bases do Sistema Educativo, introduz mais justiça

Ingerências perigosas

Forja-se a mentira, rega-se com o testemunho de «fontes» clandestinas e dá-se-lhe divulgação que baste para que ela se transforme em verdade universal: eis o esquema clássico utilizado pelos chamados órgãos de informação nas sucessivas operações contra o PCP e de que o caso da chamada ingerência no movimento sindical unitário é exemplo recente.

Foi assim: primeiro falsificaram as posições do PCP atribuindo-lhe opiniões contrárias às da CGTP - coisa que, a ser verdade, constituiria pelos vistos crime grave - em questões como a entrada para a CES, as conclusões da Conferência Sindical Nacional, a unidade na acção no movimento sindical (ao desmentido claro e sério fizeram ouvidos de mercador, recorreram às habituais «informações» secretas e, refinaram nas patranhas); depois falsificaram o conteúdo, o sentido e o objecto da intervenção do Secretário-geral do PCP apresentando-a como uma ordem de ataque à CGTP (à verdade sobre a intervenção de facto feita, que o «Avante!» publicou, preferiram a continuação da mistificação e a abertura de nova linha de intriga provocatória: decretaram que a referida intervenção constituía o «início da caça às bruxas» na CGTP).

Trata-se, evidentemente, de mais uma grosseira operação de manipulação só possível de conceber por escribas e «fontes» desprovidas de escrúpulos e de dignidade e que adoptaram a mentira, a calúnia e a intriga contra o PCP como modo de vida e forma de intervenção política.

Irresponsabilidade, ignorância e, possivelmente, preguiça, parecem ser características dominantes de parte das pessoas que, em diversos órgãos da Comunicação Social, têm a tarefa de insultar os comunistas portugueses. Coisa diferente, e essa legítima, seria criticarem ou combaterem, por delas discordarem, as posições reais do PCP. Acontece que é muito mais fácil e simples atribuir ao PCP as posições que melhor sirvam os objectivos previamente traçados; é muito mais rentável desinformar sem peias do que informar com rigor e isenção. Por isso vemos que os textos sobre o PCP nascem regra geral de conclusões definidas *a priori*, para credibilizar as quais se inventam depois todas as patranhas necessárias. A mistura da notícia com o comentário, o comentário disfarçado de notícia, são práticas queridas desses manipuladores de profissão que se comportam como bombeiros que em vez de combater os incêndios actuam no sentido de os provocar. Quando escolhem um alvo pessoal, a degradação ultrapassa todos os limites possíveis de imaginar.

Estes anticomunistas de officio encontraram significativo apoio para a sua acção numa série de novos recrutas: os arrependidos do comunismo, quase sempre clandestinizados no abundante pseudónimo de «fontes dignas de crédito». As «fontes» vendem ao jornalista o peixe estragado que melhor serve os seus objectivos político-partidários. O jornalista bebe avidamente o produto e produz artigos que seriam ridículos se não fossem exemplares da bancarrota ética e deontológica que por aí corre. Isto quando o pescado chega sob a forma de «informações»; porque por vezes dir-se-ia que o que chega é o artigo pronto a ser publicado ...

sem assinatura ou, porque não?, com a assinatura emprestada do(a) jornalista.

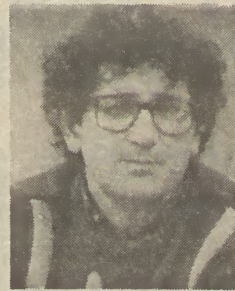
É mais do que tempo de se começar a fazer a história deste serviço combinado entre a fontes secretas e a comunicação social. De modo a não permitir a continuação do embuste que é a exaltação, como exemplo de integridade, de práticas exemplares sim, mas de sentido oposto.

Mas, por agora, voltemos ao caso da chamada ingerência do PCP no movimento sindical unitário.

Os objectivos da operação em desenvolvimento são óbvios: trata-se de, na linha do ataque ao PCP, tentar silenciar a voz dos comunistas no que toca às questões sindicais e diminuir a sua influência no movimento sindical; trata-se igualmente de tentar dividir e enfraquecer o movimento sindical unitário. Quem não se aperceber desta realidade corre o risco de cair na teia tecida pelos que querem ver a CGTP ferida por lutas internas, debilitada, liquidada. Im-



porta pôr os pontos nos ii: é a operação em curso que constitui, de facto, uma autêntica e perigosa ingerência no movimento sindical. Mais uma, aliás, pois como é sabido muitas têm sido as ingerências na CGTP ao longo da sua rica e exaltante história. Encheríamos páginas e páginas se quiséssemos citar as ingerências de altíssimos responsáveis do PS, por exemplo e para não irmos mais longe. A pretensão de «quebrar a espinha à Intersindical», tão profundamente difundida e enaltecida a dada altura, foi uma ingerência que esteve na origem da maior e mais grave de todas as ingerências: a constituição da UGT (por iniciativa do PS, do PSD e do CDS), a sua prática divisionista, a sua frequente intervenção como braço sindical da estratégia do patronato e da direita.



José Casanova
Membro da Comissão Política

Os comunistas portugueses não têm que pedir e não pedem licença a ninguém para contribuir com o seu trabalho, a sua intervenção, a sua opinião para o êxito das lutas do movimento sindical unitário e para o reforço do seu prestígio e influência

As opiniões do PCP sobre o movimento sindical unitário e as orientações para os militantes do Partido que aí desenvolvem a sua actividade, não são secretas: foram discutidas em amplos e múltiplos plenários de militantes, aprovadas em Congresso e estão escritas, publicadas e à disposição de quem quiser conhecê-las. Acresce que essas opiniões e orientações têm como preocupação essencial a defesa e o reforço do movimento sindical; acresce ainda que a actuação dos milhares de militantes comunistas activistas sindicais - sempre «no respeito pela autonomia e democraticidade interna das estruturas em que estão inseridos» - corresponde, em regra, a essas opiniões e orientações.

Outros partidos terão outras ideias, outras práticas e outros entendimentos sobre o que melhor contribui para o reforço do movimento sindical unitário - ideias, práticas e entendimentos com os quais concordamos ou não mas respeitamos tanto como exigimos serem os nossos respeitados. Exemplo de uma prática que não cabe no entendimento que os comunistas têm do que deve ser uma posição construtiva e útil para o reforço do movimento sindical unitário tivemos-lo há dias com a agressiva tomada de posição pública dos militantes do PS membros da Comissão Executiva e do Conselho Nacional da CGTP, sobre a pretensa ingerência do PCP. (Imagine-se a reacção da comunicação social dominante se tivessem sido os dirigentes sindicais comunistas a proceder assim ... quantas acusações de ingerência e de outros actos mais graves não teriam já sido amplamente difundidas ...).

Voltemos, entretanto, ao essencial: aos que tudo fazem para espalhar a divisão e provocar o enfraquecimento da CGTP.

É natural que aos inimigos do movimento sindical unitário incomode a (de facto muito grande) influência sindical dos comunistas. É natural, por isso mesmo, que uma das linhas de acção mistificadora seja a de tentar espalhar a confusão entre influência e ingerência.

A influência, de facto muito grande, do PCP no movimento sindical não resulta de qualquer tipo de ingerência nem de quaisquer manobras, seja de bastidores ou de boca de cena. Essa influência resulta, sim, da actividade sindical de milhares e milhares de militantes comunistas os quais, durante sete décadas, dedicaram todo o seu esforço, coragem e dedicação à construção de um movimento sindical unitário, de classe, forte, capaz de assumir nos bons e nos maus momentos a defesa dos interesses dos trabalhadores. Não estiveram sozinhos. Mas estiveram sempre. São sete décadas que, apesar de apagadas na orwelliana nacional informação, permanecem vivas na memória dos trabalhadores portugueses.

Que nenhum outro partido político possa, com verdade, fazer semelhantes afirmações é um problema que não diz respeito ao PCP e sobre isso os comunistas não pedem seja que contas for a quem quer que seja. Mas os comunistas não permitirão que, seja a que pretexto for e seja quem for, os silencie, os impeça de dar o seu indispensável contributo para o reforço da acção, da influência e das características específicas do movimento sindical unitário. Ou seja: os comunistas portugueses não têm que pedir e não pedem licença a ninguém para, contribuir com o seu trabalho, a sua intervenção, a sua opinião para o êxito das lutas do MSU e para o reforço do seu prestígio e influência. Que ninguém se iluda em relação a isso.



Alqueva Hora de decisão Hora de solidariedade e acção

Alqueva é uma daquelas questões verdadeiramente importantes.

Para o Alentejo e para o País.

Como dezenas de anos antes do 25 de Abril e 17 anos depois já demonstraram, sem Alqueva não há Plano de Rega do Alentejo e, sem este, o desenvolvimento económico e social do Alentejo, um terço do território nacional, poderá continuar, por anos e anos, seriamente comprometido. Alqueva será um contributo de toda a importância para travar e inverter o processo de desertificação humana, económica e ecológica que continua a verificar-se.

Com a integração na CEE, do ponto de vista nacional (não sei se do comunitário: eles têm os excedentes) Alqueva torna-se ainda mais necessário.

Ou Portugal avança com o Alqueva abrindo com decisão essa importante porta para a redução do enorme défice agro-alimentar, para o progresso e a modernidade, e à entrada do ano 2000 temos em marcha uma autêntica «revolução verde» nos campos do Sul com o Plano de Rega do Alentejo que assegurará a irrigação de 200 000 hectares e outras importantes valias, **ou continuaremos com o sempre fracassado «planozinho de rega»** assente, hipoteticamente, nas cerca de «duas mil albufeiras de pequena ou muito pequena dimensão ou de dimensão média, existentes ou a criar no Alentejo», que permitirão, quando muito e nos anos em que chover razoavelmente e a tempo horas (valha-nos Deus!), regar apenas 50 000 hectares.

Creio que o Alentejo e o País não podem aceitar que sobre esta questão continuem a prevalecer os velhos e os novos preconceitos e jogos de interesses, alheios aos interesses do povo trabalhador.

Não podemos aceitar que o Governo se comporte como empresário ao serviço de alguns empresários, e continue a ter sobre o empreendimento uma visão meramente economicista; não podemos aceitar que prevaleçam os pontos de vista retrógrados dos grandes senhores da terra, dos senhores das grandes coutadas, ou os interesses imediatistas dos grandes grupos de celuloses.

Não podemos aceitar que a CEE nos tente privar do Alqueva, porque a preocupação dos países ricos que a integram, a braços com uma «crise» de superprodução, é a redução da produção e dos excedentes, exactamente o contrário do que se passa com Portugal, a braços com um défice agro-alimentar que teima em persistir.

Irá o País assistir, de braços cruzados, à desertificação de um terço do seu território nacional, que dispõe dos recursos suficientes, se apoiado por uma adequada política, para se desenvolver e prosperar?

Há que ter a coragem, a sapiência e a vontade política para exigirmos sem hesitações a construção, agora, do Alqueva e do Plano de Rega do Alentejo e assumi-los numa perspectiva social, económica, de Estado e nacional.

O que é o Alqueva O que é o Plano de Rega do Alentejo

O rio Guadiana atravessa um Alentejo sedento e deprimido económica e socialmente. Todos os anos lança no oceano, perdidos, 5000 milhões de metros cúbicos de água.

Com a construção da Barragem do Alqueva, lá onde o rio corre perto da freguesia de Alqueva, entre Portel e Moura, originará uma albufeira com uma superfície inundada de 25 000 hectares que comportará (aproveitará) mais de 4000 milhões de metros cúbicos de água (que hoje se perdem no oceano).

O Convénio Luso-Espanhol de 1968 permite a regularização e aproveitamento do Guadiana.

A Espanha avançou há muito com projectos para aproveitamento do troço do rio que lhe cabe e «... já construíram mais de uma vintena de albufeiras, armazenaram cerca de 7000 milhões de metros cúbicos de água e só na província de Badajoz irrigaram uma área superior a 130 000 hectares, que em fase de expansão poderá atingir os 250 000 hectares...».

Portugal, primeiro com os governos da ditadura, depois com 17 anos de governos PS e PSD, não foi capaz até agora de aproveitar a parte do Guadiana que, pelo Convénio Luso-Espanhol, nos cabe aproveitar. Que grande eficácia, que grande visão!!!

Com a Barragem do Alqueva, os subsistemas, a grande albufeira com 4000 milhões de metros cúbicos, o País poderá, então:

— concretizar, com segurança e regularidade (quer

chova muito ou pouco, um ou noutro ano), o Plano de Rega do Alentejo, que permitirá regar 200 000 hectares de terras, uma autêntica «revolução verde» na nossa agricultura.

A irrigação de 200 000 hectares, com Alqueva e o Plano de Rega, acelerará inevitáveis modificações na estrutura fundiária no Alentejo, provocará mudanças de mentalidade, de formas de gestão, novas tecnologias e uma séria reconversão e reordenamento cultural.

Assistir-se-á, se as coisas forem bem planificadas e conduzidas, a um aumento significativo da produção agrícola, em áreas estratégicas, mesmo no contexto da CEE; à criação de condições para o aparecimento de uma indústria agro-alimentar; à criação de 20 000 postos de trabalho no sector agrícola e cerca de 5000 no sector da indústria agro-alimentar:

— aumentar a produção energética nacional, com base em energia renovável e não poluente.

Os estudos feitos indicam que os grupos das centrais de Alqueva-Rochada Galé, no seu conjunto, permitirão «o fornecimento à rede eléctrica nacional de uma potência da ordem dos 770 mW que correspondem a cerca de 10% da potência prevista para o subsistema hidroeléctrico no ano 2000»;

— garantir o abastecimento de água às populações (220 000 pessoas), às indústrias (incluindo as de Sines), a piscicultura, o turismo e a melhoria do meio ambiente.

O aumento significativo da produção e da produtividade e a reconversão na agricultura, a instalação de uma base industrial agro-alimentar, a produção de energia, a aquacultura, o abastecimento de água às populações e à indústria, o turismo, num país com enormes défices agro-alimentares e energéticos, impõem que prevaleça o bom senso e se avance com Alqueva, que é, mais do que viável, indispensável ao desenvolvimento de um terço do território nacional.

Atenção à política do PSD e aos seus resultados no Alentejo

— o Plano de Desenvolvimento Regional/PDR foi elaborado sem a participação das forças e organizações representativas do Alentejo e seguiu em branco, para Bruxelas, a parte respeitante ao Alqueva;

— o Programa do XII Governo, nada diz sobre Alqueva;

— o Primeiro-Ministro nas deslocações que faz ao Alentejo mete os pés pelas mãos e nada diz de concreto;

— deixam-se proliferar (ou alimentar-se mesmo) todo o tipo de disparates contra Alqueva, tais como — elefante branco, custos exorbitantes, falta de água para a albufeira porque os espanhóis não queriam, pseudo-alternativa das pequenas albufeiras, inoportáveis prejuízos ecológicos, falha geológica activa no local da barragem, que os portugueses não estão preparados para o regadio, necessidade de se encomendarem mais e mais estudos (que vêm sendo feitos desde 1955!!!), etc., etc., etc.;

— o responsável pela Comissão de Coordenação do Alentejo, que tem tido uma posição positiva sobre o Alqueva, vem agora em declarações a órgãos de comunicação social lançar dúvidas com base numa atitude de capitulação sobre a especificidade da nossa agricultura no contexto da comunidade e argumentando que existem novas permissas as quais desactualizariam os estudos anteriores. Quem puxou as orelhas a este homem?!

O censo da População de 1991 aponta para a continuação do despovoamento e envelhecimento do Alentejo, o que traduz o fracasso da política PSD nesta região.

Os dados do Recenseamento Geral Agrícola de 1989 e o Inquérito ao Emprego de 1991 assinalam a ineficácia da política agrícola do Governo — retrocesso da estrutura fundiária, com a destruição de centenas de cooperativas e de milhares de postos de trabalho; concentração da terra, com reajustamentos sobretudo entre os grandes senhores da terra e da finança; crescimento do absentismo, com crescimento das terras arrendadas; crescimento dos incentivos à extensificação agrícola (sett-aside), etc.; ineficácia na comer-

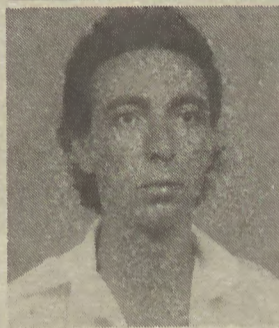
cialização e transformação agrícolas; política de preços e de taxas de juro que penalizam brutalmente a agricultura portuguesa; desde a adesão à CEE investimento de cerca de 60 milhões de contos na agricultura alentejana e de cerca de 300 milhões de contos na agricultura nacional, com resultados que, o Governo não o pode esconder mais, ficam muito aquém do que seria de esperar e do que seria possível e necessário para nos prepararmos para a integração, dita plena, que está aí a bater-nos à porta.

No caso do Alentejo (como noutros) tem faltado a Cavaco Silva a visão do homem de Estado, acima de clientelas e interesses privados de grandes grupos económicos e de pressão.

Sobre o Alqueva, não conseguiu mais do que refugiar-se num lugar-comum — encomendar mais um estudo sob a tutela da CEE.

Face a este posicionamento e aos sinais mais que evidentes da ineficácia da política agrícola do Governo, tudo indica ser necessário e urgente intensificar a luta por uma

No caso do Alentejo (como noutros) tem faltado a Cavaco Silva a visão do homem de Estado, acima de clientelas e interesses. Sobre o Alqueva, não conseguiu mais do que refugiar-se num lugar-comum: encomendar mais um estudo sob a tutela da CEE.



ANTÓNIO MURTEIRA
Membro da Comissão Executiva Nacional do CC do PCP

política alternativa não só para o Sul, como para todo o País.

É preciso defender com firmeza, nas negociações sobre a reforma da Política Agrícola Comum (PAC), a especificidade da nossa agricultura e tudo o que isso significa em termos de política agrícola (cotas de produção; aplicação ou não e quando das medidas de extensificação, redução das taxas de juro; preços, comercialização e transformação; reconversão e ordenamento cultural, florestação

regadio; questão da estrutura fundiária; formação e informação, etc.).

Alqueva, não resolverá tudo, claro está, mas será parte importante dessa política agrícola alternativa que o PCP propõe.

Alqueva é viável

A viabilidade do Alqueva, nas suas diversas valias, está apoiada em diversos estudos.

Os estudos efectuados demonstram que as consequências positivas do Alqueva são de longe superiores às consequências negativas e que o «impacte no ambiente circundante é normal e perfeitamente sustentável pela sua valia e efeitos positivos. Mesmo os impactes no meio humano, são relativamente ténues».

Os estudos efectuados indicam que «é quase certo que a componente do sistema Alqueva-Rochada Galé apresentará uma valia eléctrica da ordem dos 100%».

Além disso, e conforme refere F. Ferreira, «as políticas de planos integrados, elegendo a água como factor primário da produção, são habituais e sempre tiveram assinalável êxito em regiões do Mundo com climas semelhantes ao do Alentejo. Os exemplos desses êxitos vêm de diferentes países como os Estados Unidos da América, o sul de França, a Espanha, a Itália, Israel e os países do Magreb, além de outros».

A hora é de decisão

Creio que será adequado sugerir a todas as forças políticas, ao movimento sindical, às autarquias e suas associações, às organizações de agricultores, particularmente às do Alentejo e a outras organizações e entidades, para que, neste momento, tenham em conta que pode vir a ser tomada uma decisão sobre Alqueva e sobre o Plano de Rega do Alentejo, que terá sempre impacte, de uma forma ou de outra, na vida do Alentejo e mesmo do País, o que pressupõe adequadas tomadas de posição.

Com a «revolução verde» que Alqueva e o Plano de Rega do Alentejo proporcionarão, com uma adequada política agrária, com o apoio à criação de uma base industrial, com o Poder Local democrático e a Regionalização, o Alentejo pode vir a ser «um exemplo de desenvolvimento agrícola e agro-industrial».

E, todos nós temos uma palavra a dizer!

■ Carlos Nabais

Álvaro Cunhal no distrito de Santarém

As populações confiam nos eleitos CDU

No passado sábado, Álvaro Cunhal visitou o concelho de Constância, onde o trabalho da CDU ganhou a confiança dos eleitores

Constância é um concelho norte do distrito de Santarém, situado entre as margens dos rios Tejo e Zêzere. Reza a história que Luís de Camões aqui viveu entre 1547 e 1550, sendo acolhido pelo Conde de Abrantes. A assinalar este facto, foi erguida uma estátua ao poeta e está aberto ao público um interessante Jardim Horto de Luís de Camões, onde podem ser vistas as espécies de plantas evocadas nos Lusíadas e na lírica camoneana. A Câmara Municipal de Constância está neste momento a construir a casa-memória de Camões, a partir das ruínas de uma habitação do século XV que o terá albergado, e onde passará a funcionar um centro de estudos camoneanos.

Esta é porém apenas uma das muitas obras desta Câmara CDU que tanto tem feito pelo concelho e pelas suas populações, como pudemos ver no passado sábado, no decorrer da visita do secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal. O trabalho realizado tem sido de resto amplamente reconhecido pelos eleitores que votam maciçamente na CDU, quando se trata de autárquicas.

Constância não é certamente o único concelho do País onde a percentagem da CDU varia significativamente entre as eleições autárquicas e as legislativas. Contudo, nas últimas autárquicas a CDU obteve

aqui a sua maior percentagem nacional, de 74 por cento, enquanto nas legislativas a Coligação Democrática Unitária não ultrapassaria o 8 por cento. Esta diferença revela, por um lado o grande prestígio a nível local dos eleitos CDU e, por outro, uma fraca implantação do PCP na região. Refira-se a propósito que na lista da CDU, composta por mais de 30 candidatos apenas sete são comunistas, o que não impede que sejam comunistas os presidentes da Câmara municipal e da Mesa da Assembleia Municipal, bem como das juntas de freguesia de Constância, St^a Margarida e de Montalvo.

Montalvo tem pela segunda vez presidência CDU, e a população tem razões para estar satisfeita. Os 1400 habitantes da freguesia dispõem de dois jardins de infância, de quatro colectividades e de uma Casa do Povo, onde existe um posto médico. Entre os núcleos culturais a funcionar, contam-se um rancho folclórico, um banda filarmónica, um grupo de teatro, para além do desporto, onde o futebol ocupa um lugar privilegiado.

Na breve visita à Casa do Povo, Álvaro Cunhal interessou-se pelas actividades culturais que ali se desenvolvem e perguntou-se tal acontecia antes do 25 de Abril. «Ora, nessa altura isso era proibido» - disseram-lhe - «Pois é, mas muita gente esquece-se hoje desse pormenor» - ripostou o secretário-geral.

Na sede do concelho, o secretário-geral PCP foi recebido pelo presidente da Câmara, António Mendes, e por vários populares que o cumprimentaram e acompanharam até ao interior de um café voltado para o Tejo, onde foi servido um pequeno-almoço. Daí, a comitiva dirigiu-se para o Horto de Luís de Camões, onde Manuela de Azevedo, responsável pelo jardim e dinamizadora da Associação de Camões, guiou os presentes através das espécies de plantas que tão bem falam da



No almoço em St^a Margarida, em participaram duas centenas de pessoas, foi oferecido ao secretário-geral do PCP um veleiro-miniatura



obra do poeta, falou do apoio inestimável da Câmara Municipal e dos muitos planos e ambições da associação. A visita à vila terminaria com uma passagem pelo monumento a Camões e pela casa-memória em construção.

Quando voltámos à estrada, em direcção a St^a Margarida, a caravana de carros aumentava e perdia-se no contorno da serra. Esta é a freguesia com maior área do concelho que inclui a conhecida zona militar de treino de St^a Margarida. Também aqui a população vota na CDU porque sabe que pode confiar na sua gestão. Nos quatro lugares existem 8 associações e cinco ringues de futebol de salão. Refira-se que esta modalidade é a mais praticada, organizando-se torneios que envolvem entre 300 e 400 atletas.

Foi numa das colectividades, a Sociedade Recreativa Portelense, que decorreu o almoço-convívio da CDU em que participaram mais de duas centenas de pessoas, para além de autarcas e de dirigentes do Partido, como António Orcinha, Francisco Lancinha, entre outros.

No final, entrevistaram o presidente da CM de Constância, que fez um breve balanço do trabalho autárquico em 1991 e salientou o empenhamento das juntas de freguesia e das populações na melhoria das condições de vida.

A encerrar o convívio, Álvaro Cunhal proferiu breves palavras sobre a política do Governo de aumento dos preços, referiu a PGA como um difícil obstáculo para os 120 mil jo-



Junto a Álvaro Cunhal seguiam, entre outros, o presidente da CM de Constância, António Mendes, António Orcinha, do CC e da CEN do PCP, e Manuela de Azevedo, da Associação Luís de Camões e responsável pelo Jardim Horto, que vemos na imagem da esquerda.

vens que este ano pretendem entrar nas universidades e reafirmou a disposição do PCP em defender os interesses do povo português. «Entendemos a nossa intervenção para servirmos o nosso povo» acrescentando que «temos a consciência tranquila, não somos um partido de ambições pessoais». Aludindo ao barco-miniatura com velas triangulares vermelhas, que lhe foi oferecido na ocasião, o dirigente recordou que só estas velas permitem navegar à bolina. «Também só a nossa bandeira e o nosso projecto nos permitem enfrentar as tempestades». «Não nos formaremos aos grupos, nem nos dilaceraremos em lutas internas», sublinhou, realçando a necessidade de o Partido prosseguir a luta «unido sob uma orientação comum».

Findo o almoço, Álvaro Cunhal dirigiu-se a Torres Novas, onde na Alcaidaria do Castelo se realizaria um encontro de quadros dos concelhos norte do Distrito de Santarém. O programa da visita terminou com um jantar num restaurante daquela cidade em que o secretário-geral do PCP fez uma intervenção seguida atentamente por mais de duzentas pessoas que participaram na iniciativa.

Um Partido necessário



Perto de uma centena de quadros comunistas dos concelhos norte de Santarém, estiveram reunidos em Torres Novas para debater a questões de organização.

Cerca de uma centena de quadros debateram questões de organização num encontro realizado, no sábado, em Torres Novas, com a presença de Álvaro Cunhal.

Nas mais de vinte intervenções feitas, os participantes focaram temas como a promoção dos quadros, o trabalho com a juventude, o agravamento da situação social, nomeadamente o desemprego causado pelo encerramento de empresas, e a intervenção do Partido.

Nas palavras de abertura, Álvaro Cunhal salientava não existirem receitas universais para resolver os problemas particulares de cada organização. Esta afirmação veio logo depois a reflectir-se numa das intervenções, que alertou para a necessidade de se procurarem novos métodos de tra-

balho, na distribuição de tarefas e no contacto com os militantes.

As dificuldades sentidas na organização, segundo alguns intervenientes, reflectem-se a vários níveis, tendo especial acuidade o problema da informação. «Temos dificuldade em transmitir a nossa mensagem», dizia um camarada, que adiantou não estarem a ser bem aproveitadas as possibilidades oferecidas pelas rádios e jornais locais.

O agravamento da situação das empresas foi abordado com preocupação, salientando-se que a repressão à actividade sindical, a discriminação política e os contratos a prazo não propiciam condições favoráveis ao esclarecimento e mobilização dos trabalhadores para a defesa dos seus direi-

tos. Contudo, entre muitos casos relatados, o da Linha de Montagem do Tramagal, com 252 trabalhadores na sua maioria jovens contratados a prazo, merece particular destaque, já que mesmo sem organização sindical, os operários resolveram reduzir drasticamente a produção para protestarem contra os aumentos insignificantes que a administração lhes concedeu.

O debate ficou lançado e certamente irá prosseguir, já que muitas interrogações ficaram no ar à espera de resposta.

Uma conclusão no entanto foi tirada: o PCP é necessário, indispensável e insubstituível - «se tivermos Partido poderemos ultrapassar os problemas, sem Partido as dificuldades serão incomparavelmente maiores».

■ Leandro Martins

Malefícios do urânio?

Trabalhadores à beira do desemprego na ENU, em Canas de Senhorim

Quando se fala em urânio, não haverá muitos portugueses que não dirijam os seus pensamentos para fora do País. Para aqueles lugares, mais ou menos distantes, mas sempre um pouco exóticos, onde o minério que está na base da produção da energia nuclear terá aplicação prática. Muito pouca gente saberá que aqui mesmo, em Portugal, o urânio existe, se extrai, se comercializa para exportação. Pelo menos era assim até há bem pouco tempo. Do que queremos falar, hoje, porém, não são dos problemas decorrentes da produção de energia nuclear, mas daqueles que decorrem, em Portugal, da baixa da exportação do minério e, consequentemente, da descida da produção. Do que tratamos não é dos efeitos nocivos das radiações, mas de um já prosaico problema que afecta os portugueses — o despedimento de trabalhadores. Para isso fomos a Canas de Senhorim, concelho de Nelas, onde nos avistámos com três trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio que, ao mesmo tempo, são membros da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira do Norte. Em casa de Orceano Pereira, falámos com este e com os seus camaradas Manuel José Fonseca e Joaquim dos Santos Pereira.

Rapidamente, durante a conversa, nos demos conta de que o principal problema que leva à crise da empresa é a falta de escoamento do urânio que ali se extrai. Mas também que a questão não é assim tão simples. Orceano Pereira acentua que a situação crítica da empresa se deve sobretudo à indecisão com respeito aos seus próprios objectivos. Se o principal objectivo sempre foi a produção de urânio, e este não tem escoamento, os problemas começam a surgir. Mas porquê essa dificuldade em escoar um produto tão cobiçado internacionalmente?

Orceano Pereira explica:

— O preço baixou subitamente no mercado. A produção normal, pelo método clássico, fica a cerca de 18 dólares a libra, quando, no mercado internacional, esse custo está a 8,75 dólares.

E que países compravam o urânio antes de se verificar a recessão?

— Exportava-se para o Iraque, antes da guerra do Golfo. Quando a guerra teve início já a recessão havia começado. Exportava-se também para os Estados Unidos e ultimamente para França. Nos anos 60/70 também se exportava para o Brasil. A recessão começa no princípio dos anos 80. Mas no tempo do Governo de Lurdes Pintasilgo vendeu-se urânio para o Iraque a 43 dólares....

Entretanto, a que ficou a dever-se a baixa da exportação?

Vários factores influíram, na opinião de Orceano Pereira:

— Houve o movimento contra a construção de centrais nucleares. E também uma grande oferta no mercado. Mais tarde, o desarmamento. Um exemplo: os Espanhóis decidiram interromper a construção de quatro centrais nucleares.

Mas Orceano insiste na indefinição que persiste quanto à política energética portuguesa:

— A empresa nunca teve uma autorização formal para a venda do urânio. Depois, a dada altura, o então ministro Veiga Simão, do PS, preconizava a construção de quatro centrais portuguesas, no mínimo duas. Houve aí, com essa indefinição, uma retenção no minério a exportar. Quando se arrancou para a exportação já era tarde. Por outro lado, nunca houve um Plano Energético Nacional. Pensou-se em reactores de segunda geração, num reactor de fusão. Mas isso é ainda mais do domínio da ficção científica...

Diversificar

A empresa ENU conseguiu, entretanto, disseram-nos, de 1985 a 1990, um contrato com a EDF (Électricité de France), a preços que deram um certo desafogo. Findo o contrato, porém, os franceses não o renovaram. Haveria, no entanto, que colocar na CEE a questão dos acordos EURATOM, o escoamento do urânio português no Mercado Comum. Uma questão levantada por Carlos Carvalhas, mas que não teve resultados práticos.

— Eles exigiam contrapartidas — revelou Joaquim Pereira. E Orceano continuou:

Defender os postos de trabalho

— Há condições para continuar a luta — afirma-nos o camarada Macário, da União dos Sindicatos de Viseu, com quem falámos após a entrevista. — A União pensa que não se pode dar como facto consumado o fim da exploração de urânio. O que levou à actual situação foi a descapitalização da empresa. Os trabalhadores devem continuar a defender os seus postos de trabalho.

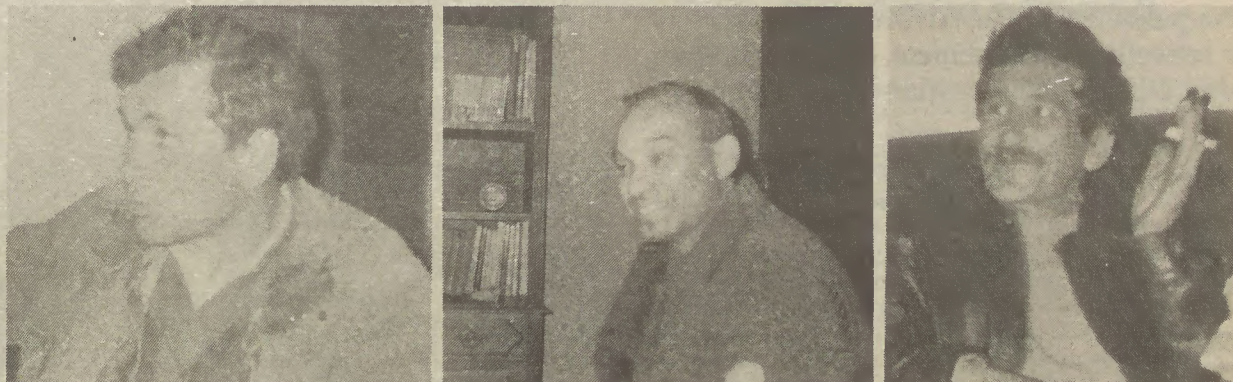
Falou-nos seguidamente das repercussões negativas desta situação no concelho de Nelas e no próprio distrito, lembrando o meio milhar de despedimentos que já se verificou na empresa «Fornos Eléctricos», precisamente em Canas de Senho-

rim, e o conseqüente empobrecimento da região.

No que respeita às indústrias extractivas no distrito, onde existem outras minas (quartzo e ouro, em Penedono; feldspato, volfrâmio), quase todas as explorações, havia 14 — estão inactivas, com excepção das pedreiras.

Quanto à centena de trabalhadores que, segundo se anuncia, a ENU se prepara para despedir, Macário afirma:

— Será apenas mais um passo, a primeira fatia, para acabar com a empresa. Ora esta situação não deve ser aceite. É fundamental continuar a defender os postos de trabalho.



Orceano Pereira, Manuel Fonseca e Joaquim Pereira

— Prevê-se que em 1995, talvez antes, o mercado baixe. Os russos e os chineses colocam no mercado o urânio a preços incrivelmente baixos. E há uma orientação para se lhes não comprar. Porque no Ocidente o custo da produção fica entre os 18 e os 20 dólares a libra.

A empresa opta, assim, a partir de 1980, por diversificar a sua produção, com alteração ao seu estatuto; nunca abandonando, porém, o urânio.

— Trata-se da única empresa no país que tem o monopólio do urânio, em Portugal — explica Orceano. — A ENU tinha minas nos distritos mineiros da Guarda e Urgeira, e aqui em Canas de Senhorim.

No entanto, referem os sindicalistas, essa diversificação, que chegou a ser iniciada, e na qual se gastou muito dinheiro em projectos, não deu os resultados aparentemente pretendidos.

— Estes projectos, que não interferiam com a actividade de outras empresas, abrangiam todos os minerais não metálicos — argilas, águas, calcário, granitos, etc. Resolveram criar sociedades para essas explorações e uma empresa de serviços, a Exmin, que essa, a explorar também minérios não-metálicos, entrava em concorrência com a empresa-mãe. A Exmin, juntamente com a Cimpor/Betão, criou uma outra empresa, a Cominalta, que vai explorar uma pedreira da ENU. De todos os projectos iniciados, talvez com uma ou outra excepção, nenhum cobriu as despesas feitas.

— Tudo barretes — comentaram os outros. Orceano, por seu lado, conclui que, para se manter a estrutura da ENU, ainda não se viram alternativas:

— Voltamos sempre ao ponto de partida, ao urânio!

A solução «final»?

— Da maneira como as coisas foram conduzidas, a empresa tem, de facto, hoje, um excedente de trabalhadores — admite Orceano Pereira. — A administração fala em cerca de 100, numa primeira fase, cuja saída será a rescisão do contrato «por mútuo acordo». E entretanto não deixa de ameaçar com o despedimento colectivo. Estas rescisões têm sido prática corrente de há um ano para cá. Há ano e meio havia ainda 480 trabalhadores. Mas já houve 600...

— Mas a prática então era não repor os postos de trabalho que os reformados deixavam — explica Manuel Fonseca.

Entretanto, as medidas tomadas não foram de molde a evitar a situação presente. Orceano recorda:

— Com a diversificação, houve uma descapitalização total da empresa. De três passou-se para cinco administradores. Aumentaram-se substancialmente os

gastos e diminuíram-se os trabalhadores. Na opinião destes e do sindicato houve um grande esbanjamento de dinheiro.

— Até na aquisição de carros para a administração e para os administradores — diz Joaquim Pereira. — E na criação da Exmin, por exemplo, entraram cinco sócios com a participação de um conto cada um...

Perante a nossa surpresa, de novo à explicação de Orceano Pereira:

— De facto, em 105 mil contos de capital social, 104995 eram da ENU. Os outros cinco mil escudos eram acções de um conto cada, para cada um dos outros sócios. Três deles eram os administradores!...

Joaquim Pereira interveio:

— E no currículo de um deles constava o «facto» de ser um dos fundadores do PSD...

As surpresas não iam acabar. Orceano diz:

— Há um deles que chegou a acumular 32 cargos, a maior parte remunerados.

— Quanto aos exemplos de esbanjamento: as viaturas desnecessárias; quadros técnicos com direito a carro para o trabalho e para a sua vida particular; gasolina paga. E foi nessa altura que retiraram aos trabalhadores a possibilidade de usar uma viatura da empresa para fins sociais e desportivos — enumera Manuel Fonseca.

Orceano continua:

— Houve, além disso, máquinas de estaleiro compradas em segunda mão (e outras novas), de duvidosa funcionalidade. Chegaram a ter reparações mais caras que o custo da própria máquina. Sindicato denunciou essas situações. Portanto, pode dizer-se que a diversificação empreendida não resultou para resolver a crise; que houve esbanjamento e que os investimentos nos novos projectos foram demasiados, sem que se recebesse um tostão. Na Pedreira da Cota (Viseu) gastaram-se 200 mil contos, sem se ter vendido depois nada que se visse. As receitas são praticamente nulas.

Instabilidade e desconfiança

A situação actual é grave para os trabalhadores. Conforme nos dizem, a administração segue uma política dúbia, sem dar aos trabalhadores uma informação correcta nem definir perspectivas concretas quanto ao futuro. Pretende continuar as rescisões «amigáveis», enquanto vai ameaçando com o despedimento colectivo aqueles que não se mostrem receptivos à rescisão. Entretanto, os trabalhadores aguardam.

— Há hoje trabalhadores que não estão a realizar as tarefas da sua especialidade — refere Manuel Fonseca. — Concretamente no tratamento químico, onde a produção diminuiu e há excedentes, a empresa colocou-os em outros locais de trabalho. E são mudados sem reclassificação.

— Neste momento há uma grande indefinição — repete Orceano Pereira. — A empresa tem excedentes, é verdade, mas não vai perder o monopólio do urânio. É do interesse da administração e do Governo, e prevê-se uma vida a médio e a longo prazo. Mas mantém-se agora a perspectiva de redução de efectivos. Ora a preocupação dos trabalhadores é esta: quem é que tem o seu posto de trabalho garantido? Quem o não tem? Sabe-se que a administração já fez mais de uma lista de despedimento, que nunca foram divulgadas por razões desconhecidas.

— É uma situação que gera o medo, a desconfiança, a instabilidade psicológica. Os trabalhadores pretendem não ser despedidos, mas obter a reforma, como outros funcionários da empresa. Ou, pelo menos, obterem os dois meses e meio por cada ano de trabalho, além dos outros subsídios legais.

■ Pedro Tadeu

Agricultura portuguesa paga por males alheios

P. TADEU

O IVA nos factores de produção e a reforma da PAC contra os interesses nacionais compromete o futuro próximo dos nossos agricultores: um Portugal deficitário paga por uma Comunidade excedentária.

O recente anúncio de aumento dos preços nos principais factores de produção com a aplicação da taxa de cinco por cento de IVA e as negociações que decorrem a nível da Comunidade Europeia para a reforma da Política Agrícola Comum (PAC), onde se anuncia a limitação de produções e a redução nos preços ao produtor, estão no centro das preocupações dos agricultores portugueses, a braços com um futuro que a breve prazo, para muitos, pode significar qualquer coisa muito próxima da pura ruína.

Quanto à aplicação da taxa cinco do IVA sobre diversos factores de produção, associações de agricultores têm unanimemente condenado a medida governamental. É que gasóleo, adubos, pesticidas e rações vão ficar mais caros logo na produção e os agricultores portugueses vêem a sua vida dificultada.

As possibilidades de competição entre agricultores portugueses e outros da CE são cada vez menores, pois Portugal, já antes deste aumento, tinha os preços dos factores de produção mais caros da Europa Comunitária.

Contraditoriamente o Governo impõe baixas de preços nos produtos agrícolas de onde os agricultores tiram o seu rendimento, com o argumento de os nivelar pela média comunitária, ou seja, os agricultores portugueses são os que têm mais despesas e são os que cada vez recebem menos pelo seu trabalho.

A agravar a situação está a atitude do ministro da Agricultura, Arlindo Cunha, que até há bem pouco tempo manifestava grandes reservas à proposta da PAC que neste momento está em discussão mas que, desde que Portugal assumiu a presidência da Comunidade e o ministro português lidera o processo negocial, passou a declarar-se seu primeiro defensor.

Interesses portugueses por defender

Recente reunião da Direcção da CNA-Confederação Nacional da Agricultura acusa o Governo de defraudar os «legítimos direitos e interesses do País» nas negociações que decorrem sobre a PAC.

Em primeiro lugar a proposta em discussão aponta para a redução no produtor dos preços do leite e da carne de bovino em dez por cento. Nos cereais essa redução seria de 35 por cento. Por outro lado o Conselho da Comunidade aponta para a redução da produção portuguesa nos sectores do leite, carne, cereais e tabaco, apesar de a produção agrícola nacional, no seu todo, ser altamente deficitária.

São os interesses da CE que se sobrepõem aos interesses nacionais. E a pressão do Governo português exerce-se já de forma a antecipar certas medidas, nomeadamente o desincentivo à produção de cereais e de leite, neste último caso depois de contraditoriamente ter nos últimos cinco anos concedido ajudas financeiras ao investimento na produção de leite e à instalação de ordenhas mecânicas, como sucedeu, por exemplo, nos Açores.

Aliás o prazo para os produtores de leite que se comprometam a abandonar a produção até um de Abril próximo e desejem candidatar-se a subsídios comunitários de compensação terminou na passada sexta-feira.

A CNA refere que dado os rendimentos dos agricultores portugueses terem caído a pique nos últimos anos, é justo que sejam atribuídos a Portugal os montantes comunitários do novo sistema de apoios e subsídios, mas alerta que eles «vão contribuir para uma ainda maior dependência alimentar e para o aumento do endividamento externo do país, pois estimulam o abandono da produção».

Produção deficitária submetida a cortes

A proposta de reforma da PAC prejudica ainda o nosso país por este estar agora a iniciar a segunda fase de adesão e por não ter contribuído para as montanhas de excedentes da CE, base da proposta de reformulação da política agrícola comunitária.

De facto, ao contrário dos outros países da Comunidade, Portugal é deficitário em 70 por cento dos bens alimentares e os agricultores portugueses não tiveram 30 anos de ajudas ao desenvolvimento das suas explorações como tiveram os seus parceiros comunitários.

As disparidades entre o interesse nacional e o interesse comunitário são aliás cada vez maiores e a CNA aponta quatro exemplos com números elucidativos: a carne bovina, o vinho e a produção de tomate para a indústria.

Entre 1989 e 1990, devido a importações desnecessárias, o nosso país importou mais 600 por cento de carne bovina e mais 75 por cento de frutas do que nos anos anteriores. Ambas as produções são deficitárias no nosso país.

Na chamada *intervenção* do vinho, da responsabilidade da CE, a produção está limitada a nível nacional aos dois milhões de hectolitros, manifestamente curto para as necessidades de escoamento da produção nacional, e o Governo, que atrasou a aplicação deste processo, não se responsabiliza directamente por uma outra *intervenção* que facilite o escoamento da restante produção em *stock*.

Na produção de tomate para a indústria o Governo comprometeu-se perante a Comunidade Europeia que iria distribuir quotas de níveis de produção entre as várias empresas de transformação de tomate para a CE poder pagar um subsídio de 60 por cento do valor de tomate entrado nas fábricas.

Sucedem que agora se verifica que a realidade demonstrou que muitas fábricas não têm capacidade para cumprir os pagamentos aos produtores para tão elevadas produções de tomate. É quase um milhão de contos que os agricultores não recebem e o Governo, em vez de garantir os respectivos pagamentos que avalizou, pode vir a permitir à Comunidade que reduza a quota de produção nacional de tomate na próxima campanha.



Vinho sem escoamento

A situação da vitivinicultura portuguesa, tradicionalmente uma das principais produções nacionais, é neste momento preocupante pois a produção não encontra facilidade de escoamento quer no mercado interno, quer no mercado externo, quer no vinho destinado a destilação. As medidas de apoio governamentais tardam.

Em Setembro existiam nas adegas cooperativas cinco milhões de hectolitros de vinho a que se deve acrescentar o dos produtores individuais, que realizam 50 por cento da produção nacional, e o vinho em *stock* nos armazenistas.

A colheita de 1991 atinge nove milhões e 600 mil hectolitros, o consumo interno ronda apenas os cinco milhões e meio de hectolitros enquanto a exportação se fica por um milhão e 600 mil hectolitros anuais.

Ao abrigo de um regulamento comunitário, o Governo estabeleceu uma intervenção no vinho de forma a que dois milhões de hectolitros sejam destinados à destilação.

De todos estes números conclui-se que existem seis milhões e 600 mil hectolitros de excedentes.

A CNA, Confederação Nacional da Agricultura, depois de uma reunião com dirigentes de adegas cooperativas do Ribatejo no passado domingo, constata que os armazenis-

tas pouco vinho estão a comprar à produção e praticam e propõem preços bastante abaixo do preço da própria intervenção, ao mesmo tempo que se verifica uma redução nos níveis de consumo, quer devido à promoção de outras bebidas alcoólicas quer pelos preços especulativos praticados em restaurantes e hotéis, onde o vinho chega a aparecer dez vezes mais caro do que saiu na produção.

Para agravar tudo isto, o pouco vinho destinado às destilarias ao abrigo da intervenção comunitária só começou a sair das adegas em finais de Outubro passado, ainda com uma paragem para rateio das quantidades a fornecer, sendo o processo retomado apenas em Dezembro.

Tudo deveria ter sido feito, segundo o que estava estabelecido, em Setembro.

Por causa deste atraso, de que os produtores não têm culpa, o dinheiro aos viticultores só será pago lá para Março/Abril e muitas adegas não sabem sequer quando lhes será retirado o vinho, podendo mesmo ir até Junho, o que significa que poderão receber dinheiro da destilação só em Setembro.

Face à gravidade dos problemas financeiros assim impostos às adegas cooperativas, a CNA exigido Governo

o imediato financiamento sem juros do pagamento de todo o vinho produzido para destilar pela produção, sendo depois o Executivo reembolsado directamente dessas quantias pelos destiladores.

A Confederação acha também indispensável a fiscalização rigorosa do vinho saído das adegas e entregue à destilação de forma a que não vá entrar ilegalmente no mercado.

Fundamental seria que o Governo negociasse com a CE a exclusão do nosso país da destilação obrigatória, já que Portugal tem a mais baixa produção por hectare da Comunidade.

Outras medidas exigidas pela CNA e adegas cooperativas do Ribatejo são o nivelamento dos preços dos factores de produção e taxas de juro para as médias da CE e o estabelecimento de uma nova *intervenção*, seja do Governo seja da CE, a fim de possibilitar a normalização do mercado.

O Governo deveria também pagar os subsídios à exportação de vinho que em muitos casos já estão com mais de um ano de atraso.

Informação e deontologia

■ Francisco Costa

PCP apresenta protesto à AACCS

Um traço «original» da frenética actividade dos responsáveis da RTP, porventura perante a expectativa de uma futura concorrência dos canais privados, é (para além de uma fictícia competição caseira entre os existentes dois canais - através dos quais nos berram a toda a hora que, um, é o primeiro e, outro, a opção) a sazonal autopromoção em relação às *grelhas de programação* e, ultimamente, no domínio da Informação, a constante e «renovada» inserção de rubricas de nulo e artificial conteúdo ou interesse informativo.

O que se tem passado, nos últimos meses, no *Telejornal*, a esta luz, extremamente significativo. Cientes de que órgãos de soberania, a generalidade dos partidos políticos, a opinião pública, a crítica especializada e, mesmo, as associações de telespectadores justamente têm criticado o carácter «oficioso» do *Telejornal*, os coordenadores e editores daquele que é o serviço noticioso televisivo de maior audiência nacional desdobram-se em imaginação para tentar disfarçar o que é indisfarçável: a sua colagem em relação ao Governo e a, praticamente total, ausência do restante noticiário nacional.

E é assim, por exemplo, que o *Telejornal* vem incluindo, com alguma regularidade, quando se trata de

insuficientes reportagens sobre «os agricultores portugueses e a CEE» e «a agricultura no Algarve» (estávamos, então, como por acaso, no início da Presidência portuguesa das Comunidades...) bem como de outra sobre «a droga nas prisões femininas» (esta englobada na estratégia sensacionalista que invade, cada vez, mais o *Telejornal*), outros temas são verdadeiramente esclarecedores do que a RTP entende como relevante na «Vida Portuguesa»: «a origem das alheiras», «Mr. Universo é português», «a Europa dos pequeninos vai ser criada em Coimbra», «Nuno Bettencourt, guitarrista de rock, um português nos EUA», «videntes e cartomantes»...

É fartar, vilanagem!...

Mas pior e mais grave estaria para vir mais recentemente. Precisamente no momento em que a rubrica «Vida Portuguesa» atingiu junto dos espectadores o total descrédito, o *Telejornal* resolveu nela incluir, entre 26 e 31.01.91, seis peças dedicadas aos partidos com representação parlamentar. Este mesmo *Telejornal* que, desprezando os partidos, normalmente

Reagindo à transmissão da rubrica «Vida Portuguesa», transmitida no *Telejornal* de 31.01.92, o PCP, «ao abrigo das disposições legais em vigor», apresentou, em 6 de Fevereiro, à Alta Autoridade para a Comunicação Social, uma queixa contra a RTP/1 «invocando a violação por parte daquele órgão de informação do sector público do dever de isenção e objectividade atestada no carácter, orientação e conteúdo (texto e imagens) da peça sobre o PCP».

Na referida nota, o PCP denuncia «a patente diferença de natureza, de orientação e de tratamento visual existente entre a peça sobre o PCP e a maioria das peças transmitidas entre 26 e 30/1 sobre os outros parti-

dos, designadamente sobre o PSD (*Telejornal* de 30/1).

E após chamar a atenção da AACCS para os vários aspectos que fundamentam a queixa apresentada, o PCP considera que «a referida peça apresenta uma visão não apenas subjectiva mas também flagrantemente parcial, caricatural e unilateral da história do PCP e designadamente da sua orientação e intervenção na vida nacional depois de 25 de Abril de 1974 e que, ao invés de proporcionar aos telespectadores elementos diversificados de avaliação, reflexão, informação e opinião, procura impor-lhes, nomeadamente através de uma sofisticada articulação de textos e imagens, um retrato profundamente desfavorável do PCP».

apresenta as suas posições relegadas para as chamadas «sínteses noticiosas».

E o que era de recear aconteceu. Na generalidade das peças, privilegiou-se as chamadas «crises internas» de determinados partidos em detrimento da actividade política corrente e das propostas que cada um entende apresentar ao país e, mesmo quanto à sua história, a tónica foi colocada na insídia e na intriga. Neste aspecto, o *Telejornal* não conseguiu escamotear que a intenção era atingir os dois maiores partidos da oposição - o PS e o PCP - e os textos das «aberturas» das peças (ambas elaboradas pelo jornalista Cândido de Azevedo) não deixavam margem para dúvidas: o PS foi apresentado como um partido que «vive hoje um momento crucial da sua história», enquanto que o PCP estaria hoje «a viver um momento crucial da sua vida». Nem na terminologia utilizada se procurou ter imaginação!

Mas analisemos a peça dedicada ao PCP:

- cuidando de aliviar a consciência, é referido, de início, o «prestígio considerável» do PCP e da luta conduzida contra o fascismo, que lhe custou «centenas de presos» e «alguns mortos»;

- a propósito do regresso a Portugal dos principais dirigentes políticos na clandestinidade ou no exílio, questiona-se a possibilidade da «unidade da esquerda», mas logo se realça a (dir-se-ia exclusiva) influência do PCP nas forças armadas e nos Governos Provisórios, como se todos os partidos não estivessem nestes representados;

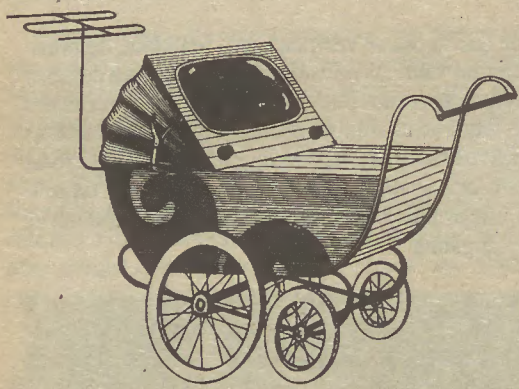
- daqui vai um passo para se falar de «anarquia», de «indisciplina», manipulam-se imagens e sons de conflitos e confrontos, de ocupações de terras e de empresas, refere-se, de passagem, a «extrema-esquerda», mas os «malefícios da Revolução» são

atribuídos, implicitamente, ao PCP;

- afirma-se que «na comunicação social, elementos que lhe (ao PCP) eram afectos chamavam a si o controlo da informação» e que «o jornal «República» era ocupado», fazendo induzir a estafada, falsa e caluniosa atribuição ao PCP de responsabilidades ou envolvimento na ocupação do citado jornal;

- evoca-se um debate televisivo entre Mário Soares e Álvaro Cunhal, mas opta-se por dar voz a graves acusações do então dirigente socialista contra o PCP sem que a resposta tenha sido transmitida;

- ao contrário do que se verificou nas peças dedicadas aos outros partidos, nenhum dirigente do PCP teve qualquer intervenção «in» (por contraste, na peça dedi-



preencher tempo a seguir ao «Desporto», uma rubrica «inventada» com a evidente finalidade de transmitir a ideia de que, ao contrário, ali se presta afinal atenção às questões nacionais.

Chama-se, a rubrica, «Vida Portuguesa» e o arranque, verdadeiramente insólito, da sua transmissão (já em finais de 1991) ficou, certamente, nos anais da «arte de manipular» informação: o *Telejornal* conseguiu então, durante cinco dias da semana, dar a ilusão de que abordou um gravíssimo tema que preocupa a consciência dos cidadãos - o trabalho infantil - passando quatro (!) desses dias a falar de actividades lúdicas e outras, absolutamente normais, das crianças (que ninguém de bom senso alguma vez confundiria com aquela verdadeira chaga da sociedade portuguesa) para, só no último dia, verdadeiramente se debruçar sobre aquilo que é claro para todos dever considerar-se, com propriedade, trabalho infantil!

Mas o simples enunciado de temas que por lá têm passado bastaria para tornar claro que, do que se trata, é de deitar poeira para os olhos dos telespectadores. Se olharmos para algumas das rubricas já transmitidas este ano, poderemos verificar que, para além de duas pequeníssimas e

Registo Magnético

GATT escondido com o pacote de fora...

Artur Albarran - Sr. Dunkel, o que é que, neste momento, constitui o maior problema das negociações do GATT? É o seu pacote agrícola? Qual é o grande problema?

Arthur Dunkel - «(...) o senhor está a falar do meu pacote agrícola... Na realidade, o chamado «pacote Dunkel» é um pacote que cobre mais de 18 sectores, e a agricultura é, evidentemente, um sector difícil e é um sector que chamou a atenção de todos os participantes, em particular da Comunidade.» (...) «A realidade é que, se se tocar uma parte do pacote, seja «propriedade intelectual» ou «salvaguardas» ou «agricultura», se desfaz o equilíbrio do pacote.» (...)

A.A. - «(...) o senhor acredita que, se a CEE insistir na face agrícola do seu pacote, a Índia

vai querer tocar a face têxtil, os EUA a propriedade intelectual? É isso?»

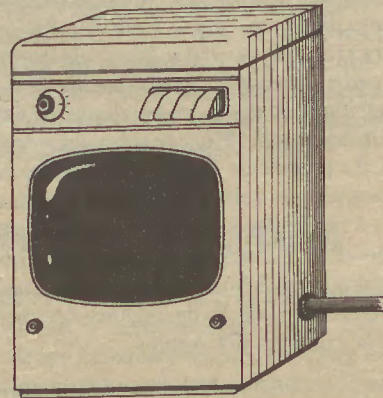
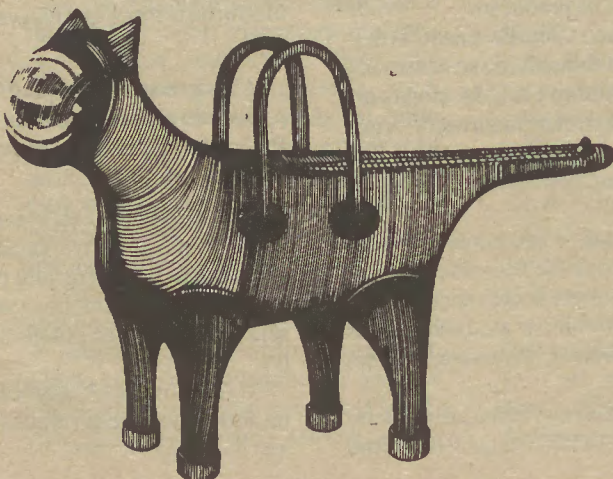
A.D. - «(...) o senhor está descrevendo o risco que existe:

se se começa a abrir uma parte do pacote, existe a possibilidade de outros pedirem a abertura de outras partes do pacote. Esse é o problema. E, portanto, a primeira hipótese de trabalho

é que nós não toquemos no pacote. A segunda hipótese, é que, se se toca no pacote, as modificações têm de ser aceites por todos os participantes, de maneira a não criar aquela situação em que tudo fica para ser revistado.» (...)

A.D. - «(...) se nós falharmos (nas negociações do GATT), vamos introduzir na economia internacional um factor de insegurança, ainda maior que a actual insegurança que está ligada à situação um pouco difícil da economia mundial.» (...)

(Do diálogo, via satélite, com Genebra, entre Artur Albarran e Arthur Dunkel, Director do GATT, autor da proposta de acordo sobre o Comércio Mundial - *Telejornal*, 5.02.92)



cada ao PSD, o seu Secretário-Geral teve três intervenções!);

- nas imagens de arquivo utilizadas para ilustrar a peça, são exclusivamente aproveitadas imagens a «preto e branco» (sabendo-se que, desde inícios dos anos 80, a RTP introduziu a cor nas suas emissões, o que significa, muito prosaicamente, um hiato de uma década na história do PCP!). Com uma única e significativa excepção: dois únicos planos «a cor» do XII Congresso do PCP em que, a propósito da referência no texto aos «rostos novos» entretanto surgidos no PCP, se mostram, em primeiro plano, Barros Moura e José Luís Judas...

- e, finalmente, para se dar uma ideia do texto sentencioso e petulante que acompanhava as imagens, fiquemos-nos por esta citação que bem caracteriza a «postura deontológica» do jornalista Cândido de Azevedo: «(...) O PCP esqueceu-se que somos um país já com uma História milenar, com usos e costumes, com tradições, com uma mentalidade, com uma cultura, com crenças e instituições profundamente arraigadas no tecido social, para quem apenas a perspectiva, mesmo que parcial, de o país cair sob o domínio comunista, era perfeitamente aterrador e inaceitável.» Este texto, lido pelo jornalista «in», foi acompanhado de dois planos, montados subliminarmente, com imagens do Cardeal Cerejeira e de uma peregrinação a Fátima!

É fartar, vilanagem!

Jugoslávia

Crise e nacionalismos na origem da guerra

É possível que a Jugoslávia caminhe neste momento para a criação de condições adequadas a uma solução política dos graves problemas que a marcam e à inter-relação entre as várias nacionalidades que a compõem. O ministro dos Negócios Estrangeiros da Sérvia, Vladislav Jovanovic, é mesmo particularmente optimista, afirmando, nestes dias, estarem criadas «todas as condições políticas, estratégicas, psicológicas e processuais» para a aplicação do plano de paz proposto em 2 de Janeiro pelo enviado da ONU, Cyrus Vance.

Entretanto, a guerra devastou este país bem no centro do continente europeu, atingindo em particular a população na Croácia, não há ainda um balanço real de mortos e feridos e assistiu-se a um ascenso de nacionalismos que terá marcas duradouras.

A ameaça do fascismo é uma realidade presente. As unidades de combatentes, na Croácia, eram e são em grande medida constituídas por elementos que se proclamam defensores da ideologia fascista oustachie. A vitória eleitoral da Comunidade Democrática Croata, organização nacionalista e de direita, nas eleições realizadas na Primavera de 90, é vista como uma ameaça pelas populações sérvias da zona, tanto mais quanto pesa a memória histórica de outros massacres e a guerra alimentou a chauvinismo e o racismo e deu lugar a novos massacres.

Como se chegou até aqui?

As respostas estarão longe de ser lineares, tal como o não são as perspectivas de um conjunto de nacionalidade onde se misturam tantos e diversos povos (por exemplo, cerca de um quarto da população da Croácia é constituída por minorias).

A Jugoslávia não pode naturalmente ser isolada das transformações e da profunda instabilidade que perpassam no continente europeu.

Importa entretanto aqui referir sobretudo alguns aspectos da sua própria dinâmica interna.

Os nacionalismos e a guerra

Os acontecimentos atingiram um ponto-limite - que iria conduzir à guerra - em fins de Março de 1991, na Croácia, com os confrontos armados de Plivice, que opôs polícia e civis sérvios às forças especiais do governo de Zagreb, fazendo mortos e feridos. A partir daí, uma incontrolável espiral de violência iria dominar várias regiões da Croácia. Acontecimentos que se inseriam na crise política e económica que o país vivia já há alguns anos, agravada por desacordos entre as Repúblicas quanto às perspectivas de futuro e a exaltação de nacionalismos, em particular o sérvio, nos anos 87/88, e que iriam levar ainda a um maior agravamento das condições de vida da população.

Em 29 de Maio de 91, a República Jugoslava da Croácia proclama a independência, logo seguida da Eslovénia. Na sequência da repressão, desde Setembro de 90, de manifestações sérvias na Croácia e do agravar generalizado de tensões, multiplicam-se provocações de todo o lado e na verdade as diferentes forças em presença apostam em vitórias militares (de referir, nomeadamente, o fluxo de armas e mercenários para a Croácia). É a guerra.

Aos graves acontecimentos de Plivice, seguem-se os de Borovo Selo. Em Junho, o exército federal jugoslavo bombardeava os aeroportos eslovenos de Ljubljana e Maribor. Seguem-se bombardeamentos de unidades croatas pelo exército federal e massacres (estes, menos conhecidos, e atingindo em particular a população civil sérvia na Croácia).

Acontecimentos que no fundo de há muito vinham a ser «preparados» pelo agravar e estimular dos nacionalismos, a negação dos direitos das minorias.

Assim, a situação agravou-se particularmente na Croácia, a partir de Junho de 1990, com as depurações, a «croatização» e um espírito e uma prática de vingança chauvinista.

Os sérvios, eslovenos, húngaros, italianos, todos cidadãos jugoslavos, que aqui viviam há várias gerações, foram privados dos seus direitos políticos e culturais enquanto minorias.

Na Sérvia, em 1989, já as regiões autónomas de Vojvodine e de Kosovo (em que são dominantes, respectivamente, as populações húngaras e albanesas), tinham perdi-

do as prerrogativas de que beneficiavam em virtude da Constituição de 1974.

do as prerrogativas de que beneficiavam em virtude da Constituição de 1974.

do as prerrogativas de que beneficiavam em virtude da Constituição de 1974.

Em 19 de Janeiro de 89, a presidência colegial designou para primeiro-ministro o croata Ante Markovic, conhecido pela sua posição a favor do liberalismo económico. É então lançada uma política de austeridade como o país não conhecia desde 1952. Anton Markovic era aconselhado por conhecidos especialistas em privatizações, junto de presidentes dos Estados Unidos e de Pinochet, como Jeffrey Sachs e Steve H. Hanke. As consequências foram desastrosas: o rebaixamento do nível de vida; a desorganização do tecido económico; dezenas de milhar de falências; mais de um milhão e meio de desempregados em Junho de 1991; um milhão de assalariados reduzidos ao salário mínimo. A produção industrial registou um quebra de 20% em 1990, quebra que se tem ainda vindo a agravar: menos 23% em Março de 91 relativamente a Março de 1990.

País-charneira

A ingerência internacional na crise política da Jugoslávia é uma realidade e as razões invocadas estarão longe de coincidir com as reais. Sem escamotear o sentimento de perigo que esta guerra em pleno centro da Europa, e envolvendo tantas nacionalidades - naturalmente gerou, outras serão as razões de alguns intervenientes. Razões que se prendem com a aposta em determinadas orientações políticas, partilhas de poder e/ou interesses económicos.

Isso mesmo fica no fundo evidenciado com a pressa, por parte da Alemanha, no reconhecimento de declarações de independência, ultrapassando mesmo quaisquer consensos entre os seus parceiros da CEE. Posição política que vai de par dos fornecimentos de armas à Croácia, em que a Alemanha também se destaca, e que prosseguiram mesmo após as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, decretando um embargo às exportações de armas para a Jugoslávia. Embargo que, aliás, não foi só desrespeitado pelos alemães.

Segundo recente nota do governo da Jugoslávia, vários países continuaram a enviar armas, conselheiros e instrutores militares, e ainda a organi-

zar grupos terroristas e a fornecer mercenários de diversas nacionalidades às unidades armadas croatas. São particularmente referidos - a Hungria, a Alemanha e a Áustria.

Como pano de fundo de certas pressões político-militares, a posição privilegiada que a Jugoslávia ocupa na Europa em termos político-económico-financeiros.

País-charneira na Europa Central, ela é centro de vias de comunicações terrestres e também marítimas para o Médio Oriente e Ásia. Os seus sistemas viários e ferroviários, incontornáveis para a Europa do Norte e Ocidental, assumem um carácter vital para alguns países, nomeadamente a Áustria e a Checoslováquia. O Danúbio, segundo sistema fluvial da Europa, é hoje uma importante artéria intereuropeia. Também país mediterrânico, com os seus dois mil quilómetros de costas, o país oferece amplas possibilidades: abertura para o mar para vários países da Europa Central, com portos, instalações portuárias petrolíferas, zonas industriais, estaleiros navais, e ainda zonas de interesse militar. Factos a que há que juntar as riquezas em minérios e minerais e as capacidades industriais.

Uma vertente económica que importa também não menosprezar, e que em muito marca e condiciona as várias posições políticas assumidas.



do as prerrogativas de que beneficiavam em virtude da Constituição de 1974.

A partir de 89, as garantias concedidas às minorias são postas em causa pelas autoridades designadas por Belgrado, tanto no plano político como cultural, contestando-se nomeadamente o direito ao ensino na língua materna.

A crise económica e os caminhos do liberalismo

Já em fins de 1988, em artigo inserido nas páginas de «Le Monde Diplomatique», dizia-se, sobre a situação económica na Jugoslávia: «A actual degradação económica resulta, em grande parte, da aplicação das directivas do Fundo Monetário Internacional e dos ajustamentos estruturais que impedem os aumentos de salários enquanto a inflação atinge este ano os 200%. Os ajustamentos tiveram que ser aceites em consequência do peso de uma dívida externa de 21 mil milhões de dólares. A população vai perder, este ano, 20% do seu poder de compra, e irá recuar - segundo a revista de Belgrado «Min» - «ao nível de vida dos anos 50».

PONTOS CARDEAIS

Gazetilha

A passeata

Cavaco foi ao Norte em passeata
Estava correndo tudo na maior
Havia dança, música, folclore
para ficar, e bem lavrado, na acta.

Eis senão quando, a clara luz de prata
frágil toda tremeu em seu redor.
Disse alguém: «Hum, cheira-me aqui a suor.
Quem nos quer estragar a musicata!»

Trabalhadores do Ave, ali no largo,
gritavam raivas do seu pão amargo.
Não valeram então jogos florais.

Sucesso, a tal palavra preferida,
rolou de escantilhão, asa ferida,
perdeu o norte e já não se ouviu mais.

Maridinhos

Nesta governação a toda a mesa
os ministros, na fábrica da lei,
se são piratas, bom, isso não sei
bons maridinhos são-no, com certeza.
Quem se casar com eles, está com sorte.
Cada ministro em mal de amores cego
logo no Estado arranja gordo emprego
à sortuda consorte...
Veneno aqui não ponho, nem maldade.
Suas esposas? Nada tem a ver.
Aqui, o que se quer,
é valor, competência, lealdade.

E quem melhor lhes vê que Sua Excelência
a lealdade, o valor, a competência?...

Cano de esgoto

Algumas siglas andam à mercê
no vasto repertório de armazém.
À beira-Tejo o escândalo em Belém
balança no tripé do CCB...

Outro, de grande estofa, já se vê,
fresquíssimo no ventre do barril,
e dos bons, de roleta, do Estoril,
uma sigla já usa: CCE...

Tem mais de cinco anos a trapaça.
Contos são aos milhões naquela praça
com muitos dentes podres na raiz.

Despulpem ao soneto a voz nasal
mas por chegar ao terceto final
só apertando o nariz...

Demotadura

Estações de TV governo dá.
Descabeladamente aumenta o pão.
O Braga diz que mais aumentos, «não»
e que salários aumentados, ná.

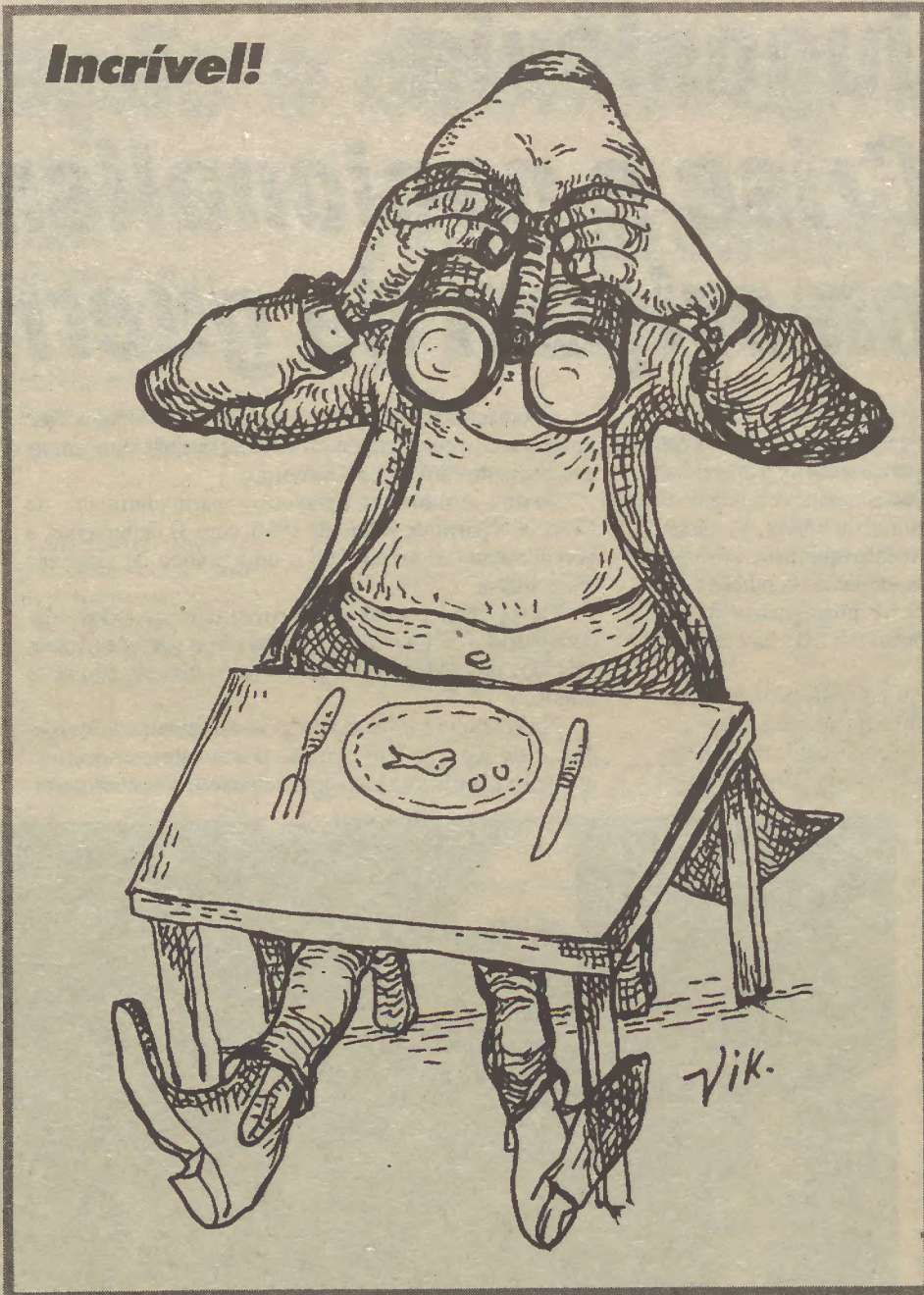
Na Educação mil cortes? É pra já.
Os remédios mais caros? Aí estão.
A CEE vem-nos comer à mão
quiquiriqui, cororicó, cacaracá...

Cavaco quer ter sempre o trunfo de ás.
Ele pensa, ele quer — logo ele faz.
Controvérsias, debates, não atura.

Na maré alta da hipocrisia
ele solestra bem de...mo...cra...cia
mas traduz mentalmente «ditadura...»

■ IGNOTUS SUM

Incrível!



Vantagens da PAC

Segundo um tal Ray MacSharry, comissário europeu responsável pela Agricultura, vem para aí um pacote de propostas que aponta para o congelamento generalizado dos preços agrícolas relativamente aos da actual campanha - coisa, aliás, que apenas será proposta pela Comissão Europeia caso os ministros dos 12 países membros da CEE «confirmem a vontade manifestada no último Conselho de prosseguir as negociações políticas da reforma da PAC (Política Agrícola Comum) com vista à obtenção de um consenso ainda este semestre». Caso o consenso para os agricultores perderem dinheiro nesta campanha não seja conseguido, o senhor MacSharry já tem uma alternativa: proporá aos «Doze» reduções de preços e quotas de produção para a próxima campanha, o que imporá um prejuízo muito maior. Convém recordar que Portugal está, neste momento, a importar para cima de 60% do que come, atitude de grande solidariedade para com os parceiros comunitários que andam a braços com excessos de produção. A lógica da Comunidade, aliás, é mesmo essa - produção a mais para alguns, restrições para todos. Quanto a nós, se já podemos importar 60% do que consumimos, não se vislumbra por que não havemos de passar aos 100%. Quanto à nossa

agricultura e agricultores, podem muito bem entreter-se a plantar eucaliptos, até porque a CEE está interessada nisso...

Manhattan

Manhattan, a zona chique da cidade de Nova Iorque, apesar de continuar ultrapolicada deixou de ser a zona segura de outros tempos bem recentes. Agora os proprietários de Mercedes, BMW, Jaguar e «bombas» do género são, simplesmente, apeados num sinal vermelho, à luz do dia e a toque de metralhadora, vendo o carrinho desaparecer-lhes nas próprias barbas, para não falar das do sistema. Provavelmente as autoridades nova-iorquinas vão aumentar o policiamento, mas duvidamos que isso resolva o que quer que seja. A não ser que incorporem a raiz do problema - os milhões de desempregados que vagueiam pela «Grande Maçã», o que também não nos parece provável: como se sabe, na Terra da Liberdade a polícia não é para aproximar o povo do poder, mas para o manter à distância...

Porquê, ó «Público»?!

Quem se tenha dado ao trabalho de seguir os recentes empenhos jornalísticos do «Público», ter-se-á forçosamente confrontado com uma curiosa evidência: a de que os chamados «dissidentes» do PCP - Barros Moura, Judas e C^a - as almeçadas

dissensões no PCP - Barros Moura, Judas e C^a - e as ansiadas crises no PCP - Barros Moura, Judas e C^a - têm alimentado o grosso e o fino do grande noticiário deste matutino. A obsessão é tão evidente que não será despropositado desconfiar que, presentemente, o «Público» vê no Partido Comunista Português o mais substantivo ponto de interesse do panorama político nacional. Ora o «Público» é propriedade de Belmiro de Azevedo, um novel monopolista a quem fazemos a justiça de reconhecer a capacidade de investir para ganhar - mesmo quando, para ser dono de um jornal, se espeta no maior buraco financeiro de que há memória no jornalismo empresarial português. Entretanto, Vicente Jorge Silva, o jornalista responsável pelo «Público», há muito que deixou de ser um romântico das esquerdas. Posto isto, porquê tão apaixonado interesse pela vida do PCP? Se é por Barros Moura, Judas e C^a - nem um V. J. Silva dos tempos românticos acreditaria nisso. Se é pelo PCP propriamente dito - nem um V. J. Silva dos tempos de hoje embarcaria nisso. Resta quem realmente manda neste independentíssimo matutino - o investidor Belmiro de Azevedo. O que mostra quão bem os donos destes jornais e do actual País sabem o que teriam a ganhar se o PCP... se perdesse.

frases da Semana

«As pessoas que têm meios há bastante tempo que herdaram esses meios ou que foram criadas em certa abundância, têm tendência, por uma questão de gosto ou de educação, a não ostentar — até, muitas vezes, por razões fiscais, não é... porque não interessa estar, enfim, a chamar muito a atenção dos observadores das Finanças, não é...»

☛ (José Almeida Araújo, na peça sobre «os gostos dos portugueses» — Jornal de Sábado, RTP 1, 8.02.92)

«Sou mais selectiva na parte humana. Gosto muito das pessoas que têm qualquer coisa de bom dentro delas, normalmente são as que me atraem mais. E isso é uma fraqueza também física, gosto de estar rodeada de pessoas bonitas, de caras bonitas... Mas isso é uma parte muito fútil minha...»

☛ (Xaxão Pinto Basto, idem)

«Quer se queira ou não, existe diferença de classes, é um facto!»

☛ (José Almeida Araújo, idem)

«Acho que deve haver classes — porque toda a vida as houve. As pessoas não escolhem onde é que vão nascer... Acho é que, dentro das classes, as pessoas têm que ter a noção do que é a classe delas, sendo selectivas em todas as classes. As classes não são diferenciadas por dinheiro... Acho que é a cultura, a educação... a moral, até uma questão de 'tar na vida, nos mais pequenos pormenores. (...)'

☛ (Xaxão Pinto Basto — idem)

«Isto está a tornar-se num verdadeiro tormento. Quase todos os dias cresce a média de salários em atraso e desde as eleições de Outubro que todos os meses encerram empresas.»

☛ (Domingos Rodrigues, União dos Sindicatos de Setúbal — «Público», 11.02.92)

«Tenho «golpes de rins» mas, mesmo na política, a ginástica tem limites.»

☛ (Torres Couto, Secretário-Geral da UGT — «O Jornal», 7.02.92)

«Quando acabo um dia, medito, nem que seja durante dois minutos, sobre a transitoriedade das funções que exerço. A política é a excelência da transitoriedade.»

☛ (Santana Lopes, SEC — «O Jornal», 7.02.92)

«A posição do grupo parlamentar do PSD é a de não se pronunciar ou privilegiar uma opção, desde que o Governo tenha tomado a sua decisão com base em regras objectivas, transparentes e de carácter técnico.»

☛ (Duarte Lima, Presidente do grupo parlamentar do PSD, sobre a atribuição dos canais privados de televisão — «O Diabo», 11.02.92)

5ª Assembleia do Sector da Comunicação Social da ORL

Sábado, dia 15, a partir das 14.30 no CT Vitória

Agenda



Sábado, às 15h
CT da Marinha Grande

Reunião de Quadros do Distrito de Leiria

com a participação do camarada
Carlos Carvalhas

Sessão pública às 18h

A Informação em debate

* **no Porto**

6ª-feira, dia 14, às 21h30
no CT da Boavista

* **em Matosinhos**

sábado, dia 15, às 15h
no Salão Nobre da JF

Quinta, 13

LISBOA

Debate no CT Vitória: «Questões da situação internacional, da solidariedade com outros povos e da luta pela Paz», com a participação do camarada Domingos Lopes. Às 18.30.

Sexta, 14

BARREIRO

Almoço-convívio dos trabalhadores das autarquias do Barreiro, com a participação do camarada Luís Sá. Às 13.00, no CT concelhio do Barreiro.

«A política autárquica e as eleições de 1993»: debate inserido na preparação da 5ª Assembleia da Organização Concelhia. Participam os camaradas Luís Sá e Carlos Humberto. Às 21.30, no anfiteatro do CT concelhio.

CASCAIS

Plenário de eleitos da CDU: balanço do trabalho feito, Plano e Orçamento, preparação da Jornadas Autárquicas. No Centro de Trabalho de Cascais, às 21.30.

LISBOA

Plenário da Organização dos Professores para discussão de questões da situação sindical e informação sobre o Encontro Nacional do PCP sobre Educação e Ensino, em preparação. No CT Vitória, às 21.00.

Convívio Juvenil no Centro de Trabalho de Santos. A partir das 22.00.

Plenário da Organização de Freguesia de S. João (Zona Oriental), com entrega dos cartões 92/93. No Centro de Trabalho de Arroios, às 21.00.

PORTO

Poder e Informação - tema do primeiro de uma sé-

rie de debates promovidos pela DORP, no âmbito da preparação do XIV Congresso de um ciclo inserido. Participam os camaradas Araújo Moreira e Mário Castrim. Às 21.30, no CT da Boavista.

Sábado, 15

MARINHA GRANDE

Reunião de Quadros do Distrito de Leiria. A partir das 15.00, no salão do Centro de Trabalho da Marinha Grande, com a participação do camarada Carlos Carvalhas.

LISBOA

Reunião de Quadros do Partido sobre «O Desporto e as Autarquias»: no Centro de Trabalho Vitória, das 10.00 às 18.00.

5ª Assembleia do Sector da Comunicação Social da ORL: no Centro de Trabalho Vitória, a partir das 14.30.

Reunião-convívio comemorativa do 61º aniversário do «Avante!», com a participação do camarada Dias Lourenço. A partir das 15.00 no CT da Graça.

Plenário para entrega dos cartões 92/93 aos camaradas das freguesias de Alcântara e Prazeres. No Centro de Trabalho de Alcântara, às 15.00. Participa o camarada Hipólito Santos.

Plenário para entrega dos cartões 92/93 aos camaradas das freguesias de Lapa, Santos, Sta. Isabel e S. Mamede. Às 16.00 no CT de Santos.

LOURES

Plenário de militantes de Sto. António dos Cavaleiros sobre trabalho autárquico. Na Associação de Moradores, às 15 horas.

Plenário de militantes da freguesia de Unhos. Às 16.00, no Centro de Trabalho.

SINTRA

Encontro do PCP sobre Saneamento Básico em Almargem do Bispo: a partir das 15.00 na sede da Liga dos Amigos de Covas de Ferro. Com a participação de eleitos, técnicos e associações da população, e ainda do camarada Jorge Gouveia Monteiro.

QUELUZ

Plenário-convívio para entrega de cartões 92/93 aos camaradas da organização de freguesia. A partir das 15.00, no Centro de Trabalho, com a participação do camarada Henrique de Sousa.

PAREDE

Debate público sobre a situação nacional e internacional, promovido pela Comissão Concelhia de Cascais do PCP. Às 15.00, na Cooperativa da Linha do Estoril, na Parede, com a participação do camarada Vidal Pinto.

OEIRAS

Encontro promovido pela JCP entre quadros do PCP e jovens para discussão dos problemas da Juventude: às 15.00, no CT de Carnaxide, com a participação da camarada Helena Medina.

BARREIRO

Inauguração da discoteca «O Comuna», na cave do CT concelhio. Às 22.00.

Plenário-convívio para entrega dos novos cartões aos camaradas da freguesia de Alto do Seixalinho: às 15.00, no CT concelhio, com a participação da camarada Maria da Piedade Morgadinho.

Plenário-convívio para entrega dos novos cartões aos camaradas da freguesia de Lavradio: às 15.00, no CT do Lavradio, com a participação do camarada Vítor Castro.

SEIXAL

Plenário da organização da zona de Cruz de Pau: no Clube Recreativo da Cruz de Pau, às 15.00.

SETÚBAL

Plenário Distrital de Professores Comunistas: a Reforma Educativa, o papel dos comunistas no movimento sindical, a preparação do XIV Congresso no quadro da

ORS. Das 10.00 às 18.00, no salão da Junta de Freguesia de Pinhal Novo, com a participação do camarada Edgar Correia.

MATOSINHOS

Informação/Manipulação: debate promovido pela Comissão Concelhia do PCP com a participação dos camaradas Mário Castrim, César Príncipe, Araújo Moreira e Ruy Lima Jorge, jornalistas. Às 15.00, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Matosinhos.

Domingo, 16

LISBOA

Plenário de jovens comunistas da Zona Oriental de Lisboa. Às 15.00 no Centro de Trabalho Vitória.

CASCAIS

Debate sobre Saúde com a participação do médico Ramon La Féria: a partir das 15.30, no Centro de Trabalho de Tires.

SEIXAL

Assembleia de Organização da célula dos Trabalhadores da Câmara: a partir das 9.30, na Timbre Seixalense, seguindo-se almoço-convívio no mesmo local às 13.00.

Plenário da organização da Freguesia de Corroios. No Centro de Trabalho de Corroios, às 15.00.

ÉVORA

Em memória do camarada Dinis Miranda a Comissão Concelhia do PCP promove uma romagem ao Cemitério dos Remédios, em Évora, cerca das 11.00.

Quarta, 19

LISBOA

A PGA e o Projeto de Lei do PCP sobre essa matéria apresentado na AR - debate promovido pelo PCP, dirigido à Juventude. No CT da Graça, às 19.00.



REUNIÃO DE QUADROS DA EUROPA

promovida pelo Sector da Emigração do PCP

Em Zürich (Suíça)
22 e 23 de Fevereiro

com a participação do camarada
Blanqui Teixeira



Sábado, dia 15 no CT Vitória das 10 às 18h

Reunião de quadros do Partido sobre O DESPORTO E AS AUTARQUIAS

A acção dos comunistas:
avaliação e perspectivas

Feira do Livro no CT Vitória

Preciosidades
bibliográficas

Descontos
de 20 a 60%

Horário: das 10 às 20h

D. MARIA... E DEPOIS!

ENCONTRO DO PCP
SOBRE SANEAMENTO BÁSICO
EM ALMARGEM DO BISPO

15 FEV. 1992 (Sábado) — 15.00 h

Na sede da Liga dos Amigos
de Covas de Ferro

Pioneiros de Portugal
Núcleo da Branda



Fizemos 14 anos no dia 18-2-92
pela cultura e com as nossas acti-
vidades vamos continuar.
Convidamos-te a estares presen-
te no dia 22-2-92 às 15.00h
na casa do Pioneiro, para um
convívio do nosso III aniversário.

PARA:
O JORNAL AVANTE

Televisão

Quinta, 13

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.05 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 A Saúde na Sua Mão
14.00 Brinca Brincando
14.35 Não Diga, Doutor
(ver «Filmes na TV»)
16.20 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Caderno Diário
18.15 Riviera
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Rainha da Sucata
21.15 Os Simpson (nova série)
21.50 Um Romance à Medida
22.40 C. Carmo, A. Victorino
d'Almeida e J. M. Branco
no S. Luiz
23.45 24 Horas
00.20 Remate
00.35 O Teatro de Ray
Bradbury

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Os Cavaleiros das
Estrelas
12.25 Curso de Francês
12.40 Professor Turbo-Lento
12.55 Filhos e Filhas
13.20 Agora Escolha (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora Escolha (II)
15.25 Recreio do 2
16.35 Guarda Florestal
17.25 Em Busca de...
17.55 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Aventura do
Conhecimento
20.00 Música no Dois
20.50 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 Música de África no
Coliseu
22.35 A Ilustre Casa
de Black Adder
23.00 Bogart por Bacall

Sexta, 14

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Exploração
14.00 Brinca Brincando
14.35 Armas na Sombra
(ver «Filmes na TV»)
16.10 Ponto Por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Caderno Diário
18.15 Riviera
18.40 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.10 Desenhos Animados
20.20 Rainha da Sucata
21.15 Histórias de Nova Iorque
(ver «Filmes na TV»)
23.30 Cheers, Aquele Bar
23.55 24 Horas
00.30 Remate
01.00 Meu Corpo, Meu Filho
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 Zorro
12.30 Curso de Inglês
12.35 Professor Turbo-Lento
12.50 Filhos e Filhas
13.15 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.25 Recreio do 2
17.00 Burlescos
17.25 Grandes Desastres
17.55 Clip-Club
18.30 Eterno Feminino

19.30 B. I.
20.00 Nunca Mais é Sábado
20.45 Zás Trás
21.00 Jornal das Nove
21.30 O Sr. Almaníaco
21.35 O Beijo de Judas
22.30 Pantanal
00.05 Rotações
01.05 El C.I.D

Sábado, 15

Canal 1

08.00 À Mão de Semear
08.25 Canal Jovem
13.00 Encontro à Uma
13.55 André Topa-Tudo
no País dos Gigantes
14.15 A Guerra dos Mundos
15.05 Motown 30 Anos
16.20 O Circo de Pee Wee
(ver «Filmes na TV»)
17.55 Sobreviver
18.50 Paraíso
19.45 Totoloto
20.00 Jornal de Sábado
21.20 Desenhos Animados
21.30 Casa Cheia
22.10 Araponga
23.20 Derradeiro Combate
(ver «Filmes na TV»)
01.25 Contradições
02.30 Remate

Canal 2

09.00 Universidade Aberta
11.35 Forum Musical (I)
12.00 Primeiro Jornal
12.05 Forum Musical (II)
13.05 Agarra o 2
14.20 Terras Sombrias
(ver «Filmes na TV»)
16.00 Estádio (I)
18.30 Jornal Fim-de-Semana
19.05 Arca de Noé
19.45 Outras Músicas
21.05 Estádio (II)
23.30 Pantanal
01.05 As Teias da Lei

Domingo, 16

Canal 1

08.00 Canal Jovem
11.35 Missa
12.30 70 x 7
13.00 Notícias
13.15 Um Espectáculo de Carro
13.40 O Mundo Animal
14.30 Top+
15.35 Novas Diabruras
de Herbie
(ver «Filmes na TV»)
17.20 As Aventuras do Cavalo
Preto
17.45 ET - Entretenimento
Total
18.50 Os Golos da Jornada
19.00 Mcgyver
20.00 Jornal de Domingo
20.35 Desenhos Animados
20.45 Araponga
22.25 Domingo Desportivo
23.30 Conversa Afiada
00.35 No Calor da Noite
01.30 Remate

Canal 2

09.00 Caminhos
09.30 Novos Horizontes
10.00 A Voz do Planeta
10.55 Regiões Magazine
11.55 Primeiro Jornal
12.00 Agarra o 2
13.05 Vida Nova
14.00 Troféu
20.45 Palavra Puxa Palavra
21.30 Nós 2
22.30 O Sr. Almaníaco
22.35 Artes e Letras:
«Not Mozart» (II)
22.35 Scarface - A Força
do Poder
(ver «Filmes na TV»)

Segunda, 17

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.05 Bom Dia
11.05 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor

13.00 Jornal da Tarde
13.30 Sobrevivência
14.00 Brinca Brincando
14.35 Duelo de Vingança
(ver «Filmes na TV»)
16.10 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.40 A Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Rainha da Sucata
21.25 O Preço Certo
22.50 Uma Família de Espiões
23.50 24 Horas
00.25 Remate
00.40 McQuade,
o Lobo Solitário
(ver «Filmes na TV»)

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 O Homem da Carabina
12.25 Curso de Francês
12.40 O Professor Turbo-Lento
12.55 Filhos e Filhas
13.15 Agora, Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
16.40 As Aventuras
de Black Beauty
17.00 Vida Selvagem
17.50 Clip-Club
18.20 Eterno Feminino
19.20 Dramazine
19.50 Estilo Britânico
21.00 Jornal das Nove
21.35 Acerto de Contas
22.35 Teatro - «O Luto de
Electra», de Eugene O'Neill (II)

Terça, 18

Canal 1

07.30 Bom Dia
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia
11.05 Passerelle
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 O Futuro
14.00 Brinca Brincando
14.35 Primeira Matinée
16.10 Ponto por Ponto
17.10 Brinca Brincando
17.40 Rua Sésamo
18.10 Riviera
19.30 Telejornal
22.20 Rainha da Sucata
21.20 Joe Dancer
22.55 Primeira Página
24.00 Carol & Companhia
00.25 24 Horas
01.00 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.05 Goolies
12.20 Curso de Inglês
12.35 O Professor Turbo-Lento
12.50 Filhos e Filhas
13.15 Agora Escolha! (I)
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha! (II)
15.30 Recreio do 2
17.00 Férias Aquáticas
17.30 Tribunal de Júri
17.50 Clip Club
18.30 Eterno Feminino
19.30 Cinemazine
20.00 O Grande Sonho
21.00 Jornal das Nove
21.35 1000 Imagens
22.00 Yojimbo, o Invencível
(ver «Filmes na TV»)
23.55 Pop Off

Quarta, 19

Canal 1

07.30 Bom Dia (I)
09.30 Rua Sésamo
10.00 Bom Dia (II)
11.15 Passerelle
11.40 Jogo de Cartas
12.00 Notícias
12.05 Culinária
12.20 Lua Cheia de Amor
13.00 Jornal da Tarde
13.30 Paragem no Tempo
14.00 Brinca, Brincando
14.35 Não se Trata Assim
uma Senhora
(ver «Filmes na TV»)
16.20 Tu Cá, Tu Lá

17.05 Brinca Brincando
17.35 Rua Sésamo
18.10 Riviera
18.45 Roda da Sorte
19.30 Telejornal
20.20 Rainha da Sucata
21.15 Vamos Jogar no Totobola
21.25 As Montanhas da Lua
(ver «Filmes na TV»)
23.45 24 Horas
00.20 Remate

Canal 2

09.00 Videotexto
12.00 2020 - Polícias em Acção
12.25 Curso de Alemão
12.35 O Professor Turbo-Lento
12.50 Filhos e Filhas
13.15 Agora, Escolha!
14.00 Jornal das Duas
14.30 Agora, Escolha!
15.30 Recreio do 2

16.30 O Caminho das Estrelas
17.30 Mulheres no Cinema
17.55 Clip-Club
18.20 Eterno Feminino
19.30 Uma Questão de Palavras
19.55 Concerto para Jovens
21.00 Jornal das Nove
21.35 Carlos Cruz:
«Quarta-feira»
23.00 Sinais do Tempo: «De
Lénine a Gorbachov» - V

Filmes na TV



«Histórias de Nova Iorque»: o episódio de Scorsese, que muitos consideram o mais brilhante

Não Diga, Doutor
«Doctor at Large» (GBR/1957). Realização de Ralph Thomas. Interpretação de Dirk Bogarde, Muriel Pavlov, Donald Sinden, James Robertson Justice. Cor, 95 minutos.

Pendularmente, a RTP insiste em nos recordar que esta série «Doctor» foi uma das mais excecíveis séries britânicas ditas «de comédia» dos anos 50... O exemplar de hoje foi feito lá pelos meados dessa era e é por isso menos requeitado do que outros com que temos sido castigados, com o novel «Doc» Dirk Bogarde a fazer humildemente o caminho que um dia o levaria aos plateaux de Losey e Visconti. Em «Não Diga, Doutor», aliás, se alguma coisa é estimável é o seu elenco, com Bogarde, mas também Muriel Pavlov e J. R. Justice - este, mesmo aqui, a fazer-se notar.

Quinta, 14.35, Canal 1

Bogart por Bacall
«Bacall on Bogart» (EUA/1988). Realização de David Heeley. Narradora: Lauren Bacall. Cor e P/B, 90 minutos.

Um documentário de hora e meia sobre Humphrey Bogart narrado por Lauren Bacall, que foi sua mulher e uma das suas emblemáticas parceiras no cinema. Bogart é recordado nas palavras de directores como John Huston e Richard Brooks ou atrizes como Ingrid Bergman e Katherine Hepburn, mas também através de excertos de filmes domésticos, documentários e outros materiais colecionados por quem com ele viveu e trabalhou - previsivelmente, «o outro lado» desta estrela de cinema de primeira grandeza tão geral e obsessivamente identificada com a(s) sua(s) personagem(s) como



Bogart como foi, e ficou, na memória de todos (Sam Spade em «Relíquia Macabra», John Huston, 1941)

nenhuma outra. Será um acto de cultura que, para lá da personagem e do mito, revele (como se espera que o filme o faça) o homem e o cidadão, aliás corajosamente interventivo, que ele foi.

Quinta, 23.00, Canal 2

Armas na Sombra
«Gunslinger» (EUA/1956). Realização de Roger Corman. Interpretação de John Ireland, Beverley Garland, Allison Hayes. Cor, 75 minutos.

Dir-se-ia um western clássico - se não fora o «pequeno» toque subversivo: o «sheriff» é uma mulher e o dono do «saloon» a quem dá combate... é uma outra. Corman, realizador e produtor, foi isso mesmo: um inovador de técnicas e ideias, experimentadas em pequenas produções como esta, tipo série B, tarimbadas para grandes nomes do cinema americano actual a quem foi dando trabalho e incentivando.

Sexta, 14.35, Canal 1

Histórias de Nova Iorque
«New York Stories» (EUA/1989). Realização de Martin Scorsese, Francis Ford Coppola, Woody Allen. Interpretação de Nick Nolte, Patrick O'Neal, Rossana Arquette, Gia Coppola, Giancarlo Giannini, Woody Allen, Mia Farrow. Cor, 119 minutos.

«Histórias de Nova Iorque» é a junção de três histórias independentes cujo ponto comum é a cidade em que se desenrolam. Nova Iorque, que o cinéfilo que-não-vai-a-NI julgava conhecer através de Woody Allen, tem afinal outras atmosferas: para já, as de Scorsese e Coppola, que lhe subscrevem no entanto o fascínio...

Para além disso, o filme é uma amostragem de três grandes talen-

tos da cinematografia americana actual no plano da realização (eles são possivelmente os três maiores), e de numerosos outros talentos - na música (Procol Harum, Ray Charles, Bob Dylan, Bernie Leighton, Benny Goodman), na fotografia, na interpretação de personagens. Todos eles concorrem para os muitos momentos de grande cinema de que «Histórias de Nova Iorque» é feito, tornando irrelevante a falta de «unidade» clássica de que de facto enferma (cuja fórmula, aplicada a filmes de «sketches» como este, tanto mais de «grandes» autores, está aliás por descobrir...).

Sexta, 21.15, Canal 1

Meu Corpo, Meu Filho
«My Body, My Child» (telefilme, EUA/1981). Realização de Marvin Chomsky. Interpretação de Vanessa Redgrave, Joseph Campanella. Cor, 96 minutos.

O drama de uma mulher, grávida, que descobre que pode ter afectado irreversivelmente o feto com a ingestão excessiva de tranquilizantes e a quem as convicções religiosas proíbem o aborto. Desconhece-se o desenlace, mas não é de crer que quer Chomsky, o cineasta de «Holocausto», quer Vanessa Redgrave, uma grande actriz inglesa de teatro e cinema que é simultaneamente, mesmo na profissão, uma activista de esquerda, possam subscrever uma solução moralista ou simplista.

Sexta, 01.00, Canal 1

Terras Sombrias
«Coroner Creek» (EUA/1948). Realização de Ray Enright. Interpretação de Randolph Scott, Marguerite Chapman, Edgar Buchanan. Cor, 90 minutos.

Randolph Scott, um actor emblemático do western, na história de um pistoleiro que chega à cidade de Coroner Creek com o objectivo de vingar a morte da sua noiva. Vai confrontar-se aí com um fora-da-lei tornado respeitável cidadão. É uma história de violência, com o esperado fim feliz.

Sábado, 14.20, Canal 2

O Circo de Pee Wee
«Big Top Pee Wee» (EUA/1988). Realização de Randal Kleiser. Interpretação de Pee-Wee Herman, Kris Kristofferson, Valeria Golino. Cor, 83 minutos.

Pee-Wee Herman é uma personagem exótica e cómica, que surgiu pela primeira vez no cinema em 1985 e se tornou muito popular entre o público infantil e juvenil. Neste filme, peripécias mais ou menos tresloucadas desenrolam-se na sua bizarra quinta,

onde acolhe uma companhia de circo cujo equipamento foi desfeito por um temporal.

Sábado, 16.20, Canal 1

Derradeiro Combate «Homeboy» (EUA/1988). Realização de Michael Sersin. Interpretação de Mickey Rourke, Christopher Walken, Debra Feuer. Cor, 110 minutos.

O cabotismo habitual de Mickey Rourke elevado ao cubo:

A história é uma reminiscência autobiográfica e foi ele que a escreveu, o realizador e elenco foram escolhidos por ele, é ele evidentemente que dá corpo ao seu herói - um pugilista falhado «numa América onde não há espaço para o sonho».

Um filme medíocre e irritante.

Sábado, 23.20, Canal 1

Novas Diaburras de Herbie

«Herbie Goes Bananas» (EUA/1980). Realização de Vincent McEveety. Interpretação de Cloris Leachman, Charles Martin Smith, John Vernon. Cor, 94 minutos.

Mais uma aventura do «carocha» inventado pelos Estúdios Disney. Desta vez Herbie rumo ao Brasil, acolhendo e defendendo um pequeno carteirista que nele se refugia. Uma aventura mirabolante a que eventualmente os mais pequeninos acharão graça.

Domingo, 15.35, Canal 1

Scarface - A Força do Poder

«Scarface, the Shame of de Nation» (EUA/1983). Realização de Brian de Palma. Interpretação de Al Pacino, Steven Bauer, Michele Pfeiffer, Mary Elizabeth Mastrantonio. Cor, 164 minutos.

Vagamente baseado no argumento de «Scarface», de Howard Hawks (1932), o filme de Brian de Palma faz um significativo «agiotamento» e toma como herói Tony Montana, um criminoso cubano que se refugia nos Estados Unidos quando o governo de Cuba autoriza (em 1980, de facto) a saída para Miami de todos os que o entenderam. Internado primeiro num campo de refugiados, Montana desiste rapidamente do trabalho que lhe dão como vendedor de comida e liga-se a um barão do crime organizado, com quem se inicia no tráfico de cocaína. Em breve, de golpe em golpe e de crime em crime, será ele o patrão.

Este «Scarface», para o qual Oliver Stone escreveu o argumento, de nenhuma maneira faz esquecer o de Hawks - esse de facto um grande filme de gangsters, com uma interpretação notável de Paul Muni - com o inconveniente suplementar de se arrastar durante quase três horas. Mesmo Al Pacino como gangster faria posteriormente muito melhor. Curiosidade a assinalar o de ver contracenar com Michele Pfeiffer, com quem está neste momento nas salas em «Frankie e Johnny», um corpo-a-corpo de actores deslumbrante.

Domingo, 23.05, Canal 2

Duelo de Vingança

«Gunfight in Abilene» (EUA/1967). Realização de William Hale. Interpretação de Bobby Darin, Emily Banks, Leslie Nielsen. Cor, 86 minutos.

Um western marcado pelas feridas da Guerra Civil americana. Um major do Sul regressa à sua terra natal, onde outrora fora sheriff, lugar que é convidado a retomar. Mas um acidente mortal de que foi culpado durante a guerra pesa-lhe na consciência e torna-o incapaz de usar uma arma. Bobby Darin é o protagonista e também autor da música.

Segunda, 14.35, Canal 1

McQuade, o Lobo Solitário

«Lone Wolf McQuade» (EUA/1983). Realização de Steve Carver. Interpretação

Cinema

		M. M. Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	Billy Bathgate	★★★	—	★★★
B	Brigada de Homicídios	★★★	—	★★★
C	Frankie e Johnny	—	—	★★★
D	Nuvem	★★★★	—	★★★
E	O Rel Pescador	★★	—	★

Classificação de ★ a ★★★★★

- A — Real. Robert Benton — Alfa Club (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Amoreiras/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Fonte Nova/2 (14.15, 16.30, 18.45, 21.15); Mundial/2 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.
- B — Real. David Mamet — King/2 (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45) — Lisboa.
- C — Real. Garry Marshall — King/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Amoreiras/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Mundial/1 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); S. Jorge/1 (15.15, 18.15, 21.15); Star (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- D — Real. Ana Luisa Guimarães — King/3 (14.00, 16.00, 18.00, 20.00, 22.00); S. Jorge/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); Terminal/2 (14.00, 16.45, 19.15, 21.40) — Lisboa.
- E — Real. Terry Gilliam — Alfa/5 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00); Fonte Nova/1 (14.45, 17.00, 19.15, 21.45); Londres (14.00, 16.30, 19.00, 21.30); S. Jorge/3 (14.15, 16.45, 19.15, 21.45) — Lisboa.

TEATRO

de Chuck Norris, David Carradine, Barbara Carrera. Cor, 107 minutos.

Uma dupla de actores conhecida por filmes como este, que fizeram a glória do velho Olímpia: aventura movimentada, bem condimentada de violência, como já vai sendo tradição nestes «fora-de-horas» das segundas-feiras na RTP-1.

Segunda, 00.40, Canal 1

Yojimbo, o Invencível

«Yojimbo» (Jap/1961). Realização de Akira Kurosawa. Interpretação de Toshiro Mifune, Eijiro Tono, Seizaburo Kawazo. Cor, 110 minutos.

Mestre Kurosawa volta ao pequeno ecrã com uma sua obra do início dos anos 60, por muitos considerada uma obra-prima.

Um filme que mais uma vez mergulha as suas raízes no mundo dos samurais e das lutas pelo Poder que são o tema primeiro de Kurosawa, tratado «como um western» em que Sergio Leone se inspiraria para fazer o seu «Por um Punhado de Dólares», meia dúzia de anos mais tarde.

Toshiro Mifune, o mais conhecido actor japonês, volta a compor um inesquecível samurai.

Terça, 22.00 Canal 2

Não se Trata Assim uma Senhora

«No Way to Treat a Lady» (EUA/1968). Realização de Jack Smith. Interpretação de Rod Steiger, George Segal, Lee Remick. Cor, 108 minutos.

Adaptado de um romance de William Goldman, «Não se Trata Assim uma Senhora» é um thriller, feliz miscelânea de comédia romântica e policial, com Rod Steiger e George Segal (o criminoso e o polícia) soberbos nos dois principais papéis.

Quarta, 14.35, Canal 1

As Montanhas da Lua

«Mountains of the Moon» (EUA/1990). Realização de Bob Rafelson. Interpretação de Patrick Bergin, Lain Glen, Fiona Shaw. Cor, 130 minutos.

No início da segunda metade do século XIX, para a Inglaterra vitoriana obcecada pela expansão o continente africano passou a ser o alvo de exploradores e aventureiros. É para lá que partem Richard Burton e John Hanning Speke. O filme conta o seu aventuroso percurso até às nascentes do Nilo, caminho doravante aberto a uma nova colonização. Excelente realização de Bob Rafelson, de quem vimos recentemente na televisão a mais recente versão de «O Carteiro Toca Sempre Duas Vezes».

Quarta, 21.30, Canal 1

TEATRO ABERTO

Pç. de Espanha. Tel. 7970969. De 4ª a sáb. às 21.30, dom. às 16., **HOTEL DA BELA VISTA**, de Odon von Horváth, encenação de Hellmut Reinke.

TEATRO DO CALVÁRIO

Rua Leão de Oliveira, 1. Tel. 3639974. **AMOR TAMBÉM DE PERDIÇÃO**, texto e encenação de Fernando Gomes.

TEATRO CINEARTE

Lg. de Santos, 2. Tel. 3965360. Sáb. e 2ª às 21.30, dom. às 17: **PLAY IT AGAIN, SAM**, de Woody Allen, encenação de Helder Costa. 3ª às 22.00 na Sala Grande, 6ª às 24 no Cinearte-Café: **PRANTO DE MARIA PARDA**, de Gil Vicente, versão e interpretação de Maria do Céu Guerra. Sáb. e 2ª às 24.00, dom. às 21.30: **MIRIVAL**, de Ralph Talbot (Produções de A Barraca)

TEATRO DA COMUNA

Pç. de Espanha. Tel. 7260818. Sala 1: de 2ª a sáb. às 21.30, dom. às 17, **MÁ SORTE TER SIDO PUTA**, de John Ford, encenação de João Mota. Café-Teatro: sáb., às 24.00, **II FESTIVAL DA OTITE**, de Carlos Paulo, encenação de João Mota.

TEATRO DA CORNUCÓPIA

Rua Ten. Raul Cascais, 1-A. Tel. 3961515. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **A MISSÃO**, de Heiner Müller, encenação de Luís Miguel Cintra, pelo Teatro da Cornucópia.

TEATRO IBÉRICO

R. Xabregas, 54. Tel. 8582531. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **AY, CARMELA!**, de José Sanchis Sinisterra, encenação de José Blanco Gil.

TEATRO DA MALAPOSTA

Rua de Angola, Olival Basto (ao fundo da Calçada de Carriche). Tel. 9388770. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **OS CAVALEIROS DA TÁVOLA REDONDA**, de Christoph Hein, encenação de José Peixoto, pela companhia do Teatro da Malaposta.

TEATRO MARIA VITÓRIA

Parque Mayer. Tel. 3461740. De 3ª a dom. às 20.30 e 22.45, dom. e feriados também às 16.00. **FOMOSA VOTOS**, de H. Santana. F. Nicholson, A. Fraga e M. Mota.

TEATRO MIRITA CASIMIRO

Av. Fausto de Figueiredo, Monte Estoril. Tel. 4670320. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 17. **LA NONNA**, de Roberto Cossa, encenação de Carlos Avilez, pelo Teatro Experimental de Cascais.

TEATRO MUNICIPAL DE ALMADA

Rua Conde Ferreira, Almada. Tel. 2752175. De 3ª a sáb. às 21.30, dom. às 16. **DIAS INTEIROS NAS ÁRVORES**, de Marguerite Duras, encenação de Joaquim Benite.

TEATRO NACIONAL D. MARIA II

Rossio. Tel. 3472246. De 3ª a sáb. às 20.30, dom. às 16. **PASSA POR MIM NO ROSSIO**, texto e encenação de Filipe La Féria.

TEATRO S. LUÍS

Sala Estúdio, Rua António Maria Cardoso. Tel. 3471279. 5ª, 6ª e sáb. às 19.30. **NÁPOLES MISIONÁRIA**, de Eduardo de Filippi, encenação de Mário Viegas (Companhia de Teatro do Chiado)

TEATRO DA TRINDADE

Rua Nova da Trindade. Tel. 3423200. 5ª, 6ª. sáb. e dom. às 19.15. **O PROFESSOR DE PIANO**, de Jaime Salazar Sampaio.

TEATRO VARIEDADES

Parque Mayer. Tel. 3466665. De 3ª a dom. às 21.30, dom. também às 16. **O ÚLTIMO DOS MARIALVAS**, de Neil Simon, encenação de Melinda Mourão.

TEATRO VILLARET

Av. Fontes Pereira de Melo, 90-A. Tel. 538586. De 3ª a dom. às 21.00, dom. também, às 16. **QUEM MUDA A FRALDA À MENINA?**, de Francisco Ors, encenação de Armando Cortez.

Para crianças

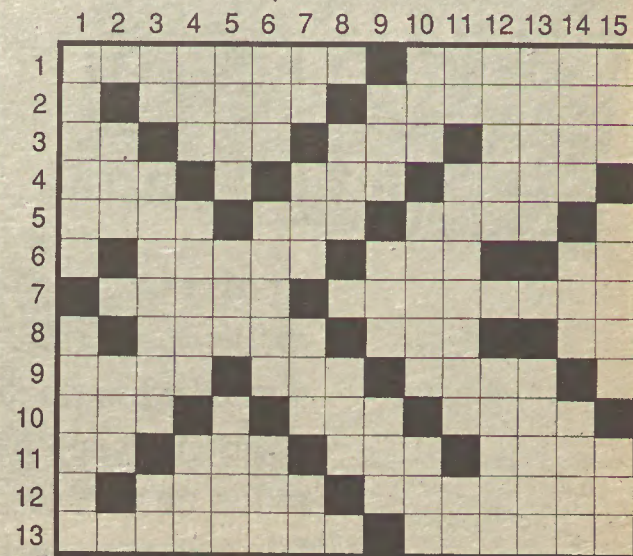
TEATRO DO CALVÁRIO

R. Leão de Oliveira, 1. Tel. 3639974. Sáb. e dom. às 16.00; de 3ª a 6ª grupos organizados. **A GRANDE AVENTURA**, texto e encenação de Fernando Gomes, produção do TIL.

TEATRO DE CARNIDE

Azinhaga das Freiras. Tel. 7145178. Sáb. às 16.00. **TRIC-TRAC, TERRA DOCE, AMARGO SABOR**, encenação de J.S. Ricardo.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 — Rio que por duas vezes serve de fronteira entre Portugal e Espanha; percurso extenso. 2 — Sisudo; felicidade. 3 — Aspecto; interj. imitativa de pancada; víscera dupla; camareiras. 4 — Inflexão de voz; antiga possessão portuguesa na Índia; ovários de peixes. 5 — Impulso; família; cidade argelina. 6 — Incultos; amare; Berílio (símb.). 7 — Truões; areentos. 8 — Tratamento dado a uma freira; pequena argola; cânhamo da Índia. 9 — Primeiro nome de Stravinski, compositor russo; nobre inglês; vazios. 10 — Cruéis; linha; capas de irmandade. 11 — Art.; prep.; germe; lavar. 12 — Adicionei; aquiescera. 13 — Admiração de tudo que é moda; odores.

VERTICAIS: 1 — Agradecidas; aperfeiçoais. 2 — Relação; corpo aeriforme. 3 — Campeão; demorados; livro de poemas de António Nobre. 4 — Uma dezena; vermelhão; abaixo de. 5 — Antiga Pérsia; mágoa; pref. que significa metade. 6 — Lamentos; tolhidos; período de tempo. 7 — Laço apertado; animação (pop.); sistema montanhoso de Marrocos; nota musical (inv.). 8 — Grande quantidade; corrente de água natural. 9 — Estrada romana; unidade das medidas agrárias; tumor mole das cavidades. 10 — Regressa; drama de Shakespeare; sem nada dentro. 11 — Pref. neg.; rio da América do Sul; meio «erro». 12 — Cingia com um fio; entumecido. 13 — Pendão; cicatrizem. 14 — Pertencias; benévolo; mulher de Abraão. 15 — Senão; célebre general romano, conquistador da Gália, apunhalado no Senado por Bruto; chefe etíope.

SOLUÇÕES DO NÚMERO ANTERIOR

HORIZONTAIS: 1 — Golos; gás; gozos. 2 — Alapara; emirado. 3 — Nadava; tremer. 4 — Dia; una; air. 5 — Há; anis; café; oi. 6 — Açafata. 7 — Sal; árabe; ser. 8 — Cabaz; ara; símio. 9 — Eco; ar; ré; aos. 10 — Nó; Isis; rota; Sc.; 11 — Er; móvel; Na.; 12 — Triz; nem; lega. 13 — Nuas; pomos; Laos.

VERTICAIS: 1 — Gandhi; cena. 2 — Olaia; saco; tu. 3 — Lada; cabo; era. 4 — Opa; lá; Iris. 5 — Savana; pás. 6 — Rã; içã; rim. 7 — Ga.; usara; sono. 8 — In.; fero; vem. 9 — Sé; acaba; remo. 10 — mt; atê; rol. 11 — Girafa; Set. 12 — Ore; si; anel. 13 — Zama; tema; aga. 14 — Odeio; rios, ao; 15 — sorrir; osco.

DAMAS

CCCXLII — 13 de Fevereiro de 1992

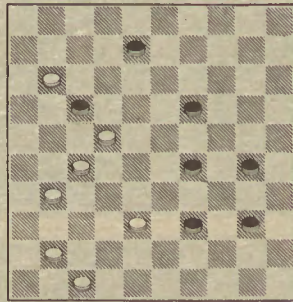
Proposição nº 1992D013

Por: Jean-Pierre Rabatel

Grenoble, 1978

Pr.: [7]: 8-17-19-29-30-39-40

Br.: [7]: 11-22-27-31-38-41-47



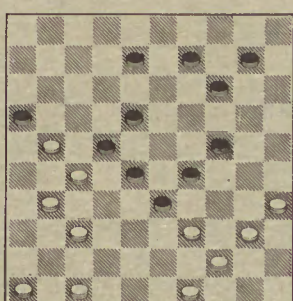
Branças jogam e ganham

PROPOSIÇÃO Nº 1992D014

Por: J. Tuiniga, 1931

Pr.: [11]: 8-9-10-14-16-18-22-24-28-29-33

Br.: [11]: 21-27-31-35-37-39-40-44-46-47-49



Branças jogam e ganham

[8T]

Soluções do nº CCCXLII
 Nº 1992D013 [J.-P.R.]: 1. 38-33, (29x38*); 2. 47-42, (38x36); 3. 27-21, (36x7); 4. 22x33 +
 Nº 1992D014 [J.T.]: 1. 40-34, (29x40); 2. 31-26, (22x42); 3. 47-20, (14x25); 4. 46-41, (16x27); 5. 35-30, (25x43); 6. 49x38, (40x49); 7. 26-17, (49x46); 8. 21x5=D+

A. de M. M.

XADREZ

CCCXLII — 13 de Fevereiro de 1992

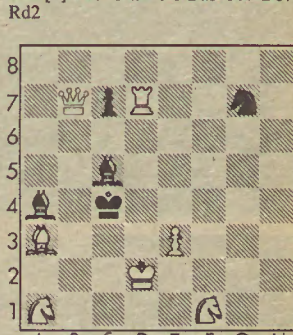
Proposição nº 1992X013

Por: Roger Lepage

Le Courrier des Echecs nº 227, 1976

Pr.: [5]: Pç7-Cg7-Bs.a4,ç5-Rç4

Br.: [7]: Pe3-Cs.a1-f1-Ba3-Td7-Db7-Rd2



Mate em 2 lances

Proposição nº 1992X014

Por: A. A. Troitski

Eskilstuna Kuriren, 1913

Pr.: [3]: Ce2-Bh8-Ra5

Br.: [3]: Pe5-Bh4-Ra8



Soluções do nº CCCXLII

Nº 1992X013 [R.L.]: 1. Cb3, [ameaço: 2. Ca5++]
 1. ... B:e3+ [B:a3, Bb4+, Bb6]: 2. C:e3 [Td4, D:b4, Db5]++
 Nº 1992X014 [A.A.T.]: 1. e6, Bf6! 2. B:B, Cf4; 3. Bd8+, Ra6; 4. e7, Cd5; 5. e8=T e g.
 A. de M. M.

Tempo

Céu geralmente muito nublado, vento fraco ou moderado de sueste, períodos de chuva fraca ou aguaceiros, especialmente nas regiões centro e sul.



GOVERNO AGRAVA CONDIÇÕES DE VIDA

É JUSTO PROTESTAR ! É NECESSÁRIO LUTAR !

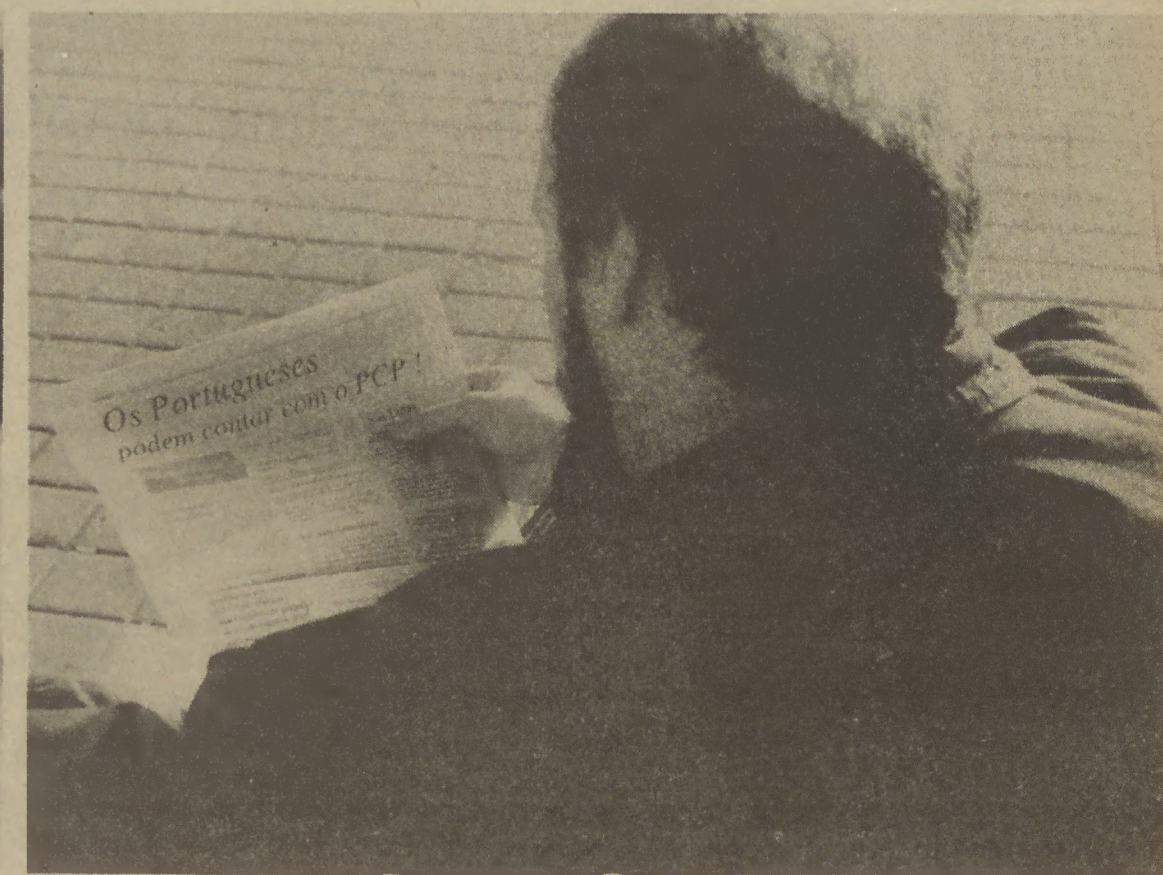
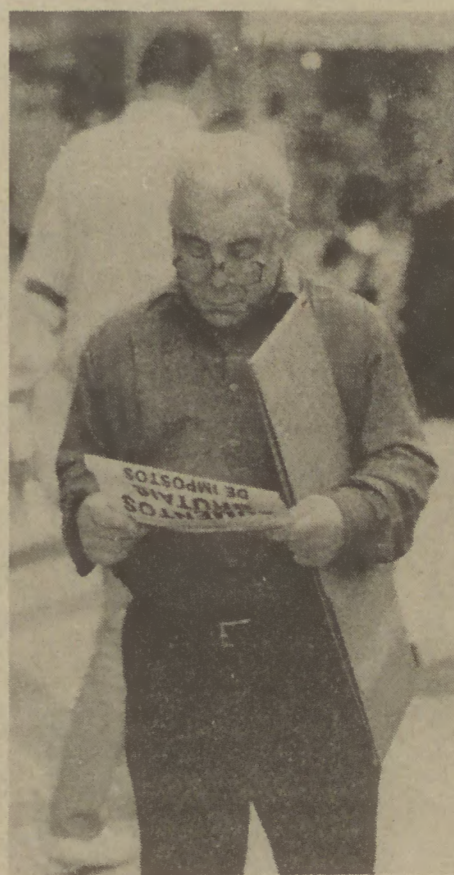
PCP PELA JUSTIÇA SOCIAL POR UMA VIDA MELHOR

Conversas, explicações, esclarecimentos. Sobre coisas que nos afectam no dia-a-dia. A política na rua para explicar um modo de ver. Gente do PCP que falou com a gente. Jornada Nacional de Divulgação e Esclarecimento foi o motivo e durou quatro dias entre seis e nove de Fevereiro. Como diz o slogan: Os Portugueses podem contar com o PCP!

Fotos de Januário Trigo e Jorge Caria



A falar a gente se entende



ÚLTIMAS

a talhe de FOICE

A bofetada

Toda a gente cresceu a ouvir dizer que as coisas já não são como eram dantes. Vastas gerações de adolescentes, até ao começo dos tempos, imagino, perderam a paciência a ouvir isso, convencendo-se sempre alguns que era assim e outros que assim deveria ser, empreendendo estes últimos as mudanças para que tudo fosse ainda mais diferente. É de acreditar, porém, que actualmente há mais razões para afirmá-lo — as coisas já não são como eram dantes.

A questão que se põe, entretanto, não é apenas a de saber o que se alterou — porque tudo sempre se alterou —, nem a de avaliar simplesmente o ritmo das mudanças — que antes era já vertiginoso —, mas sobretudo de definir o quadro em que, no mundo todo, se desenvolvem as alterações e o sentido que o processo em curso (PEC) vai tomar. Ambição desmedida, dirão alguns. Com razão. Mas como não ter tal ambição, se o caos é desmedido, parecendo mesmo a alguns que se alcançou o fim da História? Como não tentar responder à nova e feia realidade, sabendo-se que outros o tentam desesperadamente fazer para que se accentue uma intolerável pressão sobre os povos e países deste vasto e contraditório mundo? Curiosamente — para aqueles que acreditavam que, uma vez o socialismo derrubado, o mundo seria mais livre, mais democrático, mais pacífico e cheio de direitos humanos — as respostas que os vencedores deste processo dão às novas realidades são as mesmas de antes.

O desmantelamento do campo socialista e a derrocada da URSS não conduziu nem ao desarmamento nem à paz. Como a paradigmática guerra do Golfo mostrou, no próprio momento em que a URSS capitulava nas suas responsabilidades de contenção, a nível mundial, do imperialismo. Os Estados Unidos estão apenas mais «livres» para desenvolverem as suas agressões. E as disputas entre os países que sobram do desmembramento da URSS reivindicam a posse — e certamente o uso — das armas nucleares estacionadas nos seus territórios. Já a usam, pelo menos como meio de pressão política nas negociações entre si. E o fim da suposta «ameaça russa»? Os «países nucleares», como a França, por exemplo, já fizeram saber que não vêm razão para desarmar, enquanto os EUA prometem continuar as «investigações» armamentistas. Desaparecido o «inimigo», o «império do mal», mais claro se torna agora para toda a gente que esse inimigo era e continua a ser os povos a submeter, contra os quais se apontam as ameaças, enquanto se lhes distribuem algumas magras toneladas de géneros. Quanto às liberdades — nomeadamente a Leste — o que se vê é que agora os povos ali são livres de... se matarem em guerras intestinas; de «escolherem» o desemprego; de «preferirem» a fome; de «pretenderem» a falta de medicamentos. Eventualmente, de votarem na eleição de novos ditadores que excluem partidos, legislam sobre interdições profissionais, declaram que não podem mais com «o espartilho democrático», como recentemente Walesa o fez...

E os direitos humanos? Receberam em troca novos direitos. E entregaram os «velhos» — o direito ao emprego, à saúde, à habitação, à educação, foram deitados fora, constringedores que eram. Assim se aproximam dos ocidentais, juntando-se aos milhões de explorados de todo o mundo, partilhando as valetas das grandes urbes. Dan Quayle, o vice-presidente dos EUA, cujo passado na extrema-direita não o impediu, democraticamente, de chegar à Casa Branca, mostra-se pronto a melhorar os direitos humanos no mundo. Nomeadamente exigindo a expulsão, da respectiva Comissão da ONU, do Iraque, do Irão e de... Cuba.

Estrangular Cuba é, para os EUA, um direito perfeitamente humano. Cuba defender-se é uma desumanidade.

E por cá, como vamos de direitos? Já temos desemprego, taxas moderadoras, PGA, salários em atraso, reformados na miséria. Mas há dias, o Supremo Tribunal aperfeiçoou os nossos direitos, declarando crime punível dar uma bofetada em alguém.

E se for sem mão?

■ LM

Com ponto alto na jornada de ontem

Aumentam as lutas dos trabalhadores

Exigir melhores salários, defender direitos conquistados, protestar contra os aumentos de preços e de impostos são razões mais que justas para as lutas que mobilizam milhares de trabalhadores e que tiveram um ponto alto na jornada nacional convocada para ontem pela CGTP-IN

No distrito de Aveiro (um exemplo a acrescentar aos muitos que referimos nas páginas 4 e 5 deste número), no final do plenário da União de Sindicatos que analisou a situação política e social, foi divulgada uma relação das acções previstas no quadro da jornada de dia 12. Assim, estava prevista uma vasta distribuição de documentos divulgando as posições sindicais e apelando à intervenção dos trabalhadores, bem como a apresentação de reivindicações sectoriais a associações patronais; deveriam realizar-se diversos plenários e reuniões nos locais de trabalho; estavam marcadas concentrações em São João da Madeira, Feira, Riomeão, Lamas; foram convocadas paralisações nos sectores metalúrgico, têxtil, corticeiro e madeiras.

Em plenário realizado an-

Eleita CT do BBI

Pela primeira vez uma lista unitária saiu vencedora nas eleições para a comissão de trabalhadores do Banco Borges e Irmão. Com 962 votos, a lista C foi a única que subiu (118 votos) relativamente à eleição anterior. A lista A (conotada com o PSD) obteve 775 votos (menos 88), e a lista B (PS) contabilizou 730 (menos 380 votos). O número de votantes no dia 23 de Janeiro desceu 356 unidades, embora nestes se incluía a redução de 234 postos de trabalho durante os dois anos decorridos desde as últimas eleições.

6º «DN-Jovem» na Atalaia

Participantes, organizadores e assistência consideraram que o 6º corta-mato «DN-Jovem», realizado no domingo passado no terreno da Festa do «Avante!» na Quinta da Atalaia, foi um êxito: pelas 374 crianças de todo o País que ali juntou a correr e a conviver, pela excelente organização que permitiu fazer da corrida uma grande festa, pelas muito boas condições do espaço onde decorreu — e que, na opinião de dirigentes desportivos, atletas e jornalistas, permitem perfeitamente que ali se realizem de futuro provas nacionais ou internacionais de seniores.

Pela primeira vez, não foi a equipa de Aveiro a vencer a prova, como tinha sucedido nas outras cinco edições.

teontem, os trabalhadores da Siderurgia Nacional reafirmaram a disposição de luta, respondendo com firmeza a uma circular da administração que pretendia, a pretexto de assegurar serviços mínimos, travar a greve convocada para o período entre as 16 horas de terça e as 24 horas de quarta-feira na fábrica do Seixal. Numa nota à comunicação social, a federação dos Metalúrgicos (FSMMMP) informa que

também iam culminar ontem as greves que têm vindo a ser realizadas nos turnos na fábrica da Maia.

Os trabalhadores repudiam a actuação ilegal e abusiva da administração na revisão do acordo de empresa, exigindo que acabem as obstruções ao início efectivo da negociação e que sejam abandonadas as intenções de retirar direitos e regalias consagradas.

Hoje está reunido em Lisboa o plenário nacional de

representantes dos trabalhadores do sector empresarial do Estado, que tem como tema forte a luta pelo desbloqueamento da negociação colectiva. A reunião decorre nas instalações do grupo desportivo do BESCL, tem como lema «Parar o leilão, defender os interesses nacionais, garantir os direitos dos trabalhadores e da população» e conta com uma intervenção final de Manuel Carvalho da Silva.

Governo deve apoiar estudantes na ex-URSS

Defende o PCP num depoimento para a Rádio Press

A pedido da Rádio Press, o Gabinete de Imprensa do PCP fez um breve depoimento sobre a situação dos jovens portugueses que se encontram a estudar no território da ex-URSS. Reproduzimos o texto, divulgado no dia 7.

É uma evidência que a evolução da situação verificada desde há tempo na ex-União Soviética, e agora o seu desmembramento, afectam negativamente a situação dos jovens bolseiros portugueses que aí se encontram a estudar. Há cerca de 6 meses o PCP fez uma diligência oficial junto das entidades soviéticas (numerosos estudantes foram estudar para a URSS no quadro da cooperação entre o PCP e o PCUS), manifestando já então as suas preocupações pela situação dos bolseiros portugueses, tendo-nos sido garantido que os compromissos assumidos pelo Estado soviético com os bolseiros seriam cumpridos. Mas agora os ministérios federais da URSS, que eram responsáveis pela concessão das bolsas, desapareceram — quer dizer, desapareceram os primitivos interlocutores nesta matéria. É uma situação qualitativamente nova e as novas autoridades na Rússia e noutras Repúblicas da ex-URSS têm o dever de honrar os compromis-

sos assumidos. Por isso, procurando sempre, através dos contactos com os bolseiros e suas famílias, acompanhar na medida do possível o evoluir da sua situação, pensamos que, neste caso e neste novo quadro instável criado, é justo que os estudantes bolseiros que estão na ex-URSS possam contar, como cidadãos portugueses que são, com a atenção e o apoio do Governo português.

Cabe aos bolseiros formularem os seus problemas e os seus pedidos. Pelo nosso lado, pensamos que Portugal só terá a ganhar com a conclusão do curso por esses estudantes, sendo inclusive de notar que mesmo uma bolsa adicional por parte do Estado português pode representar uma grande economia e um valioso investimento na formação de quadros altamente qualificados.

Centenas de ex-bolseiros que concluíram os seus cursos na URSS trabalham desde há anos em Portugal, muitos com reconhecido e assinalado mérito, nos mais diversos domínios.

O nosso Partido continuará atento ao evoluir da situação e procederá às diligências que entender adequadas, nomeadamente junto do Governo português.

